

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**GUSTAVO SCHMID QUEIROZ**

**“CAXIMBA, PRESENTE!”:**  
**EXPERIÊNCIA DE EDUCOMUNICAÇÃO E WEBREPORTAGEM NA OCUPAÇÃO**  
**29 DE OUTUBRO, EM CURITIBA-PR**

**CURITIBA**  
**2018**

**GUSTAVO SCHMID QUEIROZ**

**“CAXIMBA, PRESENTE!”:**

**EXPERIÊNCIA DE EDUCOMUNICAÇÃO E WEBREPORTAGEM NA OCUPAÇÃO  
29 DE OUTUBRO, EM CURITIBA-PR**

Estudo monográfico apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo, na Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor doutor José Carlos Fernandes.

**CURITIBA**

**2018**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL  
DO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

NOME DO ALUNO: GUSTAVO SCHMID QUEIROZ

TÍTULO: "Caximba, Presente!": Experiência de Educomunicação e reportagem para web na "Ocupação 29 de Outubro".

**LOCAL E DATA DA APRESENTAÇÃO ORAL:**

Sede do Departamento de Comunicação Social da UFPR,  
realizada na sala 05, no dia 06/07/18, às 10h30.

BANCA EXAMINADORA – PROFESSORES	NOTA
JOSE CARLOS FERNANDES (orientador)	100
MYRIAN REGINA DEL VECCHIO DE LIMA	98
ALEXANDRE DO NASCIMENTO PEDROZO (convidado)	98
<b>MÉDIA FINAL:</b>	<b>99</b>

BANCA EXAMINADORA	ASSINATURA
JOSE CARLOS FERNANDES	
MYRIAN REGINA DEL VECCHIO DE LIMA	
ALEXANDRE DO NASCIMENTO PEDROZO	

Curitiba, 06 de julho de 2018.

Aos meus professores,  
que me provocaram a me apaixonar pela educação.

Ao meu pai, poeta, e minha mãe, musicista,  
que são exemplos de carinho, alegria e amor

À minha irmã, professora e dançarina,  
que me ensinou o poder do discurso.

## AGRADECIMENTOS

Diversas mãos, olhares e histórias contribuíram com a ideia e realização deste trabalho.

Agradeço aos olhares curiosos das crianças do Projeto Colibri (Cusco-Peru), moradoras de rua, que me ensinaram que a cidade se vivencia no chão, com o pé descalço e o olhar atento.

Agradeço a atenção constante do professor, orientador e amigo José Carlos Fernandes, o Zeca: maior exemplo de altruísmo e de um bom jornalismo, capaz de enxergar – e bem contar – as histórias de cada um que encontra.

Agradeço a parceria dos professores do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná, pela companhia e orientação em diversas etapas durante o curso.

Agradeço aos membros do Núcleo de Comunicação e Educação Popular (NCEP) que, dispostos, contribuíram de maneira fundamental à realização de uma oficina de educomunicação na Caximba.

Agradeço aos funcionários do Ministério Público, que represento por meio de Alexandre Pedrozo e Giovana Kucaniz, cuja entrega, senso de comunidade e justiça me inspiraram a concluir este projeto.

Agradeço aos colegas do curso de Jornalismo, que me mostraram que o importante da vida é ser feliz mesmo... além apurar tudo pelo menos duas vezes, entregar o texto no deadline e lidar com o fato de que toda reportagem é uma experiência de euforia e frustração.

Agradeço aos olhares autênticos e cuidadosos da minha família.

Por fim, agradeço aos olhares e abraços das famílias moradoras das comunidades da Caximba, que abriram suas portas e, com muito carinho, me permitiram conhecer suas histórias. Que me ensinaram que “o Outro existe”, e é nele que devo pensar ao formular meu projeto de vida. Que me ensinaram, enfim, que é na simplicidade, e só nela, que existe o amor.

*Pintou estrelas no muro  
e teve o céu  
Ao alcance das mãos*  
(KOLODY, Helena, *Poesia Mínima*, 1986)

*Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo:  
Raiva e tenacidade. Ciência e indignação.  
A iniciativa rápida, a reflexão longa.  
A paciência fria e a infinita perseverança,  
A compreensão do caso particular  
e a compreensão do conjunto,  
Apenas as lições da realidade podem  
nos ensinar como transformar a realidade.*  
(BRECHT, 1937)

*A educação popular cuja posta em prática, em termos amplos, profundos e radicais  
numa sociedade de classe, se constitui como um nadar contra a correnteza é  
exatamente a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos  
conteúdos o desvelamento da realidade.*  
(FREIRE, 2001)

## RESUMO

A constituição do espaço urbano no Brasil é, historicamente, segregadora. A experiência de Curitiba-Pr mostra que a instalação de planos norteadores do crescimento urbano não combateu o aumento de áreas de ocupação irregular na periferia. Uma comunidade que se desenvolveu ao sul do município - as vilas que formam a “Ocupação 29 de Outubro” – é um exemplo dessa situação. A proximidade com o Rio Iguaçu e com o antigo aterro sanitário de Curitiba, somada à baixa renda dos moradores e à falta de serviços básicos, geram informalidade habitacional, risco ambiental e situações precárias de infraestrutura. No centro deste processo, a juventude que ali vive, por vezes marginalizada, tem dificuldade de viver circuitos juvenis próprios, ainda que encontre respostas criativas às necessidades diárias. No território se desenvolvem os problemas urbanos que, a rigor, afetam, primeiro, a juventude, quais sejam, a insegurança, a difícil mobilidade, a falta de opções de lazer, o desemprego, o tráfico. Com o objetivo de criar um perfil deste local, a partir dos desafios e conquistas que a realidade apresenta, este projeto pretende planejar e executar uma oficina de educomunicação com adolescentes, que culmina na produção de uma reportagem para a web, com conteúdos produzidos pelos participantes, em uma experiência de imersão que estabelece um diálogo entre Comunicação, Educação e Antropologia. A prática está vinculada à proposta de jornalismo cívico, ou cidadão: a agenda local é a centralidade da notícia e a própria comunidade participa do processo de produção midiática, numa perspectiva “desde dentro”.

**Palavras-chave:** Jornalismo cívico; Juventude; educomunicação, webreportagem; Caximba.

## ABSTRACT

The formation of the urban space in Brazil historically tends to a process of segregation. The experience of Curitiba-Pr shows that the constitution of plans guiding the urban growth did not combat the increase of irregular occupation areas in the periphery. A slum that have been developed on the very South of the municipality (the small villages that together compose the "29th October Occupation" - is on its cases. The proximity to the Iguaçu River and to the old sanitary landfill of Curitiba, added to the low income of the residents and the lack of basic services, generates housing informality, environmental risk and precarious infrastructure situations. At the center of this process are the youth groups who live there, usually marginalized, that find it hard to experience their own youth circuits, although they can find creative responses to daily needs. In the territory develops the urban problems that, strictly speaking, affect, at first place, the youth, such as the insecurity, the hard mobility, the lack of leisure options, the unemployment, etc. With the purpose of creating a profile of this place, based on the challenges and achievements that reality presents, this project intends to plan and execute an educommunication workshop with adolescents, culminating in the production of a News website entitled "Caximba, Presente!". Contents may be produced by the participants, in an immersion experience that dialogues with Anthropology. The practice is linked to the proposal of the civic journalism: the community agenda is the centrality of the stories and the community itself participates in the process of media production, from a "inside out" perspective.

**Palavras-chave:** Civic journalism; Youth; educommunication, News website; Caximba.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 01 - MAPA LOCAL DE SEGURANÇA E PERIGO DESENHADO POR DUAS JOVENS. GUATEMALA. ....	49
ILUSTRAÇÃO 2 - PLANO AGACHE, ORGANIZAÇÃO SETORIAL.....	77
ILUSTRAÇÃO 3 – FERRAMENTAS DO PLANO DIRETOR PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE .....	78
ILUSTRAÇÃO 4 - DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO HABITACIONAL DE CURITIBA, ATÉ 2003 <i>VERSUS</i> MAPA DO ZONEAMENTO 2000 A 2007 .....	85
ILUSTRAÇÃO 5 - ZONEAMENTO CAXIMBA. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E ZONA INDUSTRIAL .....	90
ILUSTRAÇÃO 6 - VILAS DA CAXIMBA .....	91
ILUSTRAÇÃO 7 - EVOLUÇÃO VILA 29 DE OUTUBRO .....	92
ILUSTRAÇÃO 8 - EVOLUÇÃO ATERRO DAS CAVAS CAXIMBA 2003 – 2017 .....	97
ILUSTRAÇÃO 9 - RESPOSTAS À PERGUNTA "TEMAS QUE GOSTARIA QUE FOSSEM TRABALHADOS NA OFICINA .....	125
ILUSTRAÇÃO 10 - RESPOSTA À PROVOCAÇÃO "O QUE FAZER APÓS O TÉRMINO DA OFICINA" .....	127

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS CIRCUITOS JUVENIS .....	38
TABELA 2 - PORCENTAGEM DE VÍTIMAS E AGRESSORES ENTRE 18 E 24 ANOS POR TIPO DE CRIME .....	43
TABELA 3 - CLASSIFICAÇÃO DAS FAVELAS.....	67
TABELA 4 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DOS DOMICÍLIOS <i>VERSUS</i> DOMICÍLIOS EM OCUPAÇÕES IRREGULARES.....	79
TABELA 5 - POLÍTICA HABITACIONAL DE CURITIBA.....	81
TABELA 6 - NÚMERO DE HABITANTES EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS, SEGUNDO OS BAIRROS DE CURITIBA, DE 1991 A 2010.....	89
TABELA 7 – MAPA DO SITE CAXIMBAPRESENTE.COM.....	129

## LISTA DE SIGLAS

AIERI	Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu
APA	Área de Proteção Ambiental
APPs	Áreas de Preservação Permanente
BNH	Banco Nacional Da Habitação
CAGED	Cadastro Geral de Empregos e Desempregos
COHAB-CT	Companhia de Habitação Popular de Curitiba
COHABs	Companhias de Habitação Popular
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializados de Assistência Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MJ	Ministério da Justiça
MP	Ministério Público
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NCEP	Núcleo de Comunicação e Educação Popular
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PD	Plano Diretor
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PPJs	Políticas para Juventudes
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SEHIS	Setor Especial de Habitação de Interesse Social
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
UN-HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
ZI	Zona Industrial

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 JUVENTUDE E SEUS PLURAIS</b> .....	<b>16</b>
2.1 MARCOS DE UMA CRONOLOGIA JUVENIL .....	18
<b>2.1.1 O jovem no Brasil e as políticas públicas para a juventude</b> .....	<b>22</b>
2.2 CONCEITO: JOVEM, JUVENTUDE OU JUVENTUDES .....	26
<b>2.2.1 Autonomia, visibilidade e empoderamento: a vivência da condição juvenil e os circuitos juvenis</b> .....	<b>35</b>
2.3 JUVENTUDE E VIOLÊNCIA .....	42
<b>3. A CIDADE E AQUELE QUE A HABITA</b> .....	<b>53</b>
3.1 ESPAÇO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE .....	53
<b>3.1.1 Pontos de conexão em uma malha geográfica: redes e identidades</b>	<b>57</b>
<b>3.1.2 A multiterritorialidade: uma aproximação final</b> .....	<b>59</b>
<b>3.1.3 Um sentido global de lugar no espaço urbano</b> .....	<b>62</b>
3.2 FAVELA E PERIFERIA .....	65
<b>4. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL</b> .....	<b>70</b>
4.1 O PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA .....	75
4.2 QUESTÕES HABITACIONAIS E HABITAÇÃO SOCIAL EM CURITIBA ...	80
4.3 A OCUPAÇÃO DA CAXIMBA .....	87
<b>5. JORNALISMO CIDADÃO</b> .....	<b>103</b>
5.1 A ANTROPOLOGIA DA CIDADE E O JORNALISMO NA CIDADE .....	103
5.2 JORNALISMO CÍVICO, PÚBLICO E CIDADÃO .....	108
5.3. A EDUCOMUNICAÇÃO .....	115
5.4 JORNALISMO CIDADÃO NA INTERNET: ESTRATÉGIA DE REPORTAGEM PARA WEB.....	119
<b>6. PROJETO, METODOLOGIA E PRÁTICA DE OFICINA DE EDUCOMUNICAÇÃO NA CAXIMBA</b> .....	<b>122</b>
6.1 OFICINA COMUNICAÇÃO E JUVENTUDE .....	123
6.2 PRODUÇÃO JORNALÍSTICA PARA WEB .....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>133</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O jornalismo não é, sempre, inclusivo. As limitações impostas pelo campo, quais sejam, a rotina de produção, os valores pessoais e a política editorial podem ser fatores que geram estereótipos. Na contramão desse processo, iniciativas de um “novo jornalismo”, cívico, cuja centralidade se baseia na “agenda dos cidadãos” ganham força em projetos editoriais. Nesta perspectiva, os jornais retomam uma aproximação com os leitores, ao promover um esforço de compreender as questões caras à comunidade em que está inserido.

O objetivo geral deste trabalho é desenvolver um produto jornalístico, cujo conteúdo é produzido “desde dentro”, seja pelos próprios envolvidos com os temas retratados, seja a partir de uma experiência de imersão e contato com a comunidade em uma metodologia de observação participante que pode se aproximar com a Antropologia.

Neste viés, a experiência urbana constitui um objeto privilegiado para o estudo da antropologia e para a prática jornalística. Parte-se do pressuposto, a ser verificado, de que os espaços urbanos são modificados na mesma medida em que modificam os atores sociais e que a juventude, ao promover trajetos na malha urbana, desenvolve sua própria identidade a partir das territorialidades da cidade. Em consequência, as limitações impostas a determinados grupos juvenis, dado o afastamento das zonas centrais, a carência de equipamentos urbanos de lazer, o desemprego e as condições insalubres de moradia, são definidoras do agir jovem e contribuem, de imediato, com a produção da segregação socioespacial.

Com o intuito de retratar essa “agenda jovem” das chamadas periferias urbanas este projeto propõe como objetivos específicos: o planejamento, execução e avaliação de uma experiência de oficina de educomunicação realizada com jovens em situação de periferia e, a partir daí, o desenvolvimento de uma “webreportagem”, um produto jornalístico disposto em formato multimídia, com conteúdo produzido de forma compartilhada e colaborativa, pelos interlocutores do projeto.

Para tanto, o trabalho propõe a “Ocupação 29 de Outubro” como recorte espacial da reportagem. O conjunto de sete vilas presentes no bairro da Caximba, localizado no extremo sul da cidade de Curitiba começou há cerca de trinta anos, ainda que tenha atingido um crescimento localizado a partir do ano de 2010, quando, após o encerramento das atividades do “Aterro Sanitário de Curitiba”, iniciou-se uma ocupação irregular em terreno que pertencia ao Estado do Paraná. A Prefeitura de Curitiba estima que existam, ao menos, 2.184 domicílios na área.

O local ocupado, além de estar próximo ao antigo aterro, fica à beira do Rio Barigui, próximo ao desague com o Rio Iguaçu. A área é considerada de risco socioambiental, já que sua complexidade pode provocar enchentes e contaminação pelo chorume em decomposição do aterro. Além disso, parte da terra ocupada era tomada por cavas, que funcionam como bolsões de contenção da água do rio. Aterrado por meio do descarte de restos da construção civil, o terreno fica constantemente úmido e pode provocar desabamentos. Somada a essas questões, a infraestrutura urbana é precária. Grande parte das ligações de água e energia são ilegais. Parte da comunidade constantemente fica sem luz durante dias. Em grande parte das residências o esgoto é disposto a céu aberto e é diretamente descartado nas cavas e no rio.

O Censo de 2010 (IBGE, 2010) mostra que, de 2000 a 2010, o bairro recebeu 1.114 novos moradores em aglomerados subnormais – favelas. Número alto ao se considerar que, em 2010, a população total do bairro era de 2.522 pessoas. A necessidade de produção de um jornalismo mais cidadão e a complexidade da realidade relatada justificam este projeto: identificou-se que a ocupação não apenas é um local de interesse jornalístico, mas também pode contribuir e se beneficiar com a produção cidadã de notícias sobre ela. Por “produção cidadã” se entende a produção de reportagens que levam em consideração as pautas locais, comumente manifestadas no território, como as questões de segurança, moradia, meio ambiente, renda, emprego, mobilidade, saúde e educação que normalmente se apresentam como problemas urbanos neste tipo de realidade.

Na expectativa de compreender as demandas conceituais que este tipo de projeto requer, o trabalho dispõe de seis capítulos, a começar pela introdução, divididos metodologicamente dentro dos assuntos apurados.

O segundo capítulo apresenta os marcos da cronologia juvenil – interlocutores deste projeto – e os conceitos que a ela se aplica. Usando especialmente os trabalhos de GROppo (2000) e FEIXA (2004), o estudo procura ultrapassar a ideia obsoleta, funcionalista, que vê o jovem como um sujeito em moratória vital, que se prepara para a vida adulta. A juventude é percebida, ao contrário, como uma representação simbólica e uma situação vivida. Considerando que não existe um “padrão de ser jovem”, procura-se identificar qual a “questão” juvenil deste tempo, já que é presente um olhar sobre a juventude como etapa problemática, que requer tutela e está disposta a riscos.

Ao se perceber que a juventude, ao construir sua identidade, se apropria de espaços públicos e privados e, assim, os constrói, MAGNANI (2007) desenvolve o conceito de “circuitos juvenis”, norteador deste projeto. Um enfoque mais global que ultrapassa a ideia de geração e articula comportamentos, espaços e instituições na construção simbólica do termo “juventude”.

O capítulo introduz, ainda, a relação entre juventude e violência no espaço urbano. É certo que nestes ambientes periféricos, onde a presença do poder público é fraca, a juventude é a primeira a estar exposta aos fatores de risco. Em 2011, matou-se 249,6% mais jovens que “não-jovens”. Dos jovens brasileiros, cerca de 2 milhões vivem em favelas.

Estas relações juvenis acontecem no território e, neste caso, no território urbano. O território é necessariamente resultado de uma ação de poder. Quando se aplica valor a este território, alcança-se a territorialidade. O terceiro capítulo retoma os fundamentos básicos de lugar, espaço e território de RAFFESTIN (1993), SANTOS (2006) e LEÈBVRE (1999) além de definir uma concepção verdadeiramente múltipla de território, a multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007). Os sentidos de pertencimento atribuídos ao espaço urbano, promovem um sentido global de lugar (MASSEY, 2000). As

identidades, quando atreladas a políticas públicas, por exemplo, podem gerar encontros ou conflito. É comum observarmos que a cidade é um espaço de revelação que pode gerar segregação. Também inclusas neste capítulo, estão as definições de “favela” e “aglomerados subnormais” que correspondem às características dos locais estudados, que inclui os trabalhos de MEIRELLES e ATHAYDE (2014) e DAVIS (2006)

Na sequência, o quarto capítulo trabalha o histórico das políticas habitacionais do Brasil e de Curitiba, que geraram uma segregação espacial cujo reflexo aparece em comunidades como a Caximba. A ocupação sofre com os elementos característicos da favelização: falta de serviços básicos, casas com estrutura inadequada, pobreza e exclusão social. O capítulo desenvolve especialmente os estudos de ALBUQUERQUE (2007).

No quinto capítulo, se apresenta o conceito central deste trabalho: uma proposta de um jornalismo verdadeiramente leal aos cidadãos, que, como a antropologia, manifesta o desejo de incorporar o Outro como interlocutor ativo da prática jornalística. Dialogam as definições antropológicas de Uriarte (2012), Lévi-Strauss (2008) e Agier (2011) com as definições do jornalismo cívico, público ou cidadão, que tentam corresponder de forma mais assertiva aos anseios dessas comunidades (TRAQUINA, 2003; MESQUITA, 2003; ROSEN, 2003). Por fim, o capítulo fundamenta a opção deste trabalho de se aplicar uma oficina de educomunicação (SOARES, 2002) e uma reportagem para web (LONGHI, 2010; CANAVILHAS, BACCIN, 2015) como produto.

O último capítulo apresenta o projeto de educomunicação desenvolvido como meio para alcançar o objetivo geral e dá pistas de possíveis resultados obtidos a curto prazo com a aplicação de uma oficina aos jovens moradores da Ocupação 29 de Outubro; além de apresentar a proposta para a reportagem para web “Caximba, Presente!”.



## 2 JUVENTUDE E SEUS PLURAIS

A possibilidade de assumir a juventude como agente social definidor de moda, cultura, políticas e territorialidades é comumente associada a questões típicas do universo juvenil: o trabalho, a desigualdade, a família, o lazer, as práticas de consumo e a violência. Tais dimensões caracterizam não somente o agir jovem, mas dialogam no conjunto com os avanços e conflitos da dinâmica social.

Historicamente, a concepção corrente do conceito de “juventude”, em geral estabelecida como noção social, repousa em uma proposta funcionalista, cuja visão se atém a definir o termo como um período de moratória, um momento transitório para a vida adulta. Formações e experiências obtidas nesta fase da vida seriam caminhos para o “vir a ser”. Uma vez percebido como sujeito social e, em consequência, como agente consumidor, o jovem se torna gradualmente objeto de estudo e interesse de diversas áreas. Deste movimento, novas perspectivas contribuíram para reforçar ou criticar esta primeira visão.

Sabendo que os produtos deste trabalho, quais sejam, uma reportagem para a web e a aplicação de uma oficina de educomunicação, têm foco direto na relação das juventudes com suas formas de viver o território e as relações sociais, este capítulo pretende retomar as principais concepções disponíveis na academia sobre o tema. O objetivo é definir os primeiros passos para a compreensão do que se entende por “vivência da condição juvenil”.

Como apresentado, à primeira vista, os estudos funcionalistas percebem a juventude como um

... momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, por meio da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos. (ABRAMO, 2007, p. 79).

Neste ponto de vista, a tematização da juventude como fase transitória cobraria um esforço das instituições sociais de preparar o jovem para a vida

adulta (AQUINO, 2009, p. 25). A juventude dependeria da incorporação gradual de elementos socioculturais etários, da frequência escolar à iniciação sexual; “sucedida progressivamente pela entrada no mercado de trabalho, pela saída da casa dos pais, pela constituição de domicílio próprio, pelo casamento e pela parentalidade” (AQUINO, 2009, p. 25).

Uma segunda abordagem é síntese de uma visão chamada “romantizada” sobre a juventude, que vê o jovem como um interlocutor e definidor de produtos culturais. Esta percepção foi lapidada a partir dos anos 1960, quando o crescimento da indústria cultural promoveu, pela primeira vez, um mercado cultural destinado especialmente ao grupo. A esta imagem se adiciona a “tendência de perceber o jovem reduzido apenas ao campo da cultura, como se ele só expressasse a sua condição juvenil nos finais de semana ou quando envolvido em atividades culturais” (DAYRELL, 2007, p. 155). A juventude seria essencialmente definida como grupo consumidor, que usa espaços de lazer pontuais e recorre a um mercado específico de entretenimento.

Por fim, outro modelo vê ainda o jovem como protagonista de um momento de crise, conflitos e afastamento familiar. Os problemas associados à juventude, quais sejam, a delinquência, o uso de drogas, o comportamento alterado, deveriam ser combatidos diretamente pela sociedade.

É sintomático, por exemplo, o fato de que, pari passu à consolidação da afinidade entre a modernização socioeconômica e a configuração da juventude como categoria sociológica específica, firmou-se uma vinculação quase direta entre a temática juvenil e as questões da desordem social. (AQUINO, 2009, p. 25).

Independente da abordagem, é presente o olhar sobre a juventude como etapa problemática, que requer tutela da sociedade. Em geral, a reflexão destinada a discutir os sistemas caros à vida do jovem está arraigada à contestação da rebeldia juvenil ou a manutenção de sua moratória social. Mesmo a identificação comum do jovem como estudante indica o peso desta compreensão transacional corrente, sendo a juventude vista como:

... um crédito de tempo concedido ao indivíduo que protela sua entrada na vida adulta e possibilita experiências e experimentações que favorecerão seu pleno desenvolvimento, especialmente em termos de formação educacional e aquisição de treinamento. (AQUINO, 2009, p. 2)

A rigor, “juventude” é um campo conceitual aberto. Em síntese, os trabalhos acadêmicos dão conta de entender o termo enquanto: a) faixa etária, manifestada na separação entre infância, adolescência, juventude e velhice, por exemplo; b) representação, quando se aplica o conceito à termos como ‘juventude rebelde’; e c) situação social (SANTANA, 2011, p. 3).

Identificar a juventude sob a perspectiva da representação pesa no estudo acadêmico. É recente o movimento cuja análise considera não somente o entorno, mas o próprio jovem e sua maneira de experienciar, perceber, eleger e atuar dentro da sociedade.

A partir de tal movimento, este capítulo pretende identificar os primeiros marcos de uma cronologia juvenil, além de entender suas identificações geracionais e como o jovem se relaciona com os espaços e com outros jovens. Além disso, abrem-se os marcos iniciais para a compreensão do posicionamento da juventude brasileira e sua relação com as políticas públicas.

## 2.1 MARCOS DE UMA CRONOLOGIA JUVENIL

Diversas tentativas de definir a juventude passaram a concorrer ao final do século XIX. Esforços de convocação de adolescentes, políticas nacionais e manifestações artísticas refletiam os primeiros passos da juventude de então: o desejo de viver segundo suas próprias regras.

O caminho juvenil da época despontava uma juventude europeia ora delinquente, ora militarizada, com algumas tentativas de posicionamento contracultural. Entre 1880 e 1990, a população urbana do Novo Mundo triplicou de 14 para 42 milhões (SAVAGE, 2009, p. 147). Uma revolução completa e tão rápida que provocou novas e urgentes relações urbanas.

Do fim do século XIX até a primeira década do século XX), apesar da propaganda voltada para as aspirações, o sucesso individual dependia da estrutura familiar do nascimento.

A família de classe média mantinha ideais tradicionais, homens ingressavam nos negócios da família, mulheres, se não ingressassem na medicina ou advocacia, almejavam o casamento. Para os rapazes, em particular, havia uma escala já pronta de sucessos a ascender; educação primária e secundária, depois a universidade e a entrada para o comércio, a indústria ou uma profissão liberal. (SAVAGE, 2009, p. 52)

Esta estrutura culminou em movimentos como a juventude imperial britânica, a economia do sonho americano e até na mobilização de regresso à natureza na Europa.

Mas foi a partir do início do Século XX que se identificou o que Savage chama de um grande “abismo” de gerações (2009, p. 15), mesmo considerando as reconstruções juvenis que partiram da Primeira e Segunda Revoluções Industriais (entre os séculos XVIII e XIX). Durante os eventos que deram início à Primeira Guerra Mundial, os estudos encontraram uma “nova tipologia juvenil”, que agora rejeitava o sistema liberal e cosmopolita. Enquanto a geração anterior tinha sido pessimista, intelectual, relativista e agnóstica, a nova conjuntura francesa criou o caminho de um choque de gerações.

Atraídos pelo catolicismo, eles (a geração que atingia a maioria em 1912) eram mais sexualmente conservadores do que a geração de 1885 e mais rápidos em aceitar responsabilidades adultas. Desgostosos com a corrupção da Terceira República, eles buscavam a redenção na futura guerra com a Alemanha. A combinação de batalha misturada com orações levava inexoravelmente a um martírio típico da cruzada. (SAVAGE, 2009, p. 149)

Esta transformação é procedida do choque de “jovens contra velhos”. Complementa este período as questões levantadas pela cultura de massa americana e também por seu antagonismo durante a depressão da economia americana pós 1929. Protagonizou, na década de 1920, uma juventude “consumidora do amanhã” (SAVAGE, 2009, p. 240).

Os estudos sobre as juventudes à época, sobretudo no âmbito da Escola de Chicago<sup>1</sup>, focam nas disfunções ou anomias, a fim de compreender o comportamento juvenil manifestado, por exemplo, nas gangues (SPOSITO, 1999, p. 78). Novos modelos de produção em massa perceberam a mão de obra barata daquele grupo. Um garoto de 19 anos produziria mais que seu pai de 45. “Entretanto, apesar dos seus ambientes de trabalho, diversões e educação cada vez mais padronizados, uma parte dos jovens americanos recusava o convite de renunciar à sua individualidade” (SAVAGE, 2009, p. 241).

Entre o outono americano de 1929 e o verão de 1932, 74 bilhões de dólares se perderam no mercado de ações dos Estados Unidos. A Grande Depressão<sup>2</sup> mudou rapidamente as relações sociais de moradia e emprego. “A Depressão atingiu com força os adolescentes. Entre aqueles com idade para estar no ensino secundário, 40% não estavam na escola” (SAVAGE, 2009, p. 302). O desemprego atingia também a juventude, que em grande parte migrava de cidade em cidade em busca de trabalho. Grande parte dos conflitos eram motivados por questões raciais.

Na sequência, a Segunda Guerra Mundial, que se encerra em 1945, lança uma nova compreensão e definição de juventude.

Particularmente após a Segunda Guerra Mundial, novas orientações rompem com essa tradição e enfatizam o potencial contestador e rebelde presente nos segmentos juvenis, dando origem a vários estudos que examinaram, dentre outras, as modalidades de participação estudantil ou suas práticas culturais (SPOSITO, 1999, p. 78).

Desde o início, a palavra *teenager* (em português, “adolescente”) foi um termo de marketing promovido por publicitários que dialogava com o poder de

---

<sup>1</sup> A Escola de Chicago foi um movimento de estudos desenvolvidos na Universidade de Chicago, a partir do início do século XXI, por autores como William Thomas, Robert Park e Robert McKenize. A Escola inaugurou o interesse por estudos, com vocação qualitativa, ainda que também conduzissem estudos quantitativos, no meio urbano. Os problemas sociais, tais como a delinquência juvenil, imigração e os bolsões de pobreza se tornaram objeto de estudo da Escola. Em síntese, tratava de questões concretas, empíricas e abriu caminho para a fenomenologia (BONI, 2005).

<sup>2</sup> A Grande Depressão, popularmente conhecida como Crise de 29, foi um período entre 1929 e 1933, que se iniciou com uma quebra inesperada da bolsa de Nova York, dada a paralização da indústria norte americana e a especulação financeira. As taxas de desemprego triplicaram em poucos anos.

consumo dos jovens. Cunhado após o término da Segunda Guerra Mundial, o emprego da palavra nos anúncios publicitários contribuiu com a recém-descoberta da juventude como público-alvo, agente importante de consumo (SAVAGE, 2009, p. 11).

Nos últimos sessenta anos, esta imagem do adolescente pós-guerra dominou o modo como o Ocidente vê os jovens e tem sido exportada com sucesso para o mundo todo. Como a nova ordem mundial que prenunciava, ela precisa ser redefinida. (SAVAGE, 2009, p. 11)

Este período inaugurou uma nova era de jovens trabalhadores, influenciados por correntes culturais decorrentes dos *teddy boys* e do *rock'n roll*. As organizações tradicionais sofreram transformações após a Guerra, em meio à crescente popularidade de novas drogas e lazer. O estudo destas culturas juvenis deu base para as formulações teóricas sobre o tema, em especial as funcionalistas, já apresentadas (ROBERTS; PARSELL, 1990, p. 167). As teorias que se iniciam nos anos 1950 enquadram a juventude em uma posição próxima à revolta, à margem do sistema e pronta para enfrentar autoridades. Os estudos insistiam que a função das culturas juvenis seria preparar o jovem à vida adulta, primeira abordagem apresentada neste capítulo.

Também os estudos da Escola de Chicago, em especial as definições propostas por Robert Park ganhavam importância. O trabalho de campo e a colocação da cidade como um grande laboratório contribuíram, inclusive, para o desenvolvimento da antropologia urbana. A investigação do comportamento coletivo e a observação participante formularam os trabalhos da Teoria da Ecologia Humana e da Sociologia Urbana, que percebem as limitações impostas pela sociedade no indivíduo.

Acompanhando este cenário internacional, a juventude brasileira também experienciou o surgimento de “tribos urbanas”<sup>3</sup>, gangues e novas relações de consumo. Aos poucos, as características geracionais forçaram o

---

<sup>3</sup> O conceito será trabalhado no tópico 2.2.1: “Autonomia, visibilidade e empoderamento: a vivência da condição juvenil e os circuitos juvenis”.

Estado a perceber as necessidades desta parcela da população e lançar mão das primeiras tentativas de políticas públicas para a juventude. O próximo tópico procura contextualizar o contexto juvenil no Brasil e as primeiras ações governamentais sobre o tema.

### **2.1.1 O jovem no Brasil e as políticas públicas para a juventude**

É recente no Brasil a preocupação do governo com a formação de políticas para a juventude (ABRAMO, 2007, p. 74). Há mais tempo, instituições do terceiro setor desenvolviam ações afirmativas de atendimento para adolescentes em situação de “risco”<sup>4</sup>. Os sistemas de proteção social costumavam tutelar aqueles com vínculo formal no mercado de trabalho.

Paralelo, o Estado buscou incorporar outros grupos a partir do investimento em educação. “Tratava-se de desenvolver as aptidões exigidas pelo processo de qualificação da força de trabalho” (CELIA; NOVAES, 2009, p. 15). Mais uma vez, compunham-se duas juventudes: a que se prepara para a vida adulta e a que, por fazer parte da classe trabalhadora, não era vista como jovem (CELIA; NOVAES, 2009, p. 15). Diante disto, este tópico trabalha as principais características organizacionais da juventude brasileira e sua relação com as políticas públicas.

Apesar da experiência de organização juvenil no Brasil ter tido início já no âmbito do Movimento Abolicionista, ao final do século XIX, é somente nas décadas de 1930 e 1950 que as relações juvenis no país foram, de fato, marcadas pelos movimentos classistas, estudantis e religiosos. Estes grupos culminaram, na década de 1960, com um movimento estudantil forte, capaz de

---

<sup>4</sup> Para Helena Abramo (2007), o termo “risco” é o mais empregado para definir jovens que vivem fora das unidades familiares, ou “meninos de rua”. Já jovens em situação de pobreza, que compõem núcleos familiares de baixa renda são caracterizados pela autora como “desvantagem social” ou “carentes”. O conceito de “vulnerabilidade” também é utilizado nestes casos. Em Janczura (2012) vulnerabilidade pressupõe uma condição social de desvantagem, normalmente associada à situação econômica. A vulnerabilidade não existe sem risco, e depende da ação de outros agentes sociais que colocam um grupo em relação de vulnerabilidade. O conceito é utilizado quando há exposição a risco em virtude de uma baixa capacidade material, simbólica ou comportamental.

dar o tom de grande parte do entendimento político e cultural, em especial da juventude de classe média.

Além deste processo de redemocratização, é na década de 1980 que a crise da dívida externa inicia um quadro de pobreza e reestruturação econômica. Políticas compensatórias e afirmativas de distribuição de renda foram adotadas, com a aplicação de programas de recuperação alimentar e empregos temporários. A rigor, sabendo da necessidade de crescimento econômico, aquele momento reservou aos jovens um papel no processo de desenvolvimento. Via de regra, ver a juventude como capital humano se materializava em projetos de capacitação e inserção produtiva (CELIA; NOVAES, 2009, p. 16)

Paralelamente, projetos específicos destinados à juventude, em especial culturais e de ressocialização, dão lugar a políticas focalizadas de alívio da pobreza. Neste período...

... no Brasil os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, e tais políticas não estariam sendo orientadas pela ideia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações (CARRANO, SPÓSITO, 2007, p. 181).

A análise histórica das políticas sociais mostra seu caráter fragmentário e vinculado ao mercado formal de trabalho. Ao final do século XX, a juventude brasileira estava, ainda, invisível. As poucas políticas a ela destinadas tratavam diretamente de uma concepção transitória, conduzida pela definição etária de juventude e não respondia aos problemas que aquela geração manifestava. A violência, por exemplo, era combatida essencialmente com tentativas de reinserção escolar e capacitação profissional (CELIA; NOVAES, 2009).

Estudando diversos trabalhos em juventude, Carrano e Spósito sintetizam a ação política destinada à juventude latino-americana em quatro modelos temporais:

a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito



(entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000). (CARRANO, SPOSITO, 2007, p. 182)

O início do século XXI traz novos desafios a este processo, em especial em virtude das características partilhadas pelos jovens que atingem a maioria a partir dos anos 2000. Por exemplo, o avanço da tecnologia, em especial das redes de informação e dados, e a nova sociabilidade por ela promovida constituem parte da questão juvenil deste tempo.

Dessa maneira, hoje está em curso um processo de mão dupla – com influências mútuas de cima para baixo e de baixo para cima –, no qual diferentes atores políticos governamentais e da sociedade civil tomaram para si a iniciativa de anunciar publicamente a diversidade juvenil, a existência de problemas comuns atuais da juventude e de propor diversificadas soluções em termos de PPJs (CELIA; NOVAES, 2009, p. 18).

Surge, neste começo de século, o “jovem como sujeito de direitos” como referencial destas políticas. Esta expressão, ainda que imprecisa, aproxima direitos de cidadania e direitos humanos. Esta rede de Políticas para Juventudes (PPJs) organiza-se em: 1. Políticas universais, de interesse de toda a população, inclusive da juventude. Incluem direitos de cidadania que necessariamente incorporam um recorte etário; 2. Políticas atrativas, que têm especial incidência sobre os jovens, como as políticas de segurança. Costumam ter um caráter emergencial ou experimental; 3. Políticas exclusivas: no Brasil, definidas àqueles entre 15 e 29 anos. Aplicam-se em situações emergenciais de resgate educacional, social, de saúde, cultura, etc. (CELIA; NOVAES, 2009, p. 20).

No Brasil não há ministério especial para o tema. O trabalho de integrar todas estas políticas é realizado pela Secretaria Geral da Presidência da República, que coordena suas ações a partir da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), desde sua criação, em 2005.

“De fato, até o fim de 2007, o jovem encontrava pouco reconhecimento como usuário desta política” (JACCOUD, HADJAB, ROCHET, 2009, p. 169). O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Humano, único exclusivo para a

juventude, deu lugar – em 2008 – para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que transitava entre os Ministérios da Educação (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Outros programas seguiram com a tentativa de impactar diretamente este grupo. É o caso do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), além da presença dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

Todas estas iniciativas se debruçam sobre vulnerabilidades específicas. Contudo, permanecem relativamente pouco atentas tanto à questão da diversidade que marca este público como à especificidade deste momento do ciclo de vida. (JACCOUD, HADJAB, ROCHET, 2009, p. 169)

Tendo a assistência social como regulamentadora da abordagem nacional para a juventude, pesam a amplitude dos objetivos destas políticas. Neste caminho os objetivos da assistência social sobrepõem a garantia de renda e incluem também a integração, desenvolvimento e autonomia da população jovem em situação de risco.

De um lado, busca-se afirmar o caráter universal desta política. De outro, busca-se lembrar que o indivíduo está, em sua maioria, integrado a uma organização familiar em que são partilhadas as estratégias primárias de inserção social e econômica, assim como as de enfrentamento de vulnerabilidades. (JACCOUD, HADJAB, ROCHET, 2009, p. 171)

Promover políticas a partir das vulnerabilidades vividas pelas juventudes é um desafio. Isso porque os riscos sociais associados a este grupo são transversais à pobreza, ao desemprego, à doença, à deficiência, à violência e até ao uso do espaço. Além disso, diferente do observado nas décadas que antecedem o início do século XXI, é característica da geração jovem atual o interesse pelo prolongamento de sua juventude, que, conseqüentemente, prolongam também a inevitabilidade da aplicação destas políticas.

Este perfil geracional é imediatamente contrário ao que o precede. Enquanto antes a norma era a “precocidade” em se tornar adulto, hoje não existe mais pressa em completar esta transitoriedade.

As relações intergeracionais foram profundamente modificadas, passando da marca da autoridade à da liberalidade. Hoje, à incerteza de entrada na vida profissional alia-se o conforto e a tolerância do meio familiar, a corrida para a obtenção do diploma e o prazer da sociabilidade juvenil, o que contribui para o retardamento na incorporação de papéis adultos. (AQUINO, 2009, p. 27)

Em 2016, por exemplo, 25,8% dos jovens não estudavam nem trabalhavam, segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2017, p. 49). Entre 2012 e 2016, o número de jovens que apenas trabalhavam caiu 5 pontos. Entre 2014 e 2016, data que coincide com o auge da crise econômica enfrentada pelo Brasil, o número de jovens desempregados entre 16 e 29 anos aumentou de 4 milhões para 6,3 milhões.

Enquanto a prolongação da juventude se manifesta nas incertezas e medos que surgem nesta geração, a redefinição das identidades juvenis adianta o desenvolvimento de subculturas juvenis, que resistem a padrões e buscam formas disruptivas de ressocialização. Esta “nova juventude”, imersa nos processos globalizatórios, é heterogênea. As subculturas juvenis, entendidas de diversas maneiras pela academia, promovem diferentes compreensões sobre as juventudes e sobre suas formas de utilizar o espaço público e privado, bem como as redes online e a internet. É do que trata o próximo capítulo.

## 2.2 CONCEITO: JOVEM, JUVENTUDE OU JUVENTUDES

A gradual assimilação de uma concepção sobre juventude, acompanha a cronologia de seu próprio descobrimento. A própria definição do conceito de geração surge a partir do estabelecimento de marcos da cronologia juvenil. É particular, por exemplo, a percepção de que determinadas classes tiveram primeiro a chance do “ser jovem” ou, ainda antes, de “ser criança”. Mesmo o

conceito de “juventude” é ainda novo para a academia, que procura aos poucos explicá-lo ou, ainda, ultrapassá-lo<sup>5</sup>.

Este tópico dá sequência às fundamentações iniciais sobre juventude, base para a posterior aplicação dos temas relacionados ao território. A assimilação do conceito facilita o contato e a compreensão do interlocutor jovem que o produto deste trabalho pretende dialogar.

Em *História social da criança e da família*, Philippe Ariès (1981) cria um primeiro perfil do que chama de “etapas da vida”, que entende como fenômenos sociais e históricos. Na escola medieval, por exemplo, que até o final do século XVI não separava crianças de adultos, não se construía a ideia de transitoriedade. Para o autor, a regularização do ciclo anual de turmas e a correspondência entre idade e classe foram os primeiros passos para uma definição de etapas da vida. Foi a partir desta definição estrutural que a burguesia estabelece diferente atenção a diferenças mínimas de idade.

A compreensão contemporânea das “etapas da vida” está associada à definição de geração. Para Feixa (2010, p.1), três quadros comparativos compreendem esta interpretação: 1. O período entreguerras, quando as bases do estudo se davam na perspectiva de “revezamento geracional”; 2. A década de 1960, em que foi formulada uma abordagem do “problema geracional” com as teorias do conflito; 3. A partir dos anos 1990, quando surge a sobreposição geracional em virtude da realidade de uma sociedade em rede.

A abordagem histórica do conceito de geração tem início numa concepção mecânica e positivista de Augusto Comte. Nela, o ritmo geracional poderia ser calculado em uma média de 30 anos, quando a geração seguinte viria substituir a anterior. A substituição seria sinônimo de progresso.

Na sequência, Dilthey e sua aproximação histórico-romântica quebra a análise quantitativa de Comte. Importava ao autor a qualidade dos vínculos sociais. Uma geração viria a ser constituída por pessoas que partilham um mesmo conjunto de experiências (FEIXA, 2010). Foi Mannheim (1982) que, se afastando das duas abordagens, criou um marco para o estudo geracional, ao

---

<sup>5</sup> Em *Questões da sociologia*, Bourdieu compreende que “a juventude é apenas uma palavra” (BOURDIEU, 1983, p. 121), como veremos adiante.

perceber a geração enquanto grupos que experenciam questões histórico-concretas comuns.

Há dois componentes centrais nesta partilha (do qual surge o "laço geracional"): por um lado, a presença de eventos que quebram a continuidade histórica e demarcam o "antes" e o "depois" na vida coletiva; de outro, o fato que estas descontinuidades são experienciadas pelos membros de um grupo etário em uma conexão constitutiva particular, quando o processo de socialização não foi concluído, pelo menos no seu período crucial, e os esquemas utilizados para interpretar a realidade não são ainda totalmente rígidos ou - como coloca Mannheim - quando essas experiências históricas são "primeiras impressões" ou "experiências juvenis". (FEIXA, 2010, p. 1)

Mannheim (1982) determina a geração como um grupo inserido em uma determinada situação social. A unidade geracional seria formada por vínculos estimulado por grupos dos quais os membros fazem parte. Isto se baseia no fato de que...

... a unidade de uma geração não consiste primariamente em um vínculo social do tipo que leva à formação de um grupo concreto, embora algumas vezes possa acontecer de um sentimento pela unidade de uma geração ser conscientemente desenvolvido como base para formação de grupos concretos (...) (MANNHEIM, 1982, p. 69).

Isto quer dizer que as gerações como um todo não formam uma comunidade na qual os indivíduos conhecem os membros e dependem de uma fundação ou marco inicial, mas são manifestações de similaridades de situações comuns vividas por vários indivíduos em uma estrutura social, como as classes.

O primeiro desafio é a própria definição da estrutura que define o contexto geracional. Uma vez que as similaridades dos indivíduos que compartilham uma mesma classe podem ser definidas a partir de uma estrutura econômica, por exemplo, qual seria a estrutura que rege as similaridades geracionais?

Como visto anteriormente, uma primeira aproximação precisa duas estruturas principais de estudo de juventudes: a etária e a social. Sobre a primeira visão, Mannheim (1982, p. 71) afirma:

Ora, poder-se-ia supor que o fenômeno sociológico da situação possa ser explicado e deduzido desses fatores biológicos básicos. Mas isso seria cair no erro de todas as teorias naturalistas que tentam deduzir os fenômenos sociológicos diretamente dos fatos naturais.

A juventude, no sentido de fenômeno sociológico, pode se basear no fator biológico como um dos fatores passíveis de definição da situação social de um indivíduo. Mas não o único. A simples existência de uma estrutura social, de interação múltipla e compreendida em uma continuidade histórica permite que a geração exista como uma manifestação de localização social (MANNHEIM, 1982, p. 72).

De acordo com Groppo (2000, p. 18)

A criação das juventudes é um dos fundamentos da modernidade e a existência da multiplicidade quase que incontrolável de juventudes é um sinal de que este fundamento, assim como outros fundamentos da modernidade, possuem suas contradições.

A manifestação de relações e representações sociais designadas a grupos entendidos como jovens respaldam a conceituação dos termos “juventude” e “geração” (GROPPO, 2000). A partir daí, a juventude se torna uma categoria socialmente manipulada e manipulável. Esse tipo de definição estrutural, encontrada também na relação entre os sexos, está inserida em uma lógica de divisão de poderes.

As classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter no seu lugar (BOURDIEU, 2003, p. 152).

Nesta definição, a relação entre idade social e idade biológica é complexa. Na prática, o conceito de juventude ou velhice é socialmente construído na luta entre jovens e velhos: “O fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses

comuns, e relacionar esses interesses a uma unidade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente” (BOURDIEU, 2003, p. 153).

Cada possível entendimento das representações que fundamentariam a juventude, desde o jovem como aventureiro, que vive em uma posição limite de aceitação e negação; ao jovem visto como presente em um processo de “moratória vital”, na qual a juventude seria somente uma transição para a vida adulta, compreendem a juventude como uma categoria social (GROPPO, 2000, p.7).

Em síntese, a juventude é tanto uma representação simbólica quanto uma situação vivida (GROPPO, 2000, p.7). Não existe um padrão de ser jovem, mas sim uma vivência da condição juvenil (PIERO, 2012). Como definição metodológica deste trabalho, entende-se a juventude como concepção ou como “representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos” (GROPPO, 2000, p.7).

O compartilhamento de uma mesma situação vivida define a juventude.

É preciso considerar, contudo, que, se existe um componente geracional que permite definir a juventude pelo que há de específico à sua condição, esta é vivida de forma diversificada e desigual entre os jovens, de acordo com suas situações socioeconômicas específicas e com os padrões de discriminação e preconceito vigentes, que repercutem sobre as oportunidades efetivamente disponíveis a cada um. (AQUINO, 2009, p. 31)

Em outras palavras, o comportamento jovem muda de acordo com a classe social, etnia, gênero, contexto histórico e até o espaço onde vive (GROPPO, 2000, p. 9), o que nos permite afirmar a existência de não somente uma juventude, mas de diversos tipos de juventudes que se apropriam do espaço e da vida como um todo a partir de diferentes padrões, mas que partilham uma mesma condição em uma estrutura social, incluso, aqui, o fator biológico.

Por isso, tornou-se usual empregar a expressão juventudes para enfatizar que, a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações

que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens. (AQUINO, 2009, p. 31)

A juventude típica do século XX, por exemplo, segue um modelo de classe média, com acesso a bens de consumo, criada em famílias nucleares. A modernidade, ao procurar criar um ideal jovem como aquele que vive uma fase transitória de preparação à maturidade, acaba por recriar a própria possibilidade de juventude. “À juventude ideal e primitivamente construída – urbana, ocidental, branca e masculina – outras juventudes vieram (ou tentaram) juntar-se – rurais, não-ocidentais, negras, amarelas e mestiças, femininas etc” (GROPPO, 2000, p. 16).

Ao mesmo tempo, devedores de lutas sociais dos anos 1970 e 1980, destacam-se grupos de jovens mulheres, de jovens negros/as e de afirmação da diversidade de orientação sexual. Mais recentemente surgiram articulações em torno da busca de direitos e oportunidades para jovens indígenas e para jovens com deficiência. Mesmo sendo numericamente poucos, em relação ao conjunto da juventude, estas minorias ativas introduzem suas específicas demandas geracionais em organizações existentes ou – a partir do recorte geracional – constroem novos espaços de atuação. Este é o caso das redes juvenis de saúde, direitos sexuais e reprodutivos. (CELIA; NOVAES 2009, p. 18)

O estudo das juventudes busca, neste caminho, definir não apenas similaridades, mas diferenças sociais. Em síntese, a juventude pode ser sempre entendida como: conjunto social que se enquadra em uma determinada fase da vida – na qual se destacam os aspectos uniformes e homogêneos constitutivos de uma cultura juvenil, definida também em termos etários; ou conjunto social diversificado, que agrega mais de um tipo de cultura, classe, gênero, oportunidades e poder. Isto nos mostra que as diferenças são tão constitutivas quanto as semelhanças nos estudos juvenis (PAIS, 1990, p. 140).

Gênero e etnia também são constitutivos juvenis. Como será visto adiante, uma menina pode receber e perceber as relações interpessoais e até espaciais de maneira diferente que um menino de mesma idade e condição econômica. Um jovem negro pode se apropriar dos espaços de forma concretamente distinta que um branco.



Esta situação vivida é percebida a partir de representações específicas que se dão no campo do trabalho, no espaço da rua, nas relações pessoais e mesmo em canais de comunicação. Aqui, reconhece-se a juventude a partir de sua busca constante por autonomia e visibilidade, sua apropriação das redes e mesmo suas ocorrências psicossociais<sup>6</sup>.

Um exemplo destas “ocorrências” que concebem este grupo, é a intensa busca por sentidos e pela construção de identidades, que pode gerar desencanto. É comum estudos sobre o tema perceberem no grupo jovem a frustração com o mundo tal qual se apresenta ou com as possibilidades de futuro. Isto é latente em especial nas observações contemporâneas. De acordo com Regina Novaes e Christina Vital (2005, p. 2), a luta pela inclusão social, por exemplo, é o “mínimo denominador comum” entre as atuais formas de participação juvenil.

O “medo de sobrar” é outra característica partilhada pela juventude do século XXI. Esse medo, um efeito colateral da reconstrução produtiva mundial, chega também aos jovens de classe média, ainda que atinja, sobretudo, os mais pobres. É um sentimento que resulta em graus crescentes de vulnerabilidade de acordo com vários tipos de discriminações e preconceitos de cor, raça, etnia, gênero, região de origem ou local de moradia (NOVAES, VITAL, 2005, p. 2).

Os jovens elaboram guiões múltiplos de futuro mas, muitas vezes, o futuro não se deixa guiar por nenhum deles. As intervenções políticas dirigidas aos jovens procuram também planificar o futuro mas as realidades imprevisíveis criam condições de incerteza que, muitas vezes, invalidam esses planos (PAIS, 2016, p. 8).

Tal quadro pode ser fruto de um contexto histórico cujas relações sociais não respondem aos anseios das juventudes ou até mesmo da aplicação de políticas públicas no espaço apropriado por estes grupos. De fato, esta relação é uma das muitas “vivências da condição juvenil” (PIERO, 2012). Pais complementa que:

---

<sup>6</sup> Adiante, trabalharemos como as juventudes se apropriam destes e de outros comportamentos que os caracterizam como jovens.

Uma particularidade de muitos jovens contemporâneos é, por conseguinte, a de viverem um tempo de instabilidade e de incertezas, de tensão entre o presente e o futuro, de laços persistentes de dependência e de anseios insistentes de independência. (PAIS, 2016, p. 7)

Enquanto as políticas preparam os jovens para a vida adulta, os projetos de vida recaem em vazios temporais. É o que Pais chama de “projetos em descoincidência com trajetões de vida” (2016, p. 7). O presente se enche de escolhas múltiplas e reversíveis, mas que, ainda assim, geram arrependimento e empurram a realização do projeto de vida para um futuro distante.

A simples tentativa de automatizar a vida juvenil e estandardizar as trajetórias vai contra a própria característica das juventudes de “viver o caminho”. Outra característica partilhada nesta situação social é a busca constante por autonomia. Segundo Pais (2005, p. 63), “embora os jovens sejam considerados dependentes de socializações de vária ordem, eles reclamam direitos de autonomia”.

Castells (2012) percebe a necessidade que a juventude tem de viver um tempo atemporal, de redes horizontais e de solidariedade. Estes jovens querem afirmar sua autonomia em relação às instituições. Segundo Castells (2012, p. 172), a autonomia se refere “à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses”. Na internet e na rua, se pratica a autonomia. “O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede” (CASTELLS, 2012, p. 165). “E por que pleitear o “utópico”? Por que autonomia sem desafio torna-se retirada” (CASTELLS, 2012, p. 165).

Nestes espaços que os jovens “fazem o que querem” e encontram visibilidade para o que fazem, visibilidade e autonomia só fazem sentido na existência do “poder fazer”. Na rua e nas redes, o jovem “pode fazer”. “Profundamente sensíveis ao ‘espírito do tempo’, os jovens se lançam na história insatisfeitos com paradigmas do passado. A globalização foi internalizada e hoje já se pressupõe um mundo sem limites geográficos” (CORREIA, 2014, p. 6).

Castells (2012) reitera que o processo de ação comunicativa é motivado por emoções, como o entusiasmo, que reforçam a mobilização. Para ele, “a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes de redes neurais dos cérebros humanos estimuladas por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação” (CASTELLS, 2012, p. 162).

Característica da atual geração, o jovem contemporâneo se envolve com o processo. É uma relação na qual o caminho é tão importante, se não mais importante, que o resultado final. Em termos práticos, o processo de grafitar um muro, por exemplo, pode ter igual importância à de comunicação de uma mensagem final. É o que lembra a disposição de McLuhan, que entende que “o meio é a mensagem”, no qual o meio seria o instrumento de extensão da capacidade humana, capaz de modificar o próprio conteúdo da mensagem. Portanto, o meio não é apenas o método comunicativo, ele é capaz de gerar ambientes que modelam as interações humanas. Em complemento, Castells (2012) sustenta que “o processo é a mensagem” (2012, p. 147).

Em Pais (1990, p. 150), essa relação nos permite identificar o jovem em sua diversidade. Assim, as juventudes se inserem dentro de uma trajetória biográfica, ou um processo, e vivem esta trajetória com a intenção de produzir um fim nela mesma. As tentativas de conseguir um emprego seriam um método para acessar a vida adulta (PAIS, 1990). Por outro lado, antes de se querer chegar à vida adulta, o jovem espera primeiro viver esta trajetória, com ou sem um emprego duradouro.

Este trabalho pretende entender como as juventudes, ao tentar construir suas identidades, constroem também, a partir da apropriação, os espaços, quais sejam, a rua, o condomínio, a escola, a quadra de esportes, etc. De forma concreta, a busca por autonomia, visibilidade e empoderamento em um processo de construção de sentidos no espaço urbano, permite à juventude a distribuição de grupos em circuitos que, uma vez dentro desta realidade, são entendidos como juvenis. A relação destes “circuitos” etnográficos com as vivências juvenis está disposta no próximo tópico.

### 2.2.1 Autonomia, visibilidade e empoderamento: a vivência da condição juvenil e os circuitos juvenis

Os diversos grupos urbanos que as juventudes constroem costumam ser identificados como “tribos urbanas”, conceito cunhado em 1987 na obra *O tempo das tribos*, de Michel Maffesoli. O autor identificou que “o homem não pode mais ser considerado isoladamente” (MAFFESOLI, 1998, p. 104). Deus, a filosofia e o indivíduo cedem lugar ao grupo. Para o autor, as tribos se constituem a partir das características do social e da sociabilidade. A pessoa representaria um papel no “teatro da vida”. A busca pela identidade seria o gatilho da formação de tribos.

A concepção da época permitiu a formulação do conceito. “Ao lado da existência de uma sensação coletiva, vamos assistir ao desenvolvimento de uma lógica de rede. Quer dizer: os processos de atração e repulsão se farão por escolha” (MAFFESOLI, 1998, p. 121).

Esta “sociabilidade eletiva” provoca o que o autor chama de “nebulosa afetiva”. Todo indivíduo passa a fazer escolhas baseadas em construções de personalidade. Em um espaço urbano que descobria a globalização, estas particulares comportamentais e estéticas passaram a formar “subculturas”. É a diferenciação que une as tribos.

Seja como for, para além de qualquer atitude justificativa, o tribalismo, sob seus aspectos mais ou menos reluzentes, está impregnando cada vez mais os modos de vida. Eu tenderia dizer que ele está se tornando um fim em si. Isto é, através de bandos, clãs e *gangs* ele recorda a importância do afeto na vida social (MAFFESOLI, 1998, p. 138).

Na sequência, José Magnani (2007) critica este entendimento ao afirmar que o termo, além de carregar um olhar preconceituoso, evoca “(...) grupos bem delimitados, com regras e costumes particulares, em contraste com o caráter massificado que comumente se atribui ao estilo de vida das grandes cidades” (2007, p. 17). Em outras palavras, estes símbolos e costumes que evocam as tribos nem sempre se verificam na prática. Também adiante do

conceito de “tribos”, Carlos Feixa (2004, p. 9) discorre sobre a definição de “culturas juvenis”:

(...) referem à maneira em que as experiências sociais dos jovens são expressadas coletivamente mediante a construção de estilos de vida distintos, localizados fundamentalmente no tempo livre ou em espaços intersticiais da vida institucional<sup>7</sup> (FEIXA, 2004, p. 9)

Este sentido, mais restrito, identifica “microsociedades juvenis”, com mais autonomia frente às demais instituições sociais (FEIXA, 2004, p. 9). Segundo o autor, as “culturas juvenis” promovem uma nova maneira de encarar a questão “(...) que transfere a ênfase da marginalização à identidade, das aparências às estratégias, do espetacular à vida cotidiana, da delinquência ao ócio, das imagens aos atores” (FEIXA, 2004, p. 7)<sup>8</sup>.

Vivência juvenil se identifica, em especial, pela maneira de vestir, falar e os padrões de consumo que constituem grupos urbanos, como os exemplos de Feixa (2004), Golfos, Jipis, Punks, Skinheads, Pijos, Makineros, Okupas, Alternativos, entre outros. Nilan (2004, p. 41) observa, em sequência, que as culturas juvenis globais urbanas costumam encontrar sua identidade sociocultural através da presença em determinados espaços que identificam seu “estilo de vida”.

Os bairros periféricos das classes média e operária, que se estendem muitos quilômetros ao redor do núcleo urbano, podem resultar entediantes ou limitadores para os jovens, ao menos que tenham um veículo. (NILAN, 2004, p.41)<sup>9</sup>

Neste contexto, muitos jovens procuram territórios em regiões centrais ou periféricas passíveis de apropriação. A relação das identidades juvenis com os espaços urbanos é tamanha que Magnani (2007, p. 19) insere na discussão

---

<sup>7</sup> Tradução nossa. Original: (...) refieren la manera en que las experiencias sociales de los jóvenes son expresadas colectivamente mediante la construcción de estilos de vida distintos, localizados fundamentalmente en el tiempo libre o en espacios intersticiales de la vida institucional.

<sup>8</sup> Tradução nossa. Original: “(...) que transfiere el énfasis de la marginación a la identidad, de las apariencias a las estrategias, de lo espectacular a la vida cotidiana, de la delincuencia al ocio, de las imágenes a los actores”.

<sup>9</sup> Tradução nossa, original: Los barrios periféricos de las clases media y obrera, que se extienden muchos kilómetros alrededor del núcleo urbano, pueden resultar aburridos y limitadores para los jóvenes a menos que tengan un vehículo.

um novo ponto de partida para a abordagem do comportamento dos jovens nos centros urbanos. Segundo o autor, a juventude não se organiza apenas a partir de “tribos” ou “culturas”, mas também em “circuitos juvenis”.

Em vez da ênfase na condição de “jovens”, que supostamente remete a diversidade de manifestações a um denominador comum, a ideia é privilegiar a inserção na paisagem urbana por meio da etnografia dos espaços por onde circulam, onde estão seus pontos de encontro e ocasiões de conflito, além dos parceiros com quem estabelecem relações de troca. (MAGNANI, 2007, p. 19)

Esse enfoque permite um ponto de vista mais global, que integra a cidade como definidora da condição juvenil. Ao se pensar “circuitos”, articula-se a dinâmica dos comportamentos; dos espaços; das instituições e dos equipamentos urbanos (MAGNANI, 2007, p. 19). Em primeiro plano, o estudo chama atenção à sociabilidade, às permanências e às regularidades, antes de pautar os padrões de consumo geracionais. Essa escolha abre mão das discussões etárias, “(...) em favor de vê-los em sua interação com a cidade, seus espaços, equipamentos e *trajetos*” (MAGNANI, 2007, p.19).

Os *circuitos* se formam a partir de redes geográficas produzidas em uma malha urbana. Nas definições do autor (MAGNANI, 2007, p. 20), *pedaço* se refere ao espaço entre o privado (casa) e o público. Nele se manifesta a sociabilidade mais básica, diferente da familiar, mas com laços densos e significativos. *Manchas* são territórios confinantes, com limites definidos, que evidenciam uma atividade predominante. Aqui, se percebe um arranjo espacial mais amplo e contínuo que o pedaço. Os elementos de um *pedaço*, por exemplo, podem eleger áreas de encontro dentro de uma *mancha*.

A *mancha* é mais aberta, acolhe um número maior e mais diversificado de usuários, e oferece a eles não um acolhimento de pertencimento e sim, a partir de uma oferta de determinado bem ou serviço, uma possibilidade de encontro, acenando, em vez da certeza, com o imprevisto (...) (MAGNANI, 2007, p. 20).

Por fim, o *trajeto* se refere ao fluxo contínuo no espaço. Agora, mais abrangente e afastado do bairro, que reitera a necessidade de deslocamento

por regiões não contíguas. Os circuitos compreendem as demais definições e englobam mais de um território contíguo. É inerente, dentro dele, o uso de equipamentos urbanos, que geram comunicação, produção de sentidos e trocas, ainda que de maneira mais independente que a mancha ou o pedaço (MAGNANI, 2007, p. 21).

**Tabela 1 - Categorias de análise dos circuitos juvenis**

<b>CATEGORIA</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>	<b>EXEMPLO</b>
<b>Pedaço</b>	Compreende o espaço entre o mais privado (a casa) e o público (a rua). É o primeiro lugar de encontro que define as primeiras relações do sujeito; mais densas e significativas que aquelas formais, pertencentes a instituições.	O “ponto”, a “quebrada”, o bar, a pista de skate. Lugares ancorados territorialmente ao primeiro local de encontro de um determinado grupo.
<b>Mancha</b>	É o motivo da afluência do público. Ancorada na paisagem. É o resultado da relação de estabelecimentos e equipamentos que compreendem, inclusive, pedaços. É mais aberta, não oferece pertencimento, mas possibilidades de encontro.	Dentro de um bairro, locais de lazer, estudo, trabalho e encontro formam um todo de pedaços utilizados por um grupo. A mancha é formada pela afluência entre estes locais. Uma região centrada em uma pista de skate, rodeada de bares e espaços de lazer, também pode constituir uma mancha.
<b>Trajetos</b>	São os fluxos recorrentes no espaço da cidade e no interior das manchas.	Um grupo de jovens que gostam de andar de skate e não tem uma pista em seu bairro, se desloca no espaço da cidade para chegar onde deseja. Este caminho forma o trajeto.
<b>Circuito</b>	Totalidade analítica que compreende as demais categorias. Extrapola o espaço físico. Proporciona recortes não restritos a seu território. Prática ou serviço que não tem relação espacial contígua.	Um jovem skatista encontra amigos em uma pista de skate. Trabalha em um bairro central. É atendido em um posto de saúde próximo à casa. Tem relação com determinado ponto de encontro. Todo o circuito utilizado por ele (que envolve, especialmente, todas as relações sociais) forma o circuito juvenil.

Fonte: MAGNANI, 2007, adaptado.

Quando o território se encontra com as identidades, diversos *circuitos juvenis* podem ser identificados. Bruna de Souza (2007, p. 29) percebe, por exemplo, a presença de *straight edges*<sup>10</sup> em São Paulo. Jovens que manifestam padrões de comportamento próprios, que se diferenciam do que seriam outras manifestações “culturais” em virtude dos espaços que ocupam na cidade (em especial sorveterias, lanchonetes e lojas de disco).

A escolha pelos espaços específicos de agrupamento e encontro constroem uma teia de significados. De acordo com Souza (2007, p. 41):

(...) à primeira vista, uma análise da relação entre um determinado agrupamento de pessoas e a cidade poderia fornecer a falsa ideia de que as dinâmicas descritas por meio dessas categorias constituiriam ilhas de sociabilidade, isoladas em si mesmas, em meio a um mar de desintegração ou anonimato

A experiência com os *straight edges* mostra a presença de uma rede entre os diversos espaços ocupados por um mesmo *circuito* ou de diversos pontos ocupados por mais de um *circuito* que gera trocas nem sempre pacíficas. “Estes nós de relações, verdadeiros pontos de intercessão de uma pluralidade de sistemas de significação, são traduções de uma diversidade que é constitutiva da própria dinâmica urbana” (SOUZA, 2007., p.41).

Assim como os *straight edges*, outros grupos também produzem circuitos próprios, ainda que compreendidos em relações de identidade com manchas ou pedaços nas periferias da rede urbana. Os pichadores, por exemplo, dependem exclusivamente da mobilidade em trajetos específicos, assim como identifica Alexandre Pereira (2007, p. 240). O autor percebe que os jovens preferem pichar no centro, devido à maior exposição do trabalho. Contudo, a maioria mora em espaços periféricos e depende do deslocamento para pichar ou para encontrar os pares. Neste caso, a sociabilidade da rua nasce no *pedaço* do bairro periférico, mas o protagonismo identitário do circuito acontece no centro.

---

<sup>10</sup> *Straight edge* é entendida como uma “subcultura” desenvolvida por grupos ligados ao estilo de música *punk hardcore*. Os participantes são contrários ao uso de qualquer tipo de drogas.



Magnani (2007, p. 247) reitera que os circuitos são arranjos das categorias individuais (manchas, pedaços, trajetos), que hierarquizam padrões estáveis e reconhecíveis, seja por regimes comportamentais de troca, seja pelos padrões de uso e circulação do espaço. O estudo do autor evidencia que a ocorrência das práticas juvenis nos espaços não são inscrições locais e fragmentadas, mas elementos de uma sociabilidade em rede.

De pouco adiantaria, para análise, enumerar as chamadas “tribos” – pichadores, punks, góticos, skatistas, etc – em uma lista aberta, vinculados a este ou àquele marco espacial (rua, beco) ou então flanando de forma aleatória, como nômades sem direção. Ao contrário, parece muito significativo o que a própria pesquisa de campo revelou: esses grupos se apropriam da cidade e utilizam os equipamentos urbanos de acordo com normas e valores que fundamentam escolhas muito precisas. (MAGNANI, 2007, p. 247)

Essa “sociabilidade em rede”, que se materializa nos circuitos juvenis, corresponde a vários aspectos da vida. A apropriação urbana se dá na mobilidade, na habitação, no trabalho e até nos espaços de lazer. Em 1990, Pais narrava que os problemas que mais afetavam a juventude à época eram derivados da dificuldade de entrada no mercado de trabalho. A dificuldade de conseguir um emprego vai influenciar até mesmo na questão da habitação. É o exemplo de jovens recém-casados que decidem por morar com os pais ou ainda construir sua casa no mesmo terreno da família.

É por isso que os circuitos juvenis englobam todas as dimensões da juventude. Em uma visita à ocupação “29 de Outubro”<sup>11</sup>, em Curitiba-PR, um líder local comentava que “os jovens nascem aqui e vivem aqui. Como não têm trabalho, eles fazem os correios deles por aqui mesmo, muitos nunca saíram da comunidade (*sic*)”.

Como apresentado nos itens anteriores...

---

<sup>11</sup> Como apresentado adiante, a ocupação “29 de Outubro” é uma área ocupada de maneira ilegal, localizada no extremo sul da cidade de Curitiba-PR. A precariedade dos moradores e a distância dos centros comuns da cidade é tamanha que apenas uma linha de ônibus consegue chegar próxima à comunidade, de 40 em 40 minutos. Localizada no Caximba, a ocupação está no bairro mais ao sul de Curitiba-PR. São 26 km do centro da cidade (Praça Tiradentes), em um trajeto de carro.

No domínio da sociologia da juventude, o conceito de cultura tem sido predominantemente utilizado com o propósito de discernir os diferentes significados e valores de determinados comportamentos juvenis, sendo as culturas juvenis predominantemente vistas (...) como processos de internalização de normas, como processos de socialização (PAIS, 1990, p. 163)

Em outras palavras, os ritmos, gestos e rituais destes grupos culturais instituem sentidos e significados. É por meio destes circuitos – e do uso de ferramentas de comunicação – que os jovens ampliam o espaço público. Isso acontece em especial com a articulação em redes, que criam novos estilos, dá visibilidade e abre espaços de elaboração de projetos individuais ou coletivos, em especial em áreas pobres (CELIA, 2009, p. 17).

Estes jovens:

... têm sido desafiados a conviver e se articular com grupos culturais, religiosos, esportivos, ambientalistas, de direitos humanos, de voluntariado, assim como com jovens envolvidos em ações de pequena escala, de horizonte temporal reduzido. De fato, exibir o grau de diversidade juvenil tornou-se uma moeda de grande eficácia para a legitimação dos espaços socialmente definidos como de juventudes, tais como redes, fóruns e conselhos locais ou nacionais de juventude. (CELIA; NOVAES 2009, p. 18).

Estes valores e normas, tanto na corrente geracional como na corrente classista, podem gerar determinantes ao agir juvenil, que vem ou romper ou manter um mesmo contexto vivencial ao longo de sua trajetória. Em síntese, independentemente de como se observa a existência da juventude como condição de vivência juvenil, como trajetória biográfica, como característica geracional, como vivência sociocultural ou como faixa etária – a sua socialização vai se materializar em uma apropriação do espaço público ou privado.

Os tópicos trabalhados até agora pretendem, em linhas gerais, compreender o interlocutor jovem deste trabalho. Para tanto, se desenvolveu as perspectivas que fundamentam as relações da juventude com o espaço, com os pares e com a sociedade como todo, considerando sentimentos, identidades e territorializações.

Como apresentado, é comum associar a este público alguns tipos de riscos, como os problemas de autoestima, o constrangimento pela condição socioeconômica, e a violência (FERREIRA *et al*, 2009, p. 193). Em linhas gerais, estas questões estão ligadas a problemas de vinculação social, produção de uma imagem de si mesmo e a influência dos grupos de amigos.

De fato, “o tema *risco* é eminentemente juvenil” (FERREIRA *et al*, 2009, p. 194). Por um lado, o caráter preservador do mundo adulto vê a vivência da condição juvenil como uma relação pautada em comportamentos de risco. Por outro lado, esta passagem de uma experiência definida em relações familiares “para as múltiplas vivências possíveis no cenário mais amplo dos espaços públicos, nos quais tem lugar a efetiva construção da autonomia”, é imprevisível.

Um destes elementos, e talvez aquele mais caro às políticas públicas, é a violência. Se tomamos *risco* como ameaça à integridade e ao desenvolvimento, sabemos que o grupo jovem<sup>12</sup> é considerado, mesmo pelo Estado, como um grupo de alto risco (FERREIRA *et al*, 2009, p. 196). Tanto é alarmante a vitimização fatal dos jovens, quanto a sua forte presença entre os grupos de agressores. O próximo tópico discorre sobre estes fatores, importantes à juventude e sua relação com o cotidiano de comunidades periféricas.

### 2.3 JUVENTUDE E VIOLÊNCIA

Em um Brasil sem conflitos civis armados, mais de 206 mil pessoas foram assassinadas entre 2008 e 2011. Este número é quase idêntico ao número de mortes diretas dos 62 conflitos armados que aconteciam no mundo entre 2004 e 2007. Entre 2011 e 2015, morreram mais pessoas no Brasil por homicídios do que as 231.448 mortes confirmadas na Síria.<sup>13</sup>

De acordo com o *Anuário de Segurança Pública de 2013* (LIMA, et al, 2013), o Brasil representava uma em cada dez mortes violentas evitáveis que aconteceu no mundo. Somente 2% dos municípios brasileiros concentram metade dos homicídios no país. Grande parte destas cidades possuem

---

<sup>12</sup> Para efeitos de pesquisa, tomado como aquele entre 15 e 29 anos.

<sup>13</sup> Dados cruzados: *Atlas da Violência de 2013* e *Uppsala Conflict Data Program* (2018).

populações maiores que 100 mil habitantes e se encontram em áreas de região metropolitana de grandes capitais.

A população jovem é a grande vítima. O *Mapa da Violência de 2013* (WAILSELFIZ, 2013) (quando se considerava a população jovem como aquela compreendida entre 15 e 24 anos), afirma que 39,3% dos óbitos de jovens em 2011 foram homicídios. A mesma causa afetou apenas 3% da população não jovem. A relação é desproporcional uma vez que segundo o *Mapa*, no período, 18% da população total era compreendida por jovens. Em 2011, o percentual entre a taxa de homicídios jovens e não jovens (chamada Taxa de vitimização jovem) foi alarmante: matou-se 249,6% mais jovens (WAILSELFIZ, 2013).

Em linhas gerais, estudos apontam que a juventude brasileira percebe e se preocupa com os riscos próximos a ela. O *Perfil da Juventude Brasileira*, de 2003, mostra que 23% dos jovens acreditam que a pior coisa de ser jovem é “conviver com riscos”. Falta de liberdade (22%), falta de trabalho/renda (20%) e drogas (17%) também aparecem nas respostas. Compõem estes riscos, na opinião dos jovens: dependência química (drogas), agressões (violência), contaminação por doenças sexualmente transmissíveis (prática sexual desprotegida) e envolvimento em situações perigosas por influência de amigos (más companhias). Este tópico retoma: dados que mostram onde está a discussão sobre violência e juventude no Brasil e os referenciais teóricos que definem “violência” como conceito a ser usado neste trabalho.

Um levantamento das ocorrências registradas pela Polícia Civil dos estados, feito pelo Ministério da Justiça (MJ) de 2005, mostra que esta proximidade ao “risco” faz do jovem o principal agressor e principal vítima. O grupo entre 18 e 24 anos compreende o maior número de vítimas de lesão corporal dolosa no Brasil (33,4%). Os agressores de lesão corporal dolosa também são majoritariamente dessa faixa etária (36,1%) (MJ, 2005, p. 30). O perfil se mantém nos demais crimes, conforme tabela. Em todos os casos, a taxa de agressores entre 18 e 24 anos é maior que das demais faixas etárias.

**Tabela 2 - Porcentagem de vítimas e agressores entre 18 e 24 anos por tipo de crime**

	Vítimas entre 18 e 24 anos	Agressores entre 18 e 24 anos
--	----------------------------	-------------------------------

	por total de ocorrências	por total de ocorrências
<b>Homicídio doloso</b>	37,9%	38,6%
<b>Lesão corporal dolosa</b>	33,4%	36,1%
<b>Tentativa de homicídio</b>	36,4%	37,8%
<b>Extorsão mediante sequestro<sup>1</sup></b>	25,1%	41,7%
<b>Roubo a transeunte</b>	32,3%	59,4%
<b>Estupro<sup>2</sup></b>	21,7%	34,1%
<b>Posse e uso de drogas</b>	Não se aplica	45,1%
<b>Tráfico</b>	Não se aplica	37,6%

<sup>1</sup> Neste caso, 31,1% das vítimas estão entre 35 e 64 anos, seguido pela faixa etária dos 18 aos 24 anos.

<sup>2</sup> Nos casos de estupro, o maior número de vítimas está entre 12 e 17 anos (44,4%).

Fonte: MJ, 2005. Adaptado.

Em adendo, dados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) mostra que, entre 2005 e 2007, 39,5% dos brasileiros internados em hospitais por acidentes de trânsito eram jovens entre 15 a 29 anos (FERREIRA *et al*, 2009, p. 200).

Também os resultados do *Mapa da Violência de 2013* (WAISELFISZ, 2013) mostram que enquanto a taxa de homicídios da população total subia de 24,8 por 100 mil habitantes em 1996, para 27,1, em 2001; a taxa de homicídios juvenis subiu, no mesmo período, de 42,4 para 53,4. Entre 1980 e 2011, a taxa total de mortalidade da população caiu. Enquanto isso, ao se considerar a população somente jovem, os 127 mortos por 100 mil habitantes no ano passaram para 136 em 2011.

No Paraná, a média de assassinatos por 100 mil habitantes (31,7) é maior que a média brasileira (27,1). O estado é o 12.º estado que mais mata seus jovens. As taxas de vítimas juvenis oscilam de maneira significativa de acordo com as políticas públicas do período (WAISELFISZ, 2013).

O *Mapa da Violência de 2014* (WAISELFISZ, 2014) mostra que Curitiba é a capital com maior número de homicídios por 100 mil habitantes da região Sul (47,2). Mesmo São Paulo, a capital com índices mais baixos (20,1) tem um número de homicídios considerado epidêmico. O estudo mostra que as maiores taxas de mortalidade violenta da população (homicídios, suicídios e acidentes de trânsito) estão entre a população de 17 aos 30 anos.

Existe ainda uma diferença significativa nos homicídios entre negros e brancos. Enquanto o número de vítimas brancas caiu 24,8% entre 2002 e 2012, o número de vítimas negras cresceu 38,7% no mesmo período (WASELFISZ, 2014). Em 2002, morreram 73% mais negros que brancos, vítimas de homicídio. Em 2012, a taxa duplica: 146,5%. Em números absolutos, 1405 jovens negros foram mortos no Paraná em 2012, um aumento percentual de 52,5% do dado de 2002<sup>14</sup>.

Estas desigualdades entre jovens brancos e negros partem de outros campos da vida social. O número de jovens negros analfabetos, entre 15 a 29 anos, é quase duas vezes maior que o de jovens brancos. A taxa de frequência líquida<sup>15</sup> no ensino médio é de 58,7% para jovens brancos, contra 39,3% para negros. No ensino superior, os valores mudam para 19,8% (brancos) e 6,9% (negros) (AQUINO, 2009, p. 32).

Pode-se lembrar ainda o fato de que os jovens negros estão sobrerrepresentados no segmento de jovens que não trabalham nem estudam, além de sua inserção no mercado de trabalho estar caracterizada por condições de maior precariedade que a dos jovens brancos. Os jovens negros são, também, as maiores vítimas da violência. (AQUINO, 2009, p. 32)

Há ainda disparidade entre jovens de áreas urbanas (84,8% do total) e rurais (15,2%)<sup>16</sup>. Daqueles que vivem nas cidades, 48,7% habitam moradias fisicamente inadequadas. Cerca de 2 milhões de jovens vivem em favelas, (maioria negra – 66,9%). O jovem urbano está mais sujeito a rotinas de desemprego, violência e segregação espacial (AQUINO, 2009, p. 33).

Estes dados **apenas iniciam a discussão** sobre a violência contra jovens no Brasil, uma vez que escancaram as consequências de um tipo de violência. Em experiência prévia, realizada na Comunidade de Planta Karla, em Pinhais-PR, Região Metropolitana de Curitiba, PR, famílias em situação de

---

<sup>14</sup> Nesta pesquisa, o referencial para “juventude” passa a ser tomado como a faixa etária entre 18 e 29.

<sup>15</sup> Estudantes que frequentam o nível de ensino adequado a sua idade

<sup>16</sup> Estes dados são uma compilação da autora (AQUINO, 2009), obtidos a partir da autodeclaração do entrevistado pela PNAD/IBGE e com critérios do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) e do Programa das Nações Unidas para o Direito à Moradia.

risco narravam ainda outros muitos tipos de violência enfrentada pelos filhos. Os relatos destacam a violência policial, sexual, escolar e familiar. Muitos depoimentos ligam as drogas aos casos de violência extrema.

Diante desta realidade, é comum associar a figura juvenil ao crime. Produz-se medo a partir da estigmatização da imagem jovem (MORAES, 2005, p.6). Para o autor:

São abundantes os casos em que jovens e adolescentes são tomados como “ameaça à sociedade” ou “vítimas dela”, porque, estando em formação, seriam mais facilmente influenciáveis, inclusive – e aqui haveria um grande perigo – pelo mundo do crime. Ouvimos, diversas vezes de diferentes profissionais, de policiais a assistentes sociais, passando por sociólogos e psicólogos, formando um contraditório conjunto, que jovens delinquentes são mais perigosos do que os não-jovens, porque “são muito influenciáveis”, “ficam muito mais nervosos”, “nada tem a perder” ou “são frios”, como se tais atributos fossem naturais à idade. (MORAES, 2005, p. 6).

Criminaliza-se, assim, a juventude. As juventudes pobres são as primeiras a contatar a violência, seja por sua apropriação de territórios afastados dos centros de interesse das políticas públicas, seja por sua vulnerabilidade primeira associada ao preconceito, à falta de recursos mínimos para a sobrevivência e ao ambiente em que vive.

Os autores (JUBÉ; CAVALCANTE; CASTRO, 2016) ainda relembram as grandes incidências de violência simbólica que sofre a juventude, seja na exclusão escolar, seja na representação midiática que criminaliza o jovem da periferia. Bega e Sallas (2006) apontam também a violência que sofre o jovem na escola (quando o professor cria estereótipos e o exclui dos processos de decisão), na família e em virtude do tráfico. Sobre Curitiba, as autoras afirmam:

A vida dos jovens nesta cidade é carregada de uma tensão muito grande. De um lado, os jovens têm uma visão extremamente positiva da cidade (...). De outro, detestam a violência, criticam o excesso de propaganda sobre a cidade, percebendo a ação do marketing na construção de uma imagem irreal da cidade que eles vivenciam cotidianamente. Essa imagem irreal da cidade contribui para a violência, especialmente em sua forma simbólica. Esse processo pode facilmente ser reconhecido quando vinculado à segregação espacial existente na cidade, que demarca claramente os lugares dos ricos e os lugares dos pobres, devendo cada um ter consciência do seu lugar. (SALLAS; BEGA, 2006, p. 41)

Na pesquisa *Os jovens de Curitiba, esperanças e desencantos* (SALLAS *et al* , 1999), os autores percebem que enquanto os jovens identificam Curitiba como a cidade do lazer e do lúdico; os professores enxergam uma cidade partida e os pais, uma cidade do medo. Os autores também retomam a importância de permitir um espaço para partilha e escuta, numa perspectiva de diálogo, em relação aos atores que promovem ou perpetuam a violência juvenil (dentre eles, os próprios jovens).

No mesmo estudo se identifica a influência – e a opressão – da vida familiar, da escola, da mídia, dos grupos juvenis e da própria organização da cidade na vida do jovem (SALLAS *et al*, 1999). Groppo (2000, p. 12) afirma que:

Acompanhar as metamorfoses dos significados e vivências sociais da juventude é um recurso iluminador para o entendimento das metamorfoses da própria modernidade em diversos aspectos, como a arte-cultura, o lazer, o mercado de consumo, as relações cotidianas, a política não-institucional, etc

Ainda que exista um alargamento na academia do conceito de violência, entende-se por violência toda a ação que, através de coerção ou força, possa trazer dano a um indivíduo ou grupo (WAISELFISZ, 2014). Michaud (1989) afirma que

[...] há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p.11).

De fato, conceituar violência é um desafio para a academia, em especial quando se pode entender como violência, inclusive, as relações de opressão e poder não-percebidas (ABROMOVAY, 2002). Abromovay reitera as diferentes formas de entendimento da violência, quais sejam, aquela que provoca danos físicos, danos ao patrimônio ou mesmo danos psicológicos. Os estudos sobre o



tema costumam produzir conceitos *ad hoc*, que se adequam ao caso específico. Isto porque a origem da violência também pode variar de caso para caso. Uma briga física entre um jovem sujeito a privações e outro jovem que não experimente a mesma privação, pode promover dois tipos diferentes de violência. Em síntese, Abromovay (2002, p. 27) compreende que:

Assim a violência tem sido concebida como um fenômeno multifacetado, que não somente atinge a integridade física, mas também as integridades psíquicas, emocionais e simbólicas de indivíduos ou grupos nas diversas esferas sociais, seja no espaço público, seja no espaço privado.

A autora separa três grandes grupos de violência: a direta, que envolve atos físicos que causam prejuízo; a indireta, relacionada à coerção psicológica, e a violência simbólica, que priva a ação ou consciência do sujeito. É comum associar a juventude com a violência, em especial quando o jovem reúne atributos de caráter racial ou geográfico (MORAES, 2005). Nestes casos, a repressão é acentuada.

A juventude é o primeiro segmento da população a perceber a violência quando relacionada ao uso dos espaços de lazer, estudo e trabalho. Em uma pesquisa realizada por Alisa Winton (2005) sobre a relação entre juventudes, espaço e violência na Guatemala, identificou-se que o contato com a violência está diretamente vinculada à apropriação de territórios por determinados grupos e a impressão de identidades aos lugares, muitas vezes de suposta natureza não-violenta.

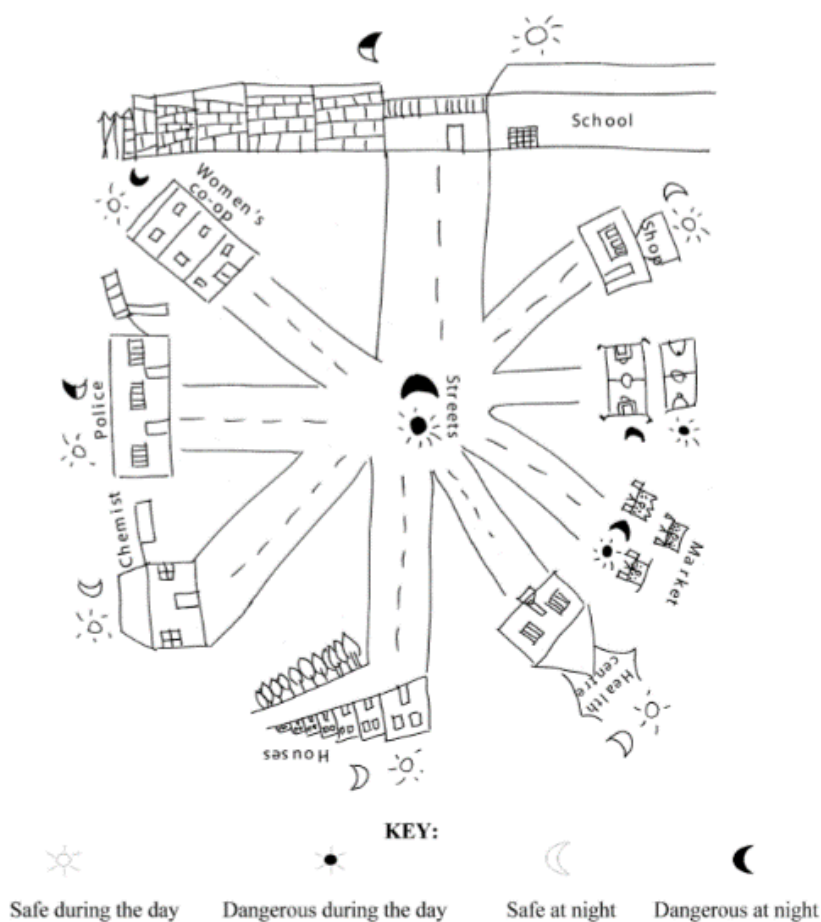
Após acompanhar 47 adolescentes e jovens de 11 a 17 anos (cada qual desenhou um mapa da segurança dos espaços que utiliza), **a pesquisa identificou que em 100% dos casos** os participantes percebem que os lugares públicos de recreação são perigosos durante a noite (como quadras comunitárias de futebol, basquete e parquinhos). Em adição, apenas um quarto vê estes espaços como seguros durante o dia. Segundo a autora:

Se mesmo as supostas áreas recreacionais são percebidas como perigosas para as próprias pessoas que supostamente as utilizam, então é um fato que a violência foi consistentemente identificada

como o fator principal que influencia a mobilidade espacial de jovens (WINTON, 2015, p. 8)<sup>17</sup>.

A **Ilustração 1** mostra um mapa desenhado por duas jovens sobre os lugares utilizados por ela em sua comunidade, na pesquisa de Wilton. Os pontos escuros são identificados como violentos, dada a presença de membros de gangues como os *maras*, que representam, na região, grupos armados que controlam o tráfico de drogas. Até mesmo a escola é identificada como um lugar de relativa insegurança durante a noite. Surpreendentemente, poucos são os espaços seguros para se estar durante o dia. A rua como um todo é vista como um lugar violento, o que torna a violência em si menos previsível e menos evitável.

**Ilustração1 - Mapa local de segurança e perigo desenhado por duas jovens. Guatemala.**



<sup>17</sup> Tradução nossa. Original: If even the supposedly recreational areas are perceived as dangerous by the very people they are supposed to serve, then it stands to reason that violence was consistently identified as the main factor influencing young people's spatial mobility.

Fonte: (WILTON, 2015, p. 8).

Em vista disso, existe uma falta de lugares seguros para se encontrar, compondo um medo geral do espaço público tanto pelos próprios jovens quanto por seus pais. Como notado acima, a apropriação do espaço público é vital para as gangues para garantir um nível de dominação espacial e cultural na comunidade, que tem o efeito (não intencional) de alienar outros jovens e moradores da comunidade. (WILTON, 2005, p. 8)<sup>18</sup>.

Em experiência parecida que será posteriormente relatada neste trabalho, jovens moradores da “Ocupação 29 de Outubro”, em Curitiba-PR, também identificam lugares de lazer como espaços inseguros. À pergunta do mediador: “você podiam jogar bola sempre que queriam na antiga quadra?”, um dos participantes responde em tom de humor: “Sempre que o dono queria”, enquanto simulava, com a mão, o formato de uma arma.

Para Sallas (2008, p. 375), “os jovens curitibanos não têm uma posição unânime quanto à localização territorial da violência, mas todos a percebem como uma situação próxima”. Na pesquisa de Sallas, mais da metade dos jovens aponta que a violência está “disseminada em todos os lugares (Idem, p. 375). Dentre os que definem uma localização, 47,1% afirmam que a violência acontece nas pontas da cidade – na periferia ou na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). No trabalho de Sallas, solicitou-se que os participassem atribuíssem notas a lugares, de acordo com o grau de violência percebida, sendo 10 para mais violento e zero para menos violento. A categoria “bairros mais pobres” recebeu a maior nota, 7,5.

A percepção dos jovens de dentro de comunidades tida como pobres, como a Caximba, bairro onde a ocupação estudada está localizada, é parecida; mas esses reclamam da visão que outros bairros têm sobre o lugar onde mora. Fala um morador:

*Quando a gente procura emprego e fala que é do Caximba, já mandam embora... Tenho amigos no Umbará [outro bairro de*

---

18Tradução nossa. Original: There was therefore a lack of safe places to meet, compounding general fear of public space both by young people themselves and their parents. As noted above, the appropriation of public space is vital for gangs to attain some degree of spatial and cultural domination within the community, which has the (not unintentional) effect of alienating other young people and community members.

Curitiba] que quando falam do Caximba já dizem que 'lá o bagulho é louco'. Eu sei que aqui é tenso mas também não é bem assim (menino/escola pública/18 anos)<sup>19</sup>.

Apesar da violência de rua não se limitar à juventude, fica claro que o envolvimento de jovens em gangues específicas gera implicações para os grupos que utilizam os espaços públicos. A pesquisa de Wilton ainda encontrou diferenças entre a natureza da violência sofrida por meninas e meninos, que se assemelha ao caso brasileiro.

De acordo com a autora (WILTON, 2005, p. 10), meninos tendem a temer e se envolver em casos de violência física, representada por brigas físicas e espancamentos, enquanto as mulheres comumente percebem a intimidação, abuso verbal e a possibilidade de abuso sexual. Esta relação acontece, em especial, em comunidades de baixa renda. “Assim, se meninas jovens se percebem vulneráveis à violência de gênero tanto em casa como em ‘público’, como os resultados apresentam, o perigo percebido no espaço público e privado se constituem mutuamente” (WINTON, 2005, p. 8)<sup>20</sup>.

Na experiência do Caximba, um grupo de meninas que desenvolvia um “mapa afetivo” parecido com o da primeira ilustração<sup>21</sup> desenhou “lugares” e territórios utilizados por elas dentro da comunidade. Em uma parte do desenho, as participantes indicam a própria casa, seguida de um sentimento atrelado a ela, “feliz”. Na rua em frente, estão desenhados dois “bonecos” mortos, junto a um terceiro que segura duas armas: “medo”.

Fica claro que o “pedaço” entre a porta da casa e a rua confunde diferentes relações com o lugar. Na mesma discussão, relatou-se a dificuldade para uma menina atravessar a principal rua da comunidade para retornar da escola, do período da noite. Diferente dos meninos, pais e responsáveis de meninas do ensino médio costumam buscá-las na porta da escola ao final da aula (às 22 horas).

---

<sup>19</sup> Este depoimento foi retirado de uma discussão sobre o bairro, no âmbito de oficina de educomunicação, produto deste trabalho, que será apresentada posteriormente.

<sup>20</sup> Tradução nossa. Original: Thus, if young women perceive themselves as vulnerable to gendered violence both in the home and in ‘public’, as the findings suggest, perceived danger in public and private space becomes mutually constitutive.p 10

<sup>21</sup> Os resultados desta proposta serão apresentados adiante.

Para Aquino (2009, p. 34), “as desigualdades entre jovens do sexo masculino e do feminino, de todas as faixas etárias, no que diz respeito à condição de atividade e de estudo refletem, de um lado, a manutenção dos papéis tradicionais de gênero”. A pesquisa da autora destaca que 26,55% dos jovens estudam e trabalham, enquanto 11,4% só estudam. No caso das jovens, a proporção cai, respectivamente, para 17% e 5%.

No centro do problema está a influência que este ambiente de risco e violência assumem na construção identitária da juventude. Verifica-se que “o envolvimento com a criminalidade e os homicídios de jovens são apenas a expressão extrema da violência que os afeta como autores ou vítimas, mas não a única e, como se viu, nem sequer a mais comum” (FERREIRA *et al*, 2009, p. 202).

Como apresentado, existem diferenças fundamentais entre as diversas juventudes. De qualquer forma, sabe-se que os valores que o jovem atribui ao espaço urbano variam de acordo com o local onde vivem. O próximo capítulo apresenta as formas de constituição de uma cidade, entendendo-a como uma malha urbana formada por redes. Esta definição procurar dar base para a posterior compreensão de como o jovem estudado vive nesta tessitura e, posteriormente, como ele vive a realidade ao redor do espaço onde habita.

### 3. A CIDADE E AQUELE QUE A HABITA

Uma vez explorados os conceitos de juventude, apresenta-se neste tópico as interpretações geográficas e geopolíticas que formam uma cidade. A partir daí, pretende-se compreender como os atores juvenis vão se apropriar dos espaços urbanos e, a partir deles, construir sua própria identidade.

Para tanto, o capítulo reforça a bibliografia clássica e contemporânea que define o que é território e sua relação com as identidades individuais. Esta conceituação é fundamental para corroborar parte do conteúdo a ser disposto na oficina aplicada no bairro da Caximba e também dá bases para o pressuposto de que os espaços urbanos ocupados, neste recorte pelos jovens moradores da “Ocupação 29 de Outubro”, modificam e são diretamente modificados por aqueles que o habitam.

O crescimento de novas exigências urbanas abre caminho para reivindicações que suscitam a mobilização social. Como apresentado adiante, o problema urbano desenvolvido no espectro da região analisada é definidor de processos que, locais, fazem parte de um todo. O tráfico promove divisões territoriais. A difícil mobilidade a outras partes da cidade gera novas ações, comumente criativas, no espaço. Os diversos grupos juvenis criam trajetos formadores de identidade. Os próximos tópicos fundamentam os conceitos de território e territorialidade, que permitem a compreensão futura das relações sociais que ali acontecem.

#### 3.1 ESPAÇO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Toda ação no espaço se ambienta em um conjunto de fixos (elementos fixados, cujas ações modificam o próprio lugar) e fluxos (resultado das ações e atravessam os elementos fixos, modificando e sendo modificados pelo valor desta ação) (SANTOS, 2006, p. 38). A rigor, “(...) O espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (SANTOS, 2006, p. 39). A existência real do território só acontece por meio das relações sociais.

Milton Santos define espaço por um “conjunto indissociável, **solidário e também contraditório** (grifo nosso), de sistemas de objetos e sistemas de ações, **não considerados isoladamente** (grifo nosso), mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39). Em outras palavras, todos os objetos existentes em um sistema de ações (marcas territoriais, como um rio, por exemplo), obrigatoriamente contínuos, são levados em consideração para a definição de espaço.

O sistema de ações, por sua vez, é a execução de atos projetados. A ação em si é um deslocamento visível do ser no espaço, criando uma alteração, uma modificação do meio (SANTOS, 2006, p. 50). Para melhor explicar a relação entre ação e sistema, Santos (2006, p. 53, grifo nosso) precisa que “**a ação é o próprio homem**”.

Toda ação aplicada no ambiente – por um indivíduo ou Instituição – faz parte de um sistema maior. Quando esta ação é conduzida por um processo de ressignificação, constitui-se um evento. No caso analisado, um evento acontece, por exemplo, quando um morador aterra um espaço ocupado por água, com o intuito de construir sua casa.

Para Santos (2006, p. 95), “um evento é o resultado de um feixe de valores, conduzidos por um processo, levando uma nova função ao meio existente”. “Levar uma nova função” diz respeito a atribuir um novo valor, um novo significado<sup>22</sup> ao objeto. Da mesma maneira, “a ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto” (SANTOS, 2006, p. 95)

Em Santos:

[...] a questão a se colocar é a própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e, de outro, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. (SANTOS, 2006, p. 106)

---

<sup>22</sup>A semiologia é importada não apenas no campo da linguística. Para a geografia, o próprio desenvolvimento do conceito de espaço, como casamento da “materialidade e da vida que o anima” diz respeito à semiologia, visto que, dentro da interpretação de Milton Santos, a formulação do espaço depende diretamente da atribuição de valor ao objeto, constituindo o evento (SANTOS, 2006).

A relação das pessoas com o espaço forma o território, que depende diretamente das práticas de poder nele existentes. O território se forma a partir do espaço. Depende do espaço, mas não é o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 144). É resultado de uma apropriação que revela relações de poder. Se “o espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Em consequência, o espaço só é “territorializado” quando um ator manifestar uma intenção de poder, de apropriação.

“Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos” (BOBBIO, 1998, p. 933). Esta vinculação não é necessariamente repressiva, uma vez que o poder pode ser tanto potencial (capacidade, relação latente entre atitudes) quanto atual (capacidade de influenciar comportamentos) (BOBBIO, 1998).

Cinco elementos definidores das relações territoriais de poder fundamentam esta pesquisa: 1. O poder não se adquire, é exercido; 2. As relações de poder são imanentes às ações, não exteriores; 3. O poder vem de baixo, não há oposição binária entre dominadores e dominados; 4. As relações de poder são intencionais; 5. Onde há poder, há resistência (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

O que é, então, o “território?”. Numa primeira visão, o território pode ser apropriado em relações simbólicas, culturais, políticas, econômicas e naturais (HAESBAERT, 2011, p. 40). Para Haesbaert (2007, p. 20), “desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica”. Em sua etimologia, a palavra se aproxima tanto de “*terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver tanto com a dominação (jurídico-política) da terra, quanto com a inspiração do terror, do medo” (HAESBAERT, 2007, p. 20).

O território é dividido, portanto, em relações de apropriação e de dominação (Lefèbvre, 1999), sendo a primeira simbólica (valor de uso) e a segunda concreta (valor de troca). Ele se torna, então, um *continuum* entre apropriação e dominação. “O território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e,



sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através de múltiplos sujeitos envolvidos” (HAESBAERT, 2007, p. 22).

O simbólico, quando aplicado de forma funcional, dá uma característica social. Um “terreno” pode ser entendido e trabalhado de formas diferentes por atores diferentes. Conforme a relação de poder (dominação) empregada, a dimensão simbólica pode ser compartilhada. É por isso, por exemplo, que a associação de moradores da Ocupação 29 de Outubro construiu sua sede na esquina mais importante da vila.

No sentido de “recurso”, aquele território é funcional, pois permite a execução de projetos, individuais e coletivos; como relação de poder, recebe símbolos e significados que vão garantir a sua representação e apropriação.

Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Dessa combinação temos o arranjo singular dos lugares. (...) É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade. (SANTOS, 2000, p. 108)<sup>23</sup>

Os aspectos funcionais e simbólicos são tipos ideais que não se manifestam em estado puro. É impossível um território ser somente funcional ou somente simbólico (HAESBAERT, 2007). Sendo o território um valor, a aplicação deste valor promove uma “ideologia do território”, uma territorialidade. Para Haesbaert (2007), a produção de ideal de uma territorialidade pode ser o mais eficaz de o todos os construtores de identidade.

A territorialidade (...), não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se qual se refira não esteja concretamente manifestado (HAESBAERT, 2007, p. 25).

O recorte estudado mostra, por exemplo, que a “quebrada”, parte do circuito juvenil dos jovens da Ocupação 29 de Outubro, não é só uma esquina.

---

<sup>23</sup> SANTOS, Milton. O PAPEL ATIVO DA GEOGRAFIA: UM MANIFESTO. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n° 9, pp. 103-109, jul./dez., 2000

O local onde se vendem drogas, por exemplo, é um “ponto quente”. Ali é necessário demonstrar respeito. Não se usa aquele espaço com outro fim – não se aplica outro valor. Esta dimensão funcional e simbólica é compartilhada pelos membros de um mesmo circuito. Existe, ali, uma territorialidade.

Outra relação importante é a divisão territorial das sete vilas que formam a ocupação<sup>24</sup>. Um visitante desavisado não percebe alterações significativas na paisagem urbana ao cruzar as linhas divisórias, se não pequenas diferenças no adensamento e tipologia das casas . Sua relação com aquele território não aplica um valor simbólico. A rua que separa duas vilas cumpre apenas a visão de espaço de mobilidade, transporte e habitação. Por outro lado, um morador dali vê aquele local de maneira diferente. Ele sabe que, antes da linha, por exemplo, o território é uma ocupação irregular, que responde à um tipo de legislação que pode definir o futuro de sua casa. Depois da linha, o local é um loteamento clandestino, que recebe tratamento diferente das diversas instituições.

### **3.1.1 Pontos de conexão em uma malha geográfica: redes e identidades**

Raffestin (1993) dispõe o território como o conjunto de redes distribuídas em uma “malha” geográfica. Toda superfície é passível de ser tecida em malhas, podendo se estabelecer ao menos um caminho entre dois pontos, uma rede. A malha:

Não se trata de uma axiomática fechada, bem ao contrário, e ainda mais porque os atores têm comportamentos que resultam das probabilidades. Enfim, também porque todo axioma é sustentado por uma psicossociologia e uma ideologia. Toda axiomática é histórica, e para atingir seu significado é preciso construir, ou reconstruir, o contexto sócio-histórico no qual se originou e do qual procede (RAFFESTIN, 1993, p. 149).

Os atores ocupam pontos no espaço que, a partir de sua interação política, cultural, social e cultural, produzem sistemas de tessituras, de nós e redes que se imprimem no espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 150). Este sistema

---

<sup>24</sup> Uma análise detalhada do tema será feita nos capítulos seguintes.

permite assegurar o controle e impor ordens, criar fronteiras e divisões em um mesmo território.

A tessitura é a “superfície” na qual se estabelece um sistema. Os nós são os pontos em que se encontram concentrações de recursos, informações e emissão. As redes são constituídas pelas linhas que ligam os pontos em determinada superfície. Diante desta análise, é possível perceber que a existência do sistema territorial depende de uma estrutura nele construída.

Tais malhas não são homogêneas e se organizam: nos limites zonais impostos pela tessitura; no conjunto de pontos onde se “elabora toda a existência” e no sistema de linhas que asseguram a comunicação (Raffestin, 1993, p. 157). “Toda rede é uma imagem de poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (Idem, p. 157). Os discursos produzidos nesta rede são, em sua maioria, hegemônicos.

Os recentes estudos desenvolvidos sobre a globalização e a recepção das micros-sociedades aos avanços tecnológicos (que permitem uma comunicação cada vez mais acelerada) mostram que a nova organização contemporânea promove um novo paradigma da tecnologia de informação, que fornece base material para uma “expansão persuasiva”, interna à estrutura (RANDOLPH, 1999, p. 33).

Toda rede é uma estrutura dinâmica aberta, além de ser um instrumento econômico, social e cultural. Para tanto, as redes possuem tipologias que determinam seus níveis de interação e recursos necessários (RANDOLPH, 1999, p. 44), o que significa que a distância entre dois pontos (ou posição social) será menor se ambos pertencerem à mesma rede. Entretanto, é a velocidade que a informação se transpõe entre estes pontos (fluxos), que configura processos e funções dominantes nas sociedades (CASTELLS, 2010).

As redes se encontram num “ponto de interseção” entre diferentes conteúdos e formas. Randolph (1999, p. 45) afirma que o grande desafio é compreender como se dá o “deslocamento de fronteiras”, entre as diferentes esferas da vida e do espaço vivido.

Mais recentemente, nas sociedades ditas “de controle” (...) vigora o controle e/ou a contenção da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais ‘zonal’ ou de controle de áreas (lógica típica do Estado-nação) para um ‘território-rede’ ou de controle de redes (lógica típica das grandes empresas). Aí o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território. (HAESBAERT, 2007, p. 28).

As territorializações podem assumir, em um extremo, o fechamento total do território (uniterritorial, com um poder), passando num *continuum* a territorializações tradicionais (reconhecidas na lógica Estado-nação que pode admitir certa pluralidade cultural); territorializações flexíveis (sobreposição territorial sucessivas ou simultâneas); e chegando no outro extremo à territorializações múltiplas (a multiterritorialidade, de territórios multifuncionais e multiidentitários) (HAESBAERT, 2007, p. 34).

Deste ponto, o território verdadeiramente “múltiplo” pode manifestar sua pluralidade tanto em um mesmo espaço quanto em diversos territórios que se aproximam pela identidade ou discurso. Esta multiplicidade existe, assim, dentro de diversos territórios (território plural como reunião de territórios e territorialidades) ou diversas jurisdições incorporadas ou sobrepostas (HAESBAERT, 2007). Em síntese, o autor afirma que, dentro de uma sociedade-rede, a multiplicidade de territórios existe não apenas com um olhar para as relações plurais em seu interior, mas também a partir das relações destes territórios com aqueles que se encontram para além dele.

### **3.1.2 A multiterritorialidade: uma aproximação final**

Haesbaert (2007), ao cunhar o termo multiterritorialidade, pretende identificar uma manifestação geopolítica que sempre existiu. A experiência de vivenciar diversos territórios não é uma novidade, já que toda relação social no espaço físico depende do encontro de diversas territorialidades, ou da atribuição de valor de diferentes sujeitos a um mesmo território. Apesar de já ter sido trabalhado sob outros nomes – como o multipertencimento territorial

(Barrel, 1986) e a espacialidade diferencial de Yves Lacoste (1983) – a multiterritorialidade se trata, de fato, de encaixes territoriais (HAESBAERT, 2007).

O espaço se organiza mais em redes do que em áreas. É descontínuo, já que “as práticas sociais se tornaram mais ou menos confusamente multiescalares” (LACOSTE, 1983, p. 47), ou seja, cada vez mais relacionadas a âmbitos outros que as escalas regional e nacional, cada indivíduo e sociedade passam a se interligar através de uma mesma malha então compartilhada. Tecer o próprio território-rede implica em vivenciar uma multiterritorialidade, pois “todo território-rede resulta da conjugação, em uma escala diferente, de territórios-zona descontínuos” (HAESBAERT, 2007, p. 37).

A multiterritorialidade não se trata somente da sobreposição de valores a um mesmo espaço, mas também é a capacidade de, à distância, interagir, influenciar e integrar outros territórios (HAESBAERT, 2008, p. 37). Ulrich Beck (1999) chama esse fenômeno de “topoligamia”, a condição de estar casado com vários lugares ao mesmo tempo. É a realização da vivência simultânea (mobilidade virtual) ou sucessiva (mobilidade física) do encontro de experiências espaciais integradas (HAESBAERT, 2007). Por fim, o reconhecimento territorial sobreposto ou incorporado é evidenciado nas dimensões tecnológico-informacional, espaço-tempo e cultural-simbólica.

A importância do conceito dentro do estudo sobre a antropologia da cidade está no fato de que a grande multiplicidade de territórios e territorialidades se articulam em territórios-rede, de natureza múltipla, em uma cidade, construindo diversos circuitos, entre eles os juvenis. Isto quer dizer que uma mesma esquina ocupada por jovens pode conter mais de um trajeto pertencente a mais de um circuito juvenil. Ora, é fato que a vida noturna promove, em locais centrais da cidade, mais de um tipo de territorialidade sobre um mesmo espaço. Em um sábado à noite na Rua São Francisco em Curitiba-PR, é possível encontrar batalhas de rap, música árabe, roda de capoeira e jovens ocupando o espaço da rua.

Esta é uma manifestação do que Doreen Massey chama de “sentido global de lugar”. Segundo a autora, diferentes grupos sociais e indivíduos

posicionam-se de diferentes maneiras em relação aos fluxos e conexões intersociais, construindo uma “geometria do poder da compreensão espaço-tempo” (MASSEY, 2000, p. 179).

O apelo à segurança da própria identidade em um movimento de mudança é o que provoca a busca pelo sentido de lugar (MASSEY, 2000, p. 181). Criar raízes em um território promove uma estabilidade, uma “fonte de identidade não-problemática”. O morador de uma área ocupada não quer deixar sua casa, uma vez que a segurança da identificação com aquele lugar desenvolve uma identificação consigo mesmo.

Em contrapartida, Massey se dispõe a buscar uma noção “verdadeiramente progressista de lugar” (2000, p. 181) que canalize diferenças geográficas e singularidades, desconstruindo o foco nas fronteiras que dividem “nós e eles” e assumindo, na particularidade, a existência do coletivo.

Massey (2000, p. 182) descreve a experiência de Kilburn (Inglaterra) uma cidade com grande pluralidade cultural e que atribui diversas funções aos mesmos “lugares”.

Embora Kilburn possa ter uma característica própria, não se trata absolutamente de uma identidade coesa, coerente, de um sentido particular de lugar, partilhado por todos. (...) **Se se reconhece que as pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares.** Ademais, essas identidades múltiplas podem ser uma fonte de riqueza ou de conflito, ou de ambas (MASSEY, 2000, p. 183, grifo nosso).

O sentido global de lugar é a síntese das relações sociais somadas à compreensão espaço-tempo e se dá no momento em que os movimentos de comunicação (como o controle de notícia e envio de informação) e físicos (como as migrações) compõem uma pluralidade cultural num mesmo lugar (MASSEY, 2000, p. 184). O que confere especificidade a um lugar não é apenas sua história, mas a “constelação particular de relações sociais” ali existentes. O lugar ganha o conceito alternativo de encontro.

Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir (...). Isso, por sua vez, **permite um sentido do lugar que é extrovertido, que**

**inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local.** (MASSEY, 2000[1991], p. 184, grifo nosso).

A multiplicidade não nega a singularidade. A especificidade de uma cidade, de uma vila ou de uma rua é constantemente reproduzida e absorvida pelos grupos que se relacionam com ele. O espaço urbano – e o recorte estudado – são espaços privilegiados de observação dos sentidos e identidades que se incorporam aos lugares. É o que será apresentado no próximo tópico.

### **3.1.3 Um sentido global de lugar no espaço urbano**

Uma das possibilidades de vivência e construção simbólica do “lugar” é o espaço urbano. Lefèbvre (1999) entende que a “sociedade urbana” não diz respeito somente à materialidade da cidade, mas também às suas construções sociais. O espaço é instrumental. Deixou de ser neutro para assumir uma função estratégica, gerando novos significados e intencionalidades de dominação. O espaço real se torna, então, o espaço projetado: o objetivo de seu uso o transforma em instrumento. Sua instrumentalização é o que o constrói.

Nesta hipótese, o espaço urbano é dotado de significados que influenciam comportamentos (LEFÈBVRE, 1999). Os significados proporcionam a existência do espaço vivido (percebido, representado) que, por sua vez, produz o espaço social (construído). Assim como visto em Massey, Lefèbvre concebe o lugar como espaço de encontro (1999). Esta relação (do encontro dialético entre espaço vivido e espaço social) existe em plenitude nas cidades, em especial, nas ruas (ainda que para o autor este encontro seja superficial).

A rua é instrumentalizada em sua função “informativa, simbólica e lúdica” (LEFÈBVRE, 1999, p. 30). Ou, **“a rua é a desordem”** (LEFÈBVRE, 1999, p. 30 grifo nosso). Todos os elementos da vida urbana são nela canalizados. O uso e

o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca, ainda que a rua esteja em espaço público.

O público não é necessariamente aquilo que não é privado, posto que esta definição não contempla a existência de espaços coletivos<sup>25</sup>, por exemplo. O espaço público é o espaço da visibilidade, onde tudo pode ser visto e ouvido por todos e esta visibilidade constrói a realidade. Ele constrói um “mundo comum”:

Tem que ser pensado não apenas como aquilo que é comum, mas como aquilo que é comunicável e que, portanto, se diferencia das experiências estritamente subjetivas e pessoais que podem ter validade na dimensão privada da vida social, mas que não são adequadas para ingressar em praça pública e perdem toda validade no domínio público (ARENDDT, 1981, *apud* TELLES, 1990, p. 32)

Dissolver um espaço público é dissolver um mundo comum, materializado na comunicação intersubjetiva, no qual opiniões e julgamentos se constituem (TELLES, 1990).

Lefèbvre (1999) divide três níveis de análise para o espaço urbano construído: o global, o intermediário e o privado. No nível global, mais abstrato, ocorrem as políticas mais gerais de planificação do espaço. O Estado exerce o poder, podendo direcionar estratégias de efeitos percebidos (como a distribuição de recursos ou projetos urbanos). O nível intermediário contempla a estrutura da cidade em si, como o comércio, os edifícios e a logística. Diz respeito ao conjunto urbano como um todo, manifestando as estratégias do nível global e administrando as estruturas do nível privado (SOUZA, 2012, p. 1). Este último nível, por fim, é o nível do “habitar”, no qual se evidenciam as relações cotidianas da cidade através da construção cultural. Nele estão as construções particulares, o “domínio edificado”.

A cidade é um “espaço de revelação” (SANTOS, 2011, p. 141), pois ela permite a inserção social do indivíduo, em especial por meio do consumo. Neste espaço, o sujeito constrói relações sociais que revelam produções simbólicas através de construções concretas (SOUZA, 2012). É por isso que

---

<sup>25</sup> Espaços coletivos são áreas de uso privado, que permitem espaços que se misturam ao uso público, formando espaços público-privados (VIANNA, 2007).



um indivíduo, quando entra em contato com a cidade, passa por um forte processo de reconstrução cultural:

A desculturização é perda, mas também doação. O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação [da cidade] com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura e mudando o homem. (SANTOS, 2011, p. 141)

Deste modo, “a dinâmica deste espaço, não pode ser dissociada da dinâmica da vida” (SOUZA, 2012, p. 1). Em síntese, “participar” da cidade é produzir sentidos no urbano. O sentido global de lugar é nela manifestado seja pela sobreposição de territorialidades (em uma rua ou praça, por exemplo), seja por uma vivência simultânea de diversos territórios que se assemelham física e simbolicamente, conectados por indivíduos através de redes.

Diante da possibilidade da cidade produzir um “sentido global de lugar” e manifestar uma multiterritorialidade, a cidade se torna um importante espaço de vetorização dos circuitos juvenis. Uma vez que a cidade é um “ponto” (RAFFESTIN, 1993) em uma “constelação particular de relações sociais” (MASSEY, 2000), seus fluxos são fundamentais para a compreensão do agir jovem e da formação de suas identidades.

Em comunidades como a estudada, é comum que grande parte das construções identitárias aconteçam na rua, inerente ao “pedaço” entre a porta da casa e a casa do vizinho. Viver a cidade, muitas vezes, é viver a própria rua. Não implica cair no anonimato. É possível que a violência e a insegurança provoquem uma sociabilidade seletiva, de “encontros confiáveis”, doméstica. “Os grupos populares saem pouco de seus espaços, periféricos ou centrais; os setores médios e altos multiplicam as grades nas janelas, fecham e privatizam ruas do bairro” (CANCLINI, 1997, p. 284).

O sentido global de lugar acontece em todo o espaço urbano, inclusive o periférico. É comum se imaginar que a periferia não contribui para a constituição da cidade. O pressuposto que este trabalho parte é o oposto: de que os locais periféricos, ainda que marginalizados, constroem a cidade na

mesma medida que é por ela constituída. Mesmo o espaço mais segregado é, ainda, parte da cidade – mesmo que as políticas públicas tendem a separá-los das políticas urbanas. Para tanto, a sequência deste trabalho discute a complexidade da conceituação de “favelas”, “periferia” e “comunidades pobres” ou em “situação de risco”, termos importantes para a pesquisa.

### 3.2 FAVELA E PERIFERIA

Este tópico dá fundamento para a compreensão do espaço a ser trabalhado, uma vila periférica, percebida pelos moradores da cidade como uma “favela”. O termo “favela” surgiu no Brasil no começo do século XX para descrever um bairro popular localizado no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, e é até hoje utilizado para representar espaços em que há grande aglomeração de casas (ou “barracos”), dispostos em espaços afastados dos centros urbanos e cuja disposição revela a baixa renda dos habitantes.

Pesquisadores brasileiros datam a primeira favela do país de 1881, na cidade de Santos: o Quilombo do Jabaquara, que abrigava ex-escravos. Em linhas gerais, os aglomerados subnormais, ou favelas, são entendidos pelo IBGE como:

Cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010, p. 1).

De acordo com a pesquisa *Radiografia das favelas brasileiras*, de Renato Meirelles e Celso Athayde (2014), diferente do que se espera do senso comum, 94% da população “favelada”<sup>26</sup> se considerava feliz em 2013, 81% dos moradores gostam do lugar onde vivem e 66% não abandonariam sua comunidade. Em termos práticos, observa-se nestes locais um senso

---

<sup>26</sup> Termo utilizado pelos autores.

comunitário que desafia a lógica urbana. O estudo confirma ainda que as favelas movimentam até 63 bilhões de reais por ano no Brasil.

O Censo de 2010 mostra que mais de 11 milhões de pessoas viviam nas 15 mil favelas do país. As maiores favelas se encontravam no Rio de Janeiro (Rocinha e Rio das Pedras) e Distrito Federal (Sol Nascente). Uma margem de 88,6% destas comunidades faziam parte de 20 grandes regiões metropolitanas. Em 2013, 72% da população das favelas era negra (MERELLES; ATHAYDE, 2014).

Um dos primeiros estudos globais sobre o tema foi promovido pelo Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-Habitat), em 2003. De acordo com a pesquisa, o termo favela (no inglês, *slum*) é usado desde o aparecimento de regiões periféricas na cidade de Londres, identificadas como um lugar separado de tudo que era decente e um refúgio para o crime e a marginalidade, onde se propaga o vício e o uso de drogas (UN-HABITAT, 2003, p. 9). Com o tempo, o termo foi sendo moldado, a fim de melhor responder ao entendimento dos movimentos sociais. Termos como “vizinhança deteriorada”, “guetos”, “morro” e “comunidade” passaram a ser usados com mais frequência.

Ainda no estudo de 2003 (UN-HABITAT, p. 11), percebeu-se a dificuldade de encontrar uma definição para o que seria, ou não, uma “favela”, uma vez que: as favelas são complexas para serem definidas por parâmetros únicos; o que pode ser entendido por favela em uma cidade pode não ser entendido em outra; as favelas mudam com muita frequência e o espaço da favela está vulnerável a mudanças em sua jurisdição.

Por isso, optou-se por definir “favela” a partir de características comuns que aparecem como um padrão em determinados pontos da cidade, quais sejam, a falta de serviços básicos; a existência de casas com estrutura inadequada e em condição ilegal; alta densidade demográfica; pobreza e exclusão social e tamanho mínimo de área ocupada.

Em *Planeta Favela*, Mike Davis (2006) propõe uma classificação das favelas, que enquadra todas as experiências deste tipo de conglomerado ao

redor do mundo. Este modelo analítico ignora especificidades locais para possibilitar uma comparação global<sup>27</sup>.

**Tabela 3 - Classificação das Favelas**

Núcleo Metropolitano		
1. Formal	a. Cortiços	a.1 Casarões Antigos
		a.2 Construídos para os pobres
	b. Moradias públicas para aluguel	
	c. Pensões, hospedarias, abrigos	
2. Informal	a. Invasores	a.1 Com autorização
		a.2 Sem autorização
	a.3 Moradores de rua	
Periferia		
1. Formal	a. Aluguel particular	
	b. Moradias públicas para aluguel	
2. Informal	a. Loteamentos clandestinos	a.1 Ocupado pelo proprietário
		a.2 Sublocação
	b. Invasores	b.1 Com autorização
		b.2 Sem autorização
c. Campos de refugiados		

Fonte: Davis, 2006, p. 41. Adaptado

Em 2014, um quarto da população urbana mundial vivia em espaços com estas características. Na América Latina a proporção cai para 21% (UN-HABITAT, 2015/2016, p. 8 e 9). Entre 2000 e 2015, o número de habitantes de favelas aumentou 16.500 pessoas por dia. Segundo o *Slum almanac* (Idem, p. 11), os moradores das favelas costumam passar por pelo menos uma de cinco privações que reforçam sua condição de pobreza ou “situação de risco”: a insegurança de permanecer em sua casa (incerteza do despejo, devido à irregularidade da moradia); a falta de saneamento básico; a falta de água limpa; a pouca durabilidade das casas (devido à estrutura precária) e a falta de espaço digno de moradia (quando mais de 3 pessoas vivem no mesmo quarto).

<sup>27</sup> Como será discutido mais profundamente no tópico seguinte, o modelo brasileiro tende a seguir um tipo de favelização periférica, ainda que casos como o Rio de Janeiro concentre também favelas no centro da cidade (23 contra 77 na periferia). No caso do grupo de vilas que forma a favela disposta na Caximba, as casas encontram-se em locais informais, de periferia, em loteamentos clandestinos e invasões.

Esta situação reforça outros problemas crônicos, como a falta de privacidade, a falta de serviços básicos, a distância dos equipamentos urbanos e a dificuldade de deslocamento para regiões centrais da cidade.

Em geral, a ideia de precariedade está associada à insegurança, efemeridade e fragilidade; as ideias de pobreza e vulnerabilidade também. Assim, surgem diversos conceitos para classificar as possíveis relações de precariedade, como favelas, loteamentos irregulares, ocupações irregulares, ocupações em área de risco, áreas sem aprovação da prefeitura, áreas impróprias para habitação. (IPARDES, 2010, p. 18)

O Plano Nacional de Habitação de Interesse Social divide os “assentamentos precários” nas categorias (IPARDES, 2010, p. 18)<sup>28</sup>:

- a. **Favelas:** Aglomerados de domicílios dispostos de forma desordenada, geralmente densos e carentes de serviços públicos essenciais, ocupando terreno de propriedade alheia (pública ou particular). Assentamentos que carecem de direito de propriedade e constituem aglomerações de moradias de qualidade abaixo da média. Sofrem carências de infraestrutura, de serviços urbanos e de equipamentos sociais e/ou estão situados em áreas geologicamente inadequadas e ambientalmente sensíveis.
- b. **Cortiços:** Habitações coletivas, constituídas por edificações subdivididas em cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título, superlotadas e com instalações sanitárias de uso comum dos moradores dos diversos cômodos.
- c. **Conjuntos habitacionais degradados:** Conjuntos habitacionais construídos pelo setor público que se encontram atualmente em situação de irregularidade ou degradação, demandando ações de reabilitação ou adequação.
- d. **Áreas ocupadas** por moradores de baixa renda, sem aprovação do poder público ou sem atender às condições exigidas no processo de aprovação, geralmente caracterizadas pela autoconstrução das

---

<sup>28</sup> Dados compilados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), retirados do Ministério das Cidades.

unidades habitacionais e pela ausência ou precariedade de infraestrutura urbana básica.

Independente de sua caracterização, as favelas têm recebido, no Brasil, a atenção de políticas públicas separadas em dois polos: aquelas que promove a retirada e o reassentamento das famílias e aqueles que procuram a renovação do lugar para garantir a permanência das famílias no local (LIBÂNIO, 2016, p. 767). No centro do problema está a questão da habitação. A dualidade da aproximação do poder público se reflete também na angústia dos moradores: lutar pela regularização ou se cadastrar para o reassentamento. O próximo capítulo procura compreender como o Brasil trata a questão habitacional e as políticas que lança mão para resolver a questão. Além de analisar o recorte espacial deste trabalho: a “Ocupação 29 de Outubro”.

#### 4. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL

Os países subdesenvolvidos enfrentam um problema crônico quando o assunto é moradia. A população de baixa renda faz escolhas sistemáticas para definir o lugar de habitação. “Os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança” (DAVIS, 2006, p.39).

Enquanto alguns procuram a proximidade com o trabalho, outros aceitam enfrentar longas viagens para o centro, a fim de conseguir um terreno gratuito na periferia. O caminho costuma seguir um padrão, percebido por Jhon Turner em 1960. O migrante rural se muda para o centro para conseguir um emprego. Contratado, vai à periferia garantir a propriedade.

Davis (2006) perpassa as soluções que costumam encontrar a população que vive nesta condição: alugar um apartamento central que, caro, não costuma dar as garantias que precisa o morador; ocupar um cômodo barato, por vezes ilegal, sem garantia de propriedade; ocupar terra pública, em ocupações ou assentamentos ou comprar um terreno em loteamentos informais.

A habitação assume papel importante como questão urbana no Brasil a partir do final do século XIX, quando a ampliação dos espaços urbanos, o fim da escravidão e o aumento do número de imigrantes europeus provocaram um aumento populacional significativo nas cidades. Esta nova população urbana foi diretamente afetada pela Lei 601 de 1850, a “Lei das Terras” que decidia que o único meio para aquisição de propriedade era a compra, o que tirava a legitimidade de qualquer tomada de posse ou ocupação (HOLZ, MONTEIRO, 2008). As primeiras iniciativas do governo premiavam as empresas que produzissem habitações. Em linhas gerais, os lucros nesta área se davam por meio dos loteamentos para classes altas, primeiras beneficiadas deste processo.

Entre o final do século e o início do século XX, “a elite brasileira tinha condições hegemônicas suficientes para debater abertamente (isto

evidentemente significa entre os iguais) planos de obras urbanas a serem implantados” (MARICATO, 1997).

Fruto deste processo, uma reforma urbana no Rio de Janeiro demoliu 590 prédios para a construção de 120 novos edifícios. Surgiram as primeiras favelas na cidade. Um modelo de segregação parecido com o ocorrido em Belo Horizonte, que acabou por determinar quais grupos sociais ocupariam quais partes da cidade (MOTTA, 2014).

Com a revolução de 1930, o Estado tenta assumir o controle da questão habitacional. Os Institutos de Aposentadoria e Pensão iniciaram um insuficiente financiamento aos associados de casas destinadas ao aluguel. Somente a criação da Fundação da Casa Popular (FCP) pode ser identificada como política habitacional. Criada em 1946, tornou-se rapidamente obsoleta dado o acúmulo de funções e falta de recursos, força política e respaldo legal. A organização, além de clientelista, facilitava o financiamento de bens duráveis à classe média, e definia o local de construção dos conjuntos habitacionais baseado na seleção de candidatos (MOTTA, 2014).

À política higienista da época, somou-se um processo de urbanização no país que intensificou o êxodo rural, mais um fator de crescimento das áreas periféricas. O governo militar extingue a FCP para a criação do Plano Nacional de Habitação que procurava controlar o crescimento das favelas. É aqui que se inicia o esforço para o controle e instituição dos Planos Diretores municipais.

Os planos tecnocráticos, resultado de um saber especializado que vinha de fora do município, que ignorava a opinião da população e, não pouco frequentemente, a dos quadros técnicos que compunham a própria administração municipal, dominaram todo o período de vigência do SERPHAU, órgão que coordenaria nacionalmente a elaboração de Planos de Desenvolvimento Local Integrado, durante a ditadura militar, de 1966 até 1974, quando foi extinto. (MARICATO, 1997, p. 119)

Até então, somente o Plano Pereira Passos (1903), para o Rio de Janeiro, havia sido cumprido como um todo. Os planos Agache, também para o Rio, e Prestes Maia, para São Paulo, só cumpriram o planejamento viário (MARICATO, 1997). Concretizando este movimento, o governo militar cria o



Banco Nacional de Habitação, que controlaria o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Dividido em dois ramos (um para a classe média e um para a população de baixa renda), o SFH dava créditos habitacionais por meio de retiradas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Porém, igual para os dois sistemas foi o autofinanciamento, sendo necessário, portanto, que o adquirente provasse sua capacidade de pagamento. Esta forma de financiamento acabou por prejudicar as populações com baixa renda, já que não conseguiam provar que seus ganhos suportariam o pagamento da dívida. (HOLZ, MONTEIRO, 2008, p. 1)

O plano tinha, ainda, a política de remoção das ocupações ilegais. Nas três fases do SFH provocaram: implantação das Companhias de Habitação Popular (COHABs); esvaziamento do Sistema, dada a inadimplência e a perda de poder de compra do salário mínimo; posterior reestruturação do sistema e das COHABs. Mais uma vez, partiu-se de um modelo de financiamento para as classes baixa renda (40% dos investimentos em 1964) para o abandono desta política e aumento de financiamento disponível para a classe média, menos inadimplente (entre 1975 e 1980) (MOTTA, 2011). Entre 1964 e 1986 (quando foi extinto) o BNH financiou quatro milhões de moradias (apenas 35% para o “mercado popular” (MOTTA, 2014).

Entre 1970 e 1980, o crescimento das áreas ilegais se confundem com o colapso deste sistema de crédito, quando o país atingia índices de urbanização superiores a 80% (HOLZ, MONTEIRO, 2008). O crescimento da “cidade ilegal”, ocupada, preocupa ainda mais as políticas de urbanização municipais.

Apesar da história comprovada de falta de respeito em relação aos Planos Diretores Municipais, durante décadas, a Constituição de 1988 determina a obrigatoriedade de sua execução em todas as cidades com mais de 20.000 habitantes, restabelecendo seu prestígio e fortalecendo a ideia, muito comum na imprensa, de que nossas cidades são um caos porque não têm planejamento urbano, o que não é verdade. Especialmente nos anos 70, a produção de Planos Municipais foi muito significativa. (MARICATO, 1997, p. 120)

As mobilizações da Constituinte reforçaram a ideia de que a cidade deve ser vista de forma integrada e fortaleceram, inclusive, o processo de urbanização da cidade de Curitiba-PR. Na década de 1990, os governos aliaram as questões habitacionais à agenda internacional. Collor (1990-1992) não cumpriu as metas de financiamento de 245 mil habitações em 180 dias (pelo Plano de Ação Imediata para a Habitação). Itamar (1992 a 1994) criou o Programa Habitar Brasil e Programa Morar Município, barrados por padronizações excessivas (MOTTA, 2014).

A década é marcada pelas restrições impostas pelos bancos internacionais de financiamento, em especial durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Foram avanços: a criação de fundos habitacionais e a criação do Fórum Nacional de Habitação. Além, a Lei Federal 10.257, que estabelece, em 2000, o Estatuto das Cidades foi o principal marco de definição da moradia como direito garantindo a...

... função social da propriedade e da regularização fundiária, tais como imposto sobre propriedade imobiliária urbana progressivo, desapropriação com títulos da dívida pública, usucapião urbano, concessão especial para fins de moradia, demarcação de zonas especiais de interesse social etc. (MOTTA, 2014, p. 8)

O Estatuto da Cidade vem de um movimento iniciado pela Constituição Federal de 1988 que: dá poder aos municípios, definindo-os como “ente federados” e decide que compete à União dar diretrizes para as políticas de habitação. O direito à moradia foi incluído posteriormente, com o status de direito social.

O Estatuto da Cidade regulamenta uma série de instrumentos jurídicos e urbanísticos, reafirmando o papel central do Plano Diretor como eixo principal da regulação urbanística das cidades. (...) Permite aos Municípios a adoção de instrumentos para a urbanização e a legalização dos assentamentos, o combate à especulação imobiliária, uma distribuição mais justa dos serviços públicos, a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária, soluções planejadas e articuladas para os problemas das cidades e a participação da população na formulação e execução das políticas públicas. (HOLZ, MONTEIRO, 2008, p. 1)

Na sequência, o governo Lula (2003-2010) inicia o Programa Minha Casa Minha Vida. Projeto com investimento de R\$ 34 bilhões, para construir 1

milhão de habitações, destinado a famílias de 0 a 10 salários mínimo. Considerando as famílias de baixa renda, foco do programa (0 a 3 salários mínimos) o processo funcionaria da seguinte maneira: a União aloca recursos por área e solicita projetos por município. Estados e municípios realizam cadastro e triagem das famílias. Construtoras apresentam projetos à Caixa Econômica Federal (CAIXA). A CAIXA contrata operação, acompanha execução e realiza a comercialização (BRASIL, 2009).

As iniciativas da gestão, que também institui o Ministério das Cidades, procuravam atender a necessidade de crescimento do Produto Interno Bruto do país. Dados do Cadastro Geral de Empregos e Desempregos (CAGED) mostram que em julho de 2009 haviam 32.100 postos de trabalho ocupados da construção civil. Em agosto do mesmo ano, o número sobe para 45 mil. Ainda que inovador, o plano segue o processo de intervenção pautada pela aproximação com a iniciativa privada.

Em síntese, até este período, o maior desafio ao país era atuar contra a ilegalidade urbana e garantir o acesso global à moradia de qualidade. Fica evidente que questões sociais e políticas criaram divisões urbanas que perduram até hoje. Diante desta fragmentação urbana por poder aquisitivo, o caso brasileiro aponta uma separação da cidade onde os mais pobres ocupam a periferia em um processo de segregação ora involuntária, ora voluntária<sup>29</sup>. Na América Latina:

A segregação se organizou, durante o desenvolvimento modernizador, separando os grupos sociais em diferentes bairros. Depois, para ordenar a expansão urbana provocada pelas migrações e a industrialização desde meados do século [XX], a população foi dividida sob a oposição centro-periferia: as classes médias e altas nas zonas centrais mais bem equipadas, enquanto os pobres se aglomeravam em subúrbios desfavorecidos. (CANCLINI, 2007, p. 163)

As diversas definições de segregação culminam no conceito de Harvey (1980) também utilizado por Negri (2008). Para o autor, “a diferenciação

---

<sup>29</sup> A Escola de Chicago separa os dois conceitos nos quais, por segregação voluntária, se entende o indivíduo que escolhe viver com pessoas da mesma classe e involuntária, o indivíduo que se vê obrigado a morar ou deixar de morar em um setor da cidade. A segregação de uns provoca a de outros, em um processo dialético (PINHEIRO *et al*, 2017).

residencial deve ser interpretada como chances desiguais de ascender socialmente” (NEGRI, 2008, p. 138). Em outras palavras, a segregação é um acesso diferenciado a recursos que geram oportunidades à ascensão. É uma diferença de renda, de proximidade às facilidades urbanas (água, luz, esgoto, equipamentos urbanos).

Considerando a importância das cidades no processo de definição e participação dos planos habitacionais e urbanos do país, a cidade de Curitiba-PR também desenvolve seu próprio caminho sobre o tema. O planejamento da cidade é tratado de maneira bastante particular, desde a intervenção do Plano Agache, em 1943, e os subsequentes planos diretores que ordenaram o crescimento da cidade. A capital do Paraná também apresentou características de segregação espacial e um perfil de tratamento da questão habitacional. É disto que se trata o próximo tópico.

#### 4.1 O PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

O Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que, em 2010, Curitiba tinha 1.751.907 habitantes. Destes, 25% com rendimento domiciliar *per capita* de meio a 1 salário mínimo. A cidade é referência na concepção e aplicação de um planejamento urbano progressivo, que institui um ordenamento do uso e ocupação do solo determinante para o desenho urbano. Na contramão deste processo, a capital do Paraná era a quinta cidade brasileira com o maior número de assentamentos no ano 2000 (120) (ALBUQUERQUE, 2007). Em 2010, o número sobe para 223 (15ª), com estimativa de 46.806 pessoas vivendo em conglomerados subnormais<sup>30</sup> (IBGE).

Ainda em 2010, o número de domicílios não ocupados na capital era de 58.211. de um total de 635.631. Dados do Iperdes (2018) mostram que em 2016, o gasto com urbanismo no município representou o terceiro maior orçamento da cidade (R\$1.105.247.998,73), enquanto R\$ 17.042.808,17 foram gastos com habitação. A população estimada da capital para 2017 era de

---

<sup>30</sup> Termo explicado anteriormente.

1.908.359 pessoas, incluindo 521.766 jovens entre 18 e 29 anos (com taxa de crescimento médio populacional 0,99%).

Os primeiros diagnósticos feitos em ocupações em Curitiba são de 1972. Cerca de 8.852 pessoas viviam em 2.213 domicílios distribuídos em 21 áreas de ocupação irregular (ALBUQUERQUE, 2007). As primeiras favelas identificadas na cidade foram a Favela do Valetão e a Vila Pinto.

A segregação socioespacial da cidade é uma consequência de uma série de intervenções que não resolveram os problemas habitacionais de uma capital como Curitiba, cuja região metropolitana totaliza 26 municípios. Historicamente, o município se desenvolveu a partir de atividades de mineração, pouco expressivas, seguidas do tropeirismo e da indústria do mate. No início do século XX, imigrantes europeus pretendiam uma cidade ordeira e retilínea. Ainda no período medidas proibitivas procuraram impedir populações de baixa renda de ocuparem as áreas centrais da cidade. A Comissão Espacial para Melhoramento Urbano (1913-1916), de Cândido de Abre, criou um modelo de arquitetura de sobrados, retificação de ruas e instalação de bondes elétricos (CARVALHO, 2014).

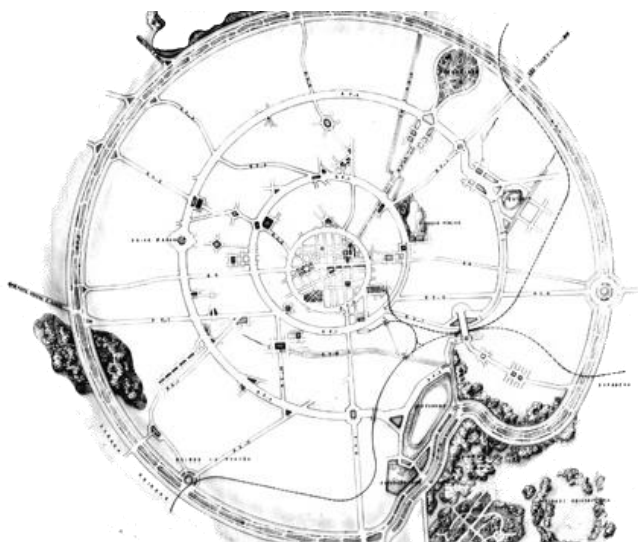
Em 1941, após a pouca eficácia de controle da expansão urbana, como o Plano das Avenidas, quando a cidade tinha cerca de 127.278 habitantes, Curitiba recebeu o primeiro esboço de um plano diretor de ordenamento urbano. O Plano Agache, criava as condicionantes urbanas para zonear atividades, estabelecer perímetros de edificações e ordenar o crescimento.

Foi pioneiro a incluir medidas de saneamento, definição de áreas para habitação, serviços, indústrias e reestruturação viária na cidade. Estabeleceu diretrizes e normas técnicas para ordenar o crescimento físico, urbano e espacial, propondo a divisão de Curitiba em zonas funcionais e sugerindo normatizações e disciplinaridades das funções urbanas. Definiu também vias de circulação concêntricas, distribuição dos espaços abertos e a reserva de áreas para a expansão da cidade, segundo a previsão demográfica da época. (CARVALHO, 2014, p. 4)

O plano criou centros funcionais: militar, no bairro Bacacheri; esportivo, no bairro Tarumã; abastecimento, via Mercado Municipal, no Centro; educação, via Centro Politécnico, no bairro Jardim das Américas; industrial, no bairro

Rebouças e administrativo, no Centro Cívico (IPPUC, 2018). Estas divisões são percebidas até hoje na organização da cidade.

**Ilustração 2 - Plano Agache (1943), organização setorial**



Fonte: IPPUC, 2018.

O plano não foi implementado completamente e não deu conta de suprir o rápido crescimento da cidade, uma vez que não estabelecia padrões à habitação. Em 1960, uma grande readequação do plano foi lançada, com a aprovação do Plano Piloto de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, consolidado com o lançamento do Plano Diretor (PD) de 1966, que trabalhava sob o sistema trinário de ferramentas: uso do solo, transporte público e sistema viário.

Exemplos destas diretrizes são a hierarquização do sistema viário, o zoneamento de uso do solo, a regulamentação dos loteamentos, a renovação urbana, a preservação e revitalização dos setores históricos tradicionais e a oferta de serviços públicos e equipamentos comunitários. (IPPUC, 2018b, p.1)

Foi com o Plano que se instituiu o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), órgão que reúne técnicos municipais e que coordenam a execução dos projetos urbanos. O plano também promove a construção de eixos estruturais, moldando um desenvolvimento linear da

cidade, consolidando as vias exclusivas para ônibus e criando caminho para a futura Lei de Zoneamento e Uso do Solo, que, de fato, oficializou parâmetros construtivos e premiações de acordo com o interesse de desenvolver habitação ou serviços em pontos específicos da cidade.

**Ilustração 3 – Ferramentas do Plano Diretor para o desenvolvimento da cidade**



Fonte: IPPUC, 2018b. Adaptado.

O PD, instituído pela Lei 2828 de 1986, criou uma cultura de planejamento que interfere diretamente nas políticas públicas da cidade. A capital passou a ser definida a partir de eixos estruturais de transporte, baseados neste sistema trinário de urbanização. “Vias expressas de trânsito rápido entremeadas por faixas exclusivas para transporte coletivo a partir dos quais seria planejada a densificação e o direcionamento do crescimento da cidade” (CARVALHO, 2014, p. 7). Este zoneamento, baseado em um sistema viário com transporte dito de qualidade, determinou as áreas urbanas, ainda sem a preocupação de instituir áreas de interesse social. O objetivo principal era que este sistema pudesse induzir o crescimento linear, impedindo o crescimento concêntrico descontrolado.

O processo de desenvolvimento de determinados eixos viários (que receberam uma estrutura urbana que promoveria o crescimento linear) provocou uma supervalorização dos terrenos. As terras foram retidas para especulação, independente do déficit habitacional da década de 1980. Criou-se

áreas ociosas, com infraestrutura urbana já adequada para habitação, que, após dez anos de espera, recebeu edifícios de luxo (OLIVEIRA, 1995).

Este caminho determinou áreas da cidade com prêmios maiores para construção, que incentivou a iniciativa privada a investir nestas regiões estruturais, já habitadas – ou que viriam a ser habitadas – pela população de alta renda.

Consequentemente, tal prática também proporciona a exclusão e a desatenção aos habitantes que vivem em regiões diversas e distantes destas não priorizadas pelo poder público, contribuindo para o acirramento da dualidade entre diferentes áreas da cidade, segmentando o espaço de acordo com a diferenciação social de seus habitantes, segregando-os. (CARVALHO, 2014, p. 9).

Em linhas gerais, à medida que a cidade valorizava setores já equipados ou criava restrições de zoneamento que impediam a população de baixa renda de habitar os eixos estruturantes; menos espaço foi disponibilizado às habitações de interesse social. Uma das questões que o plano não deu conta de conter foi justamente a favelização. A partir da década de 1950 a cidade dava início aos primeiros indícios de ocupações irregulares nas então Vila Guaíra, Vila Hauer e Parolin (SILVA, 2013).

Ainda que a comparação do período disponível pelo IBGE e pelo IPPUC apresente leve diferença, é possível perceber que o crescimento do número de habitações em áreas ocupadas chegava a ser maior que o da própria cidade.

**Tabela 4 – Taxas de crescimento anual dos domicílios versus domicílios em ocupações irregulares**

Período	IBGE	Taxa de crescimento anual de domicílios (município)	IPPUC	Taxa de crescimento anual de domicílios em Ocupações irregulares
<b>1º período</b>	1970-1980	6,72	1971-1979	13,44
<b>2º período</b>	1980-1991	3,47	1979-1992	16,61
<b>3º período</b>	1991-1996	4,17	1992-1996	3,08
<b>4º período</b>	1996-2000	2,75	1996-2000	2,45

Fonte: ALBUQUERQUE, 2007, p.44. Adaptado. Com informações dos Censos demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000 e Dados dos domicílios em ocupações irregulares disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.



Este quadro de crescimento muda de maneira significativa após a década de 1990. Entre 1980 e 1992, foram construídos 109.687 domicílios em Curitiba. Destes, 35 mil edificadas em ocupações irregulares, 20 mil somente nos dois primeiros anos da década de 1990 (ALBUQUERQUE, 2007). No ano de 1985, anterior à instituição do PD, havia 12.675 domicílios em ocupações irregulares na cidade. Cinco anos depois, o número quase dobra (24.570) (SILVA, 2013).

Com a instituição do mencionado Estatuto da Cidade, em 2001, Curitiba revisou seus instrumentos legais do Plano e sistematizou as práticas de regularização fundiária. Ainda no contexto do PD, havia sido criada, na capital do Paraná, a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), com a proposta de dar conta das questões habitacionais da cidade e atender a população de baixa renda.

Dentro do ordenamento urbano sugerido, a população de baixa renda foi distribuída em espaços rejeitados pela classe alta, através da construção de conjuntos habitacionais ou cessão de lotes (PINHEIRO *et al*, 2017, p. 34). O próximo tópico procura identificar o perfil que Curitiba assumiu para aplicar suas políticas públicas para a habitação no contexto de um desenvolvimento urbano linear.

#### 4.2 QUESTÕES HABITACIONAIS E HABITAÇÃO SOCIAL EM CURITIBA

A política habitacional de Curitiba seguiu o caminho das políticas nacionais, em especial aquelas desenvolvidas entre o final do século XX e o começo do século XXI. Como visto anteriormente, até meados de 1974 o Brasil lançava mão de estratégias ambíguas sobre o tema. A forma de intervenção em ambientes de favelas passou por um processo de invisibilidade (1900 a 1930), repressão *versus* tolerância (1930 a 1964) e remoção (1964 a 1974). A partir disto, o governo desenvolveu a urbanização das favelas como política de Estado, culminando na criação do Ministério das Cidades, em 2003 (ALBUQUERQUE, 2007).

Uma vez que os Planos Diretores delinearão uma formação urbana de valorização dos eixos estruturais da cidade, a questão que se coloca é, onde se estabeleceram as populações de baixa renda e quais espaços foram reservados às habitações de interesse social. Curitiba passou por três fases distintas em sua política para as favelas: a tentativa de erradicação até 1980; seguida da urbanização até 1990 e da criação de programas com a iniciativa privada, até o ano 2000.

**Tabela 5 - Política Habitacional de Curitiba**

<b>Fase</b>	<b>Ano</b>	<b>Gestão</b>	<b>Ação</b>
<b>1</b>	1964	Ivo Pereira	Criação da Política Habitacional do Município
	1965	Ivo Pereira	Criação da COHAB-CT
	1968	Omar Sabbag	Política de Erradicação de Favelas do Município
	1976	Saul Raiz	Plano de Desfavelamento
<b>2</b>	1979	Jaime Lerner	Programa Habitacional da Cidade Industrial de Curitiba
	1980	Jaime Lerner	Carta da Favela
	1980	Jaime Lerner	Criação dos Setores Especiais de Habitação de Interesse Social
	1984	Maurício Fruet	Plano Municipal de Habitação (PROLOCAR)
	1985	Maurício Fruet	Primeira regularização fundiária (Fazendinha)
<b>3</b>	1990	Jaime Lerner	Fundo Municipal de Habitação
	1990	Jaime Lerner	Programas Habitacionais de Interesse Social
	1990	Jaime Lerner	Projeto Sítio Cercado – Bairro Novo
	1991	Jaime Lerner	Programa Lotes Urbanizados
	1994	Rafael Greca	Lei para implantação de loteamentos populares
	1995	Rafael Greca	Criação da Vila de Ofícios
	2000	Cássio Taniguichi	Novos Setores Especiais de Habitação de Interesse Social

Fonte: ALBUQUERQUE, 2010, adaptado.

Na primeira fase, construiu-se a primeira Política Habitacional do Município, seguida da imediata criação da COHAB-CT. A COHAB é uma empresa de economia mista, inicialmente motivada pela criação de diversas companhias municipais de habitação financiadas pelo BNH. Tem o objetivo de coordenar e executar as políticas de habitação, com caráter especial para a população de baixa renda. Conta com investimento de repasses do Governo

Federal ou financiamento de bancos internacionais. É coordenada junto com outras secretarias, fundações e institutos da prefeitura. O atendimento da demanda é organizado da seguinte forma:

Atendimento da fila por meio da construção de unidades habitacionais para atender famílias inscritas no cadastro de pretendentes de imóveis da Companhia. (...) Obras de urbanização e reassentamento. (...) Titulação das famílias. (...) Melhoria habitacional. (PIRES, 2016, p.54)

Dois anos após a criação da COHAB-CT, a prefeitura de Curitiba entregou o primeiro conjunto habitacional do país financiado pelo BNH. O conjunto Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, com 2100 casas (ALBUQUERQUE, 2007, p. 71), localizado no bairro CIC. O desejo era suprir toda a demanda habitacional de favelas da cidade, entregando o mesmo número de casas que o número de domicílios em aglomerados subnormais. A demanda, ainda assim, não foi cumprida. O município lançou mão da Política de Erradicação de Favelas do Município, propondo mais uma vez o reassentamento da população das favelas através da transferência provisória de moradias.

Em vista disso, em 1971, criou-se quatro núcleos transitórios que forneceriam “estágio intermediário entre a favela e a comunidade urbana”. O objetivo era de que a família permanecesse por no máximo dois anos no local (ALBUQUERQUE, 2007). Na sequência, o Plano de Desfavelamento, que coincidia com as reformas modernizadoras de Lerner, norteou as ações municipais na década de 70. Entre 1971 e 1974, Curitiba já havia fechado a Rua XV, transformando-a em “calçadão”; implantado os Setores Estruturais; criado a Cidade Industrial de Curitiba e incluídos os ônibus biarticulados nas canaletas exclusivas (Idem, 2007). De 1974 a 1979...

... 20% da população que residia em favelas foi realocada para conjuntos habitacionais construídos pela COHAB em locais afastados do centro e sem ou com pouca infraestrutura urbana (...) e, das 36 favelas existentes, 9 foram extintas (PIRES, 2013, p. 58)

O reassentamento era, ainda, o carro chefe da política habitacional, tendo em vista que a prefeitura entendia que estas favelas:

São formações relativamente pequenas e recentes. (...) Algumas áreas ocupadas são necessárias para projetos prioritários. (...) Num estágio inicial, a necessidade de localizá-las em áreas mais adequadas ao seu padrão sócio-econômico. (...) A necessidade de evitar seu crescimento espontâneo. (IPPUC, 1976 *apud* ALBUQUERQUE, 2007, p. 76)

A proposta da Carta era que oportunizar a urbanização de favelas que houvesse “condições salubres”, ainda que os parâmetros de definição dessas condições não fosse disposto. Em casos de insalubridade, as famílias poderiam entrar em programas da COHAB e a prefeitura se “desobrigava” a manter qualidade de vida nas áreas.

Nessa década, famílias com renda de até três salários mínimos passaram a ser atendidas, preferencialmente, com lotes urbanizados, dotados de infraestrutura urbana mínima, com área de 160m<sup>2</sup>. A prefeitura de Curitiba criou o Programa Plano dos Mil Lotes para Reassentamento (PROLOCAR), destinado às famílias de ocupações irregulares, com garantia de sua permanência em assentamentos em áreas públicas. (MOREIRA, 2014, p. 1)

Na década de 1990, a COHAB-CT passa a inaugurar parcerias com a iniciativa privada, inaugurando um novo rumo nas políticas habitacionais. Há uma redução na produção de conjuntos habitacionais, substituídos pelo processo de regularização fundiária. Nas parcerias privadas, caberia ao empreendedor controlar o investimento e destinar 20% dos lotes para o Fundo Municipal de Habitação. São exemplos de loteamentos feitos a partir deste processo: Moradias Rio Bonito e Riacho Doce (Campo do Santana); Guilherme I (Ganchinho) e Jardim Habitar III (Tatuquara) (ALBUQUERQUE, 2007).

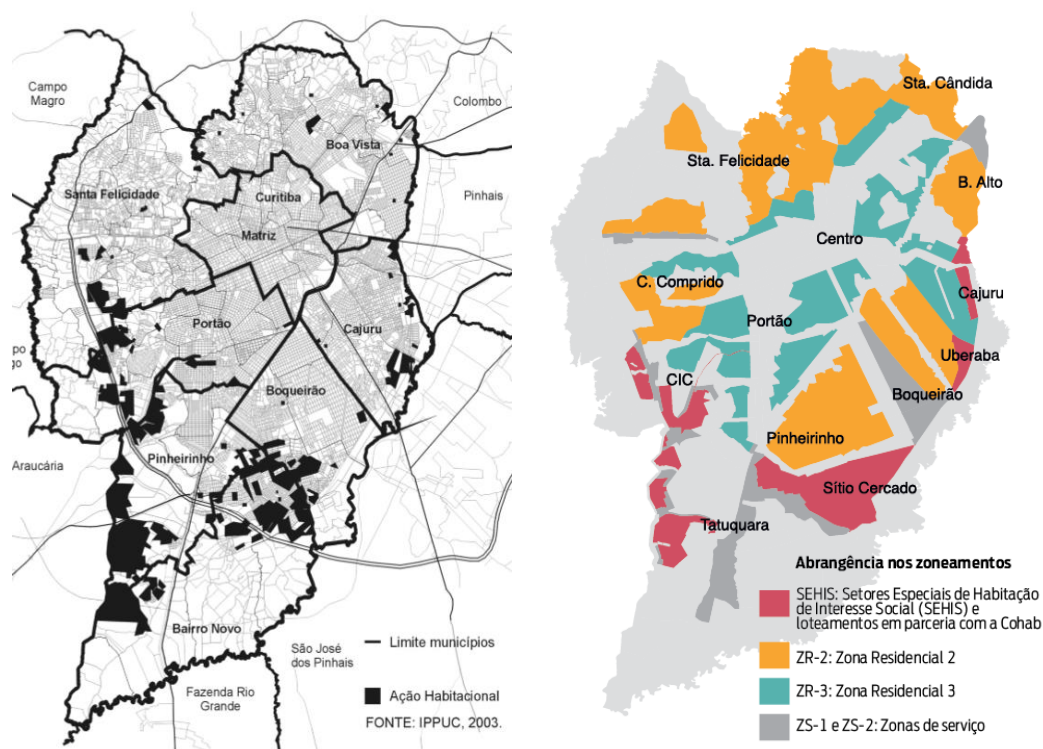
Em 1992, houve uma tentativa de atender até 22 mil famílias na região sul (MOREIRA, 2014). Após urbanização de uma área do Sítio Cercado, o Bairro Novo, a Prefeitura passou a trabalhar com mais projetos de regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas. À época, a área que veio a ser edificada no bairro era considerada agrícola, ainda que os

documentos oficiais a tratassem como “vazio urbano”. Nesta década foi criado o Fundo Municipal de Habitação (FMH), que logo se tornou a principal fonte de captação para os empreendimentos da COHAB-CT. O Artigo 10 da Lei 12.816 de 2008 regula a fonte dos recursos do fundo, provenientes, em geração, de captação de recursos governamentais, receitas operacionais, pagamentos de prestação de outros recursos e venda de potencial construtivo.

No ano 2000, Curitiba instituiu a Lei Municipal 9.800 que define os parâmetros de zoneamento da cidade. O objetivo da lei era determinar os usos do solo a fim de seguir o processo de ordenamento urbano previsto no Plano Diretor. A Lei de Zoneamento criou o Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS), que delimitava áreas da cidade especiais para receber projetos de habitação. A iniciativa divide opiniões. Por um lado, entende-se que a medida pode criar uma segregação ainda maior da população de baixa renda que depende dos programas de habitação, enquanto a Prefeitura Municipal compreendia que a regulamentação seria o único instrumento capaz de garantir que haveria espaços urbanos disponíveis aos programas.

A **ilustração 4** compara a distribuição das ações habitacionais realizadas pela COHAB-CT até 2003 (manchas em preto) com a distribuição dos SEHIS definidos no zoneamento de 2000 (manchas em vermelho). Existe uma coincidência das áreas disponíveis nas regiões periféricas ao sul, leste e oeste da cidade. A Lei institucionalizou estes espaços como regulares para as políticas de habitação, impossibilitando qualquer ação de aplicação de habitação de interesse social nas regiões centrais. Até então, nenhuma ação havia sido considerada no extremo sul da cidade.

**Ilustração 4 - Distribuição da ação habitacional de Curitiba, até 2003 versus mapa do Zoneamento 2000 a 2007**



Fontes: ALBUQUERQUE, 2007. GAZETA DO POVO, 2016.

Apesar das políticas habitacionais, o número de aglomerados subnormais na capital paranaense não parou de crescer, chegando a pelo menos 49.706 domicílios e 163.301 habitantes em 2010. Em 2007, o Programa de Aceleração de Crescimento do Governo Federal contribuiu para uma série de revitalizações desenvolvida pela Prefeitura de Curitiba nas Vilas: Nossa Senhora da Paz, Santos Andrade, José Baggio, Coqueiros, Americana, Nova Aurora, Rex, Mariana, Esmeralda, Torres, Xisto, Prado Velho e Monteiro Lobado (CURITIBA, 2015). Já a partir de 2009, os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida se tornaram a principal forma de promoção da habitação social na cidade. Os projetos são desenvolvidos em coparticipação entre a Caixa Econômica Federal, iniciativa privada, prefeitura e COHAB (PIRES, 2013).

Mais recentemente, o projeto de urbanização da Vila Audi (no bolsão Audi-União) é um exemplo das atuais políticas municipais para habitação. O

local era um conjunto de sete vilas de ocupação irregular, próximas ao Rio Iguaçu, localizadas no bairro do Uberaba e abrigava cerca de 3,1 mil famílias em 2003. As primeiras casas no local surgiram em 1998. Com recursos do PAC 1 (R\$ 38 milhões), o projeto definiu reassentamento de parte dos moradores e urbanização e regularização das demais áreas. Foram reassentadas 469 famílias (CURITIBA, 2013).

Nas áreas onde não havia restrição da legislação urbana e ambiental e nem situação de risco a opção é a titulação dos moradores. Isso ocorreu em terrenos do município e também em áreas particulares onde houve acordo com os proprietários para regularização fundiária. (CURITIBA, 2013, p. 1).

A revitalização das áreas incluiu a instalação de redes de água, esgoto, iluminação, pavimentação e uma unidade do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Estudo de avaliação pós-ocupação do Conjunto Habitacional Moradias União Ferroviária Bolsão Audi/União determinou que as medidas adotadas pela COHAB-CT promoveram uma situação considerada “salubre e segura” (SCHÄFER, 2014, p. 1). Todavia, identificou-se a necessidade de implantação de um trabalho educacional de curta, médio e longo prazo; além do imediato acompanhamento dos usuários por profissionais habilitados que possam conduzir os trabalhos sociais dentro da comunidade.

Considerando a totalidade das ações habitacionais do município, a ocupação irregular em Áreas de Preservação Permanente (APPs)<sup>31</sup> é a que apresenta maior desafio para a promoção de políticas públicas. A construção residencial nestes setores gera impermeabilização do solo, degradação ambiental e risco de enchentes. A Resolução 303/2002 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), define:

---

<sup>31</sup> Lei Federal 12.727/2012

Art. 3o Constitui Área de Preservação Permanente a área situada:

I - em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima, de: a) trinta metros, para o curso d'água com menos de dez metros de largura; b) cinqüenta metros, para o curso d'água com dez a cinqüenta metros de largura; c) cem metros, para o curso d'água com cinqüenta a duzentos metros de largura; d) duzentos metros, para o curso d'água com duzentos a seiscentos metros de largura; e) quinhentos metros, para o curso d'água com mais de seiscentos metros de largura; (CONAMA, 2002, p. 87)

As ocupações que acontecem em áreas de APPs retiram a vegetação nativa e comprometem os corpos d'água, já que “implicam no confinamento dos rios, que resultam no aumento da vazão do escoamento superficial, em consequência da impermeabilização do solo” (SILVA, 2013, p. 23). A água da chuva tem maior dificuldade de infiltração, dada a impermeabilização do solo, o que causa erosão nas margens. Também o lançamento do esgoto sem tratamento contamina o rio.

Por vezes, a situação encontrada nas áreas urbanas consolidadas são assentamentos precários, com moradores expostos à contaminação por ocorrência de inundações, de lançamento de esgoto na rede de drenagem, pela disposição de lixo em córregos e pela impossibilidade de limpeza e manutenção publica das áreas do entorno. (SILVA, 2013, p. 24)

Neste tipo de assentamento, os problemas urbanos acabam por ser consequência de estágios de inadequações e falta de infraestrutura. Os possíveis incrementos, ou melhorias habitacionais, procuram diminuir o impacto ambiental, mas o nível de intervenção acaba dependendo de como as Leis municipais se aplicam em cada região. O processo de urbanização pode ser dificultado devido ao adensamento, geografia, consolidação e aspectos legais. Esta é a realidade presente no local estudado, as vilas que formam a “ocupação da Caximba”. É o que trata o próximo tópico.

#### 4.3 A OCUPAÇÃO DA CAXIMBA

O Complexo 29 de Outubro, tratado neste trabalho como Ocupação 29 de Outubro, compreende a totalidade de sete vilas no bairro da Caximba,



conforme identificação espacial dos próprios moradores. Como será apresentado, ele surge depois do período de reassentamentos via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciados em 2006 e que recebeu investimentos até 2012. A análise mostra que não se esperava que surgisse a necessidade de um novo reassentamento. Este descompasso entre uma política de governo – o PAC – e o ininterrupto déficit habitacional da cidade, merece ser objeto de estudo.

A história do bairro começa com a passagem de tropeiros no século XVIII. Em 1854, tem-se registro de sítios no local. No início do século XX, a Estrada do Tietê (atual Estrada Delegado Bruno de Almeida) servia como rota aos municípios ao sul (IPPUC, 2015).

Dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) de 2010 indicam que, no ano, havia 620 domicílios na Regional do Pinheirinho<sup>32</sup> com renda *per capita* de R\$70/mês. A Caximba é o bairro localizado no extremo sul de Curitiba. Em 2010, a média de idade da população era de 28,7 anos, com renda média mensal de R\$ 559,51<sup>33</sup>. A taxa de homicídios era de 118,95 por 100 mil habitantes, contra a taxa de 42,81/100 mil habitantes do município como um todo. Até então, o Censo de 2010 considerava a existência de quatro ocupações no bairro. Apenas 4,44% das habitações locais tinham acesso à rede de esgoto. A estimativa do Ippuc é que o bairro teria cerca de 2.567 moradores em 2017.

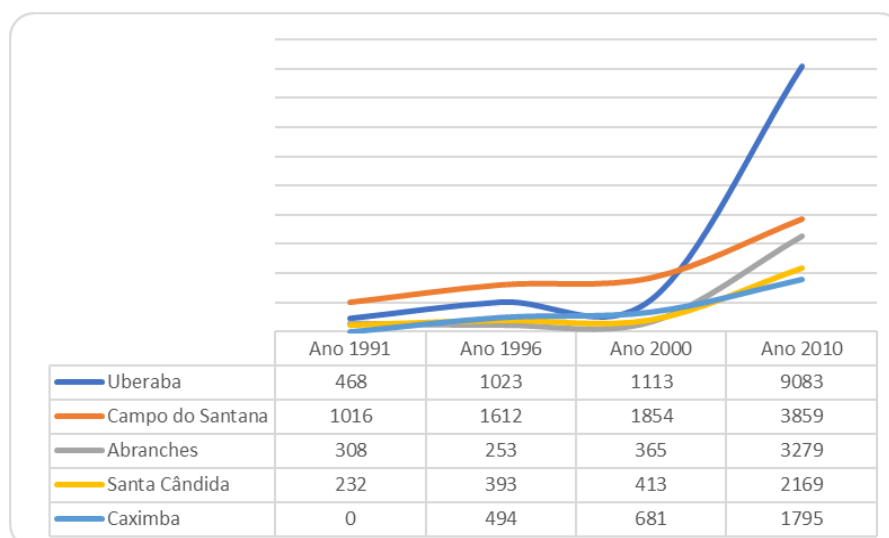
A partir do início dos anos 2000, a Caximba esteve entre os cinco bairros de Curitiba com maior taxa de crescimento de moradores em assentamentos irregulares e loteamentos clandestinos. Dados do Censo de 2010 mostram que, em dez anos, o bairro recebeu 1.114 novos moradores em aglomerados subnormais. O número é expressivo, considerando que a população total do bairro, em 2010, era de 2.522 pessoas.

---

<sup>32</sup> Até 2015, o bairro da Caximba fazia parte da Regional do Pinheirinho, em Curitiba. A partir de novembro daquele ano, Tatuquara e Campo do Santana passam a fazer parte da Regional Tatuquara.

<sup>33</sup> No mesmo ano, a renda média do município de Curitiba era mais do que o dobro do bairro (R\$ 1.424,60).

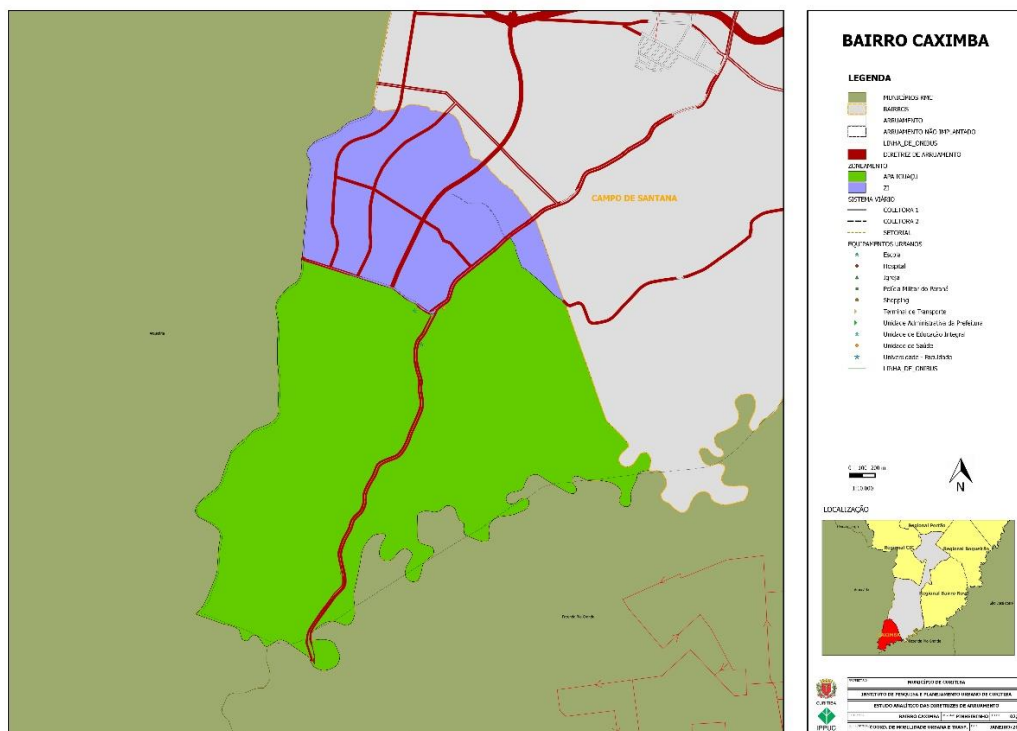
**Tabela 6 - Número de habitantes em Aglomerados Subnormais, segundo os bairros de Curitiba, de 1991 a 2010**



Fonte: IBGE-Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996 e Censo Demográfico 2000, Censo Demográfico 2010. Compilação: IPPUC. Adaptado pelo autor.

É também no ano 2000 que o Decreto 192 institui a Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Iguaçu, “com o objetivo de garantir a preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental da bacia do Rio Iguaçu contida no Município”. A maior parte do território do bairro está inserida na APA. O restante do território faz parte da Zona Industrial (ZI), regidas pelos seguintes parâmetros: ZI – indústrias (ocupação máxima de 50%), habitação unifamiliar, comércios e serviços em geral (ocupação máxima de 50%); APA – dividida em Alta Restrição de Uso (ocupação máxima de habitação unifamiliar de 10%) e Média Restrição de Uso (taxa de ocupação de 20%). Em 2009, o Decreto 1547 instituiu a região como Setor de Média Restrição de Uso.

**Ilustração 5 - Zoneamento Caximba. Área de Proteção Ambiental e Zona Industrial**



FONTE: IPPUC, 2016.

No dia 7 de junho de 2018, o município de Curitiba promulgou novo Decreto (n.º 430/2018), que altera diretamente o zoneamento do bairro. A prefeitura cria o “Setor de Transição – Vila 29 de Outubro”, que compreende as áreas de ocupação na Caximba:

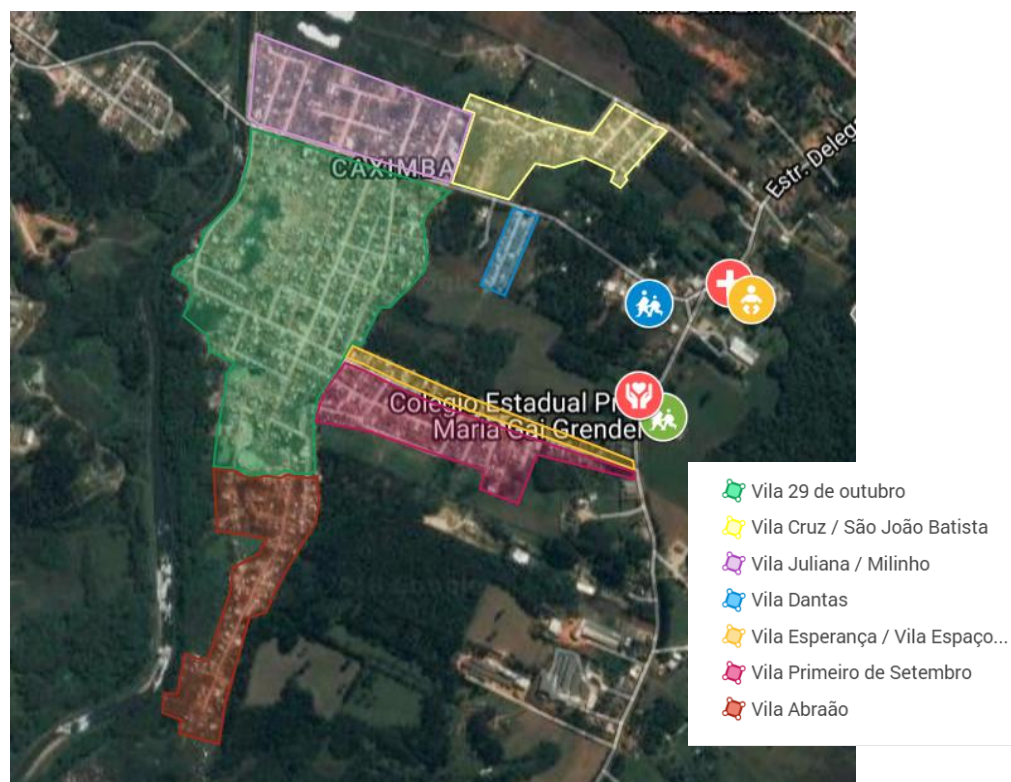
[...] considerando a necessidade de regularização fundiária das ocupações existentes na área denominada Vila 29 de Outubro, dando melhores condições de moradia à população e minimizando os problemas ambientais resultantes das ocupações irregulares; considerando a necessidade de (...) reassentamentos de famílias que ocupam áreas de risco ambiental e degradadas da região do Iguaçu, conforme prevê o Estatuto da Cidade (...) que consideram como diretrizes gerais da política urbana, além da ordenação e do controle do uso do solo, o planejamento de tal forma que corrija as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente (CURITIBA, 2018).

Nos “Setores de Transição”, a ocupação máxima de habitações unifamiliares e habitações unifamiliares em série passa a ser de 50%. Além da lei de zoneamento do município, a APA do Iguaçu também é atingida pela “Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu (AIERI), que abrange nove municípios: Araucária, Balsa Nova, Curitiba, Contenda, Fazenda Rio Grande,

Lapa, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais” (NASCIMENTO, 2015, p. 77). São diversas camadas de legislação que interferem diretamente no território da Caximba. Até o momento, a revisão da Lei de Zoneamento e Uso do Solo, instituída pela prefeitura, tende a positivar o local como uma Zona de Transição.

A ocupação da Caximba é dividida em sete Vilas, considerando as divisões territoriais que definem os moradores da região, conforme Ilustração 6. São elas: Vila 29 de Outubro e Vila Abraão; Vila Cruz, Vila Juliana, Vila Dantas, Vila Espaço Verde e Vila Primeiro de Setembro. O desenho que contorna o bairro é proveniente do limite do município, que é definido pelo contorno dos Rios Iguaçu e Barigui. O encontro dos dois rios (que correm no sentido norte-sul) é o ponto mais ao sul da cidade (NASCIMENTO, 2015).

**Ilustração 6 - Vilas da Caximba**



Fonte: Google Maps. Adaptado por Leandro Santos, 2018.

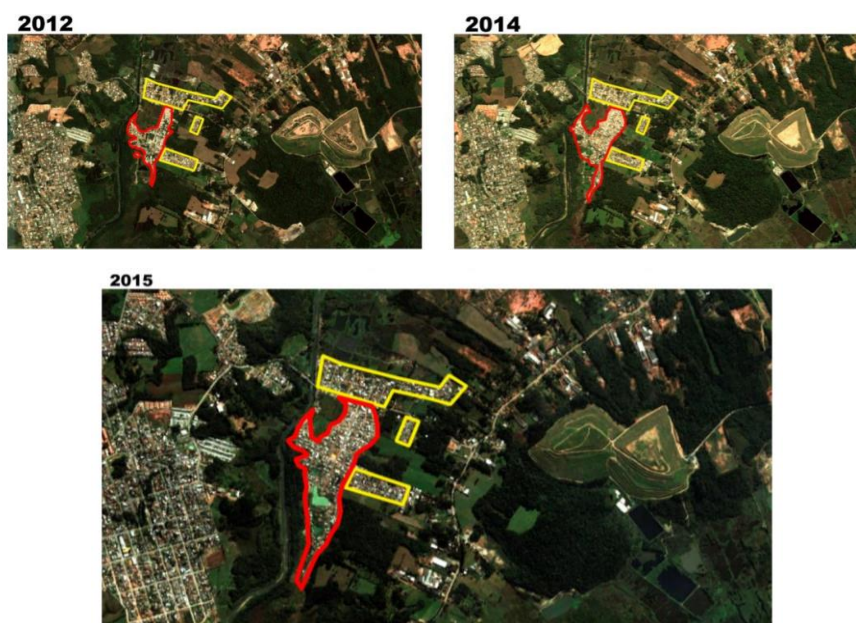
Em Diagnóstico Comunitário realizado pela Prefeitura de Curitiba para a revisão do Plano Diretor de 2014, identificou-se uma alta densidade

populacional, associada a ocupações em áreas de risco ambiental. A Caximba contava com uma escola municipal, um colégio estadual, um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e uma unidade de saúde. Em 2011, o bairro abrigava 27 indústrias, 19 estabelecimentos comerciais e 12 de serviços. Em 2010, a renda média do bairro era de 1,1 a 3 salários mínimos e apenas 26,67% dos domicílios era provido de iluminação pública. O diagnóstico define a presença de “ocupação sem infraestrutura urbana”, “falta de saneamento básico”, “paisagem rural”, “inundação e proliferação de doenças”, “valetas a céu aberto”. Em linhas gerais:

As áreas de ocupação urbana foram caracterizadas principalmente em função do recente aumento demográfico e da falta de infraestrutura, incluindo saneamento básico. Conforme apontado, parte desse aumento populacional tem ocorrido sobre áreas ambientalmente frágeis, desprovidas de infraestrutura básica e suscetíveis a desastres ambientais. Além da exposição das famílias a condições insalubres de moradia, a ocupação dessas áreas tem contribuído para o aumento de ocorrências de inundações e a proliferação de doenças. (IPPUC, 2014, p. 34)

Considerando que a “Vila 29 de Outubro” teve início apenas em 2010, parte dos números sobre informalidade habitacional estão, ainda desatualizados. É possível identificar na Ilustração 7 o crescimento da quantidade de habitações na vila, além da velocidade com que as cavas ao redor do rio são aterradas para construção.





Fonte: NASCIMENTO, 2015.

O histórico da ocupação da Caximba, que chamamos, como um todo, de “Ocupação 29 de Outubro”, coincide com os acontecimentos do próprio bairro. Em 20 de setembro de 1989, a Prefeitura de Curitiba inicia a operação do “Aterro Sanitário de Curitiba”, conhecido como o “Aterro da Caximba”. Cerca de 439 mil metros quadrados foram destinados para o depósito de lixo. “Para escolha do local, a Prefeitura de Curitiba se fundamentou em estudos preliminares e normas operacionais, certificou-se que a confinamento dos resíduos sólidos seria segura em termos de controle de poluição ambiental e proteção ambiental” (CURITIBA, 2018, p. 1). O aterro chegou a receber 12 milhões de toneladas de resíduos sólidos.

O aterro sanitário é diferente do popular “lixão”, dado o sistema de tratamento e disposição do lixo. No caso do “Aterro da Caximba”, a base foi impermeabilizada para impedir que o chorume contaminasse o solo. Foi ainda instalado um sistema de drenos para a coleta e condução do chorume e tratamento do biogás. Para completar, existe um sistema de drenagem da água da chuva. Contudo, os cuidados ambientais não deram conta de manejar o impacto que o aterro teria na região. Além de causar o estigma de “bairro do lixão”, presente na fala de muitos moradores, a Justiça Federal condenou a Prefeitura de Curitiba em 2015, por danos ambientais causados ao Rio Iguaçu,

devido à deposição dos resíduos do aterro. A pena compreende o pagamento de R\$ 20 milhões em multa e o estabelecimento de um plano de recuperação do rio e do lençol freático. A decisão foi tomada após 14 dias de julgamento da ação civil pública.

Em 1990, chegam os primeiros moradores no espaço hoje identificado como Vila Primeiro de Setembro. O morador Adálio Cássio, aposentado, conta que comprou o terreno onde vive, no início da vila, ainda nos primeiros anos da década de 1990. A área foi loteada e vendida para particulares. Do outro lado da rua, a Vila Espaço Verde passa por um trâmite na Justiça, devido a um pedido de reintegração de posse do proprietário original, desde 2012.

A Vila 29 de Outubro tem início na mesma data do fechamento do Aterro da Caximba (29-31/10/2010), esgotado com a quantidade de lixo depositada. Cerca de 150 famílias iniciaram a Vila “Território Nacional”, com a construção de casas de madeira em palafita, nos arredores das cavas do Rio Iguaçu. Em dezembro do mesmo ano, havia 425 famílias ocupando o local (GAZETA DO POVO, 2010). À época, o terreno pertencia à Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, hoje Instituto das Águas, subsidiado ao Governo do Estado do Paraná (NASCIMENTO, 2015).

Relatos dos moradores atuais contam que um ano antes do início da ocupação, carros de som passavam em bairros da região incentivando os moradores a deixar o aluguel e participar da iniciativa. Em Curitiba, a evolução dos custos de mercado imobiliário é um dos fatores responsáveis por estas situações. Pesquisa de Scalco e Oliveira (2011) mostra a diferença da distribuição de renda na cidade, tendo a Caximba como o bairro com a menor renda do município.

Diante disso, pode-se concluir que na cidade de Curitiba, a região norte/nordestes concentra maiores valores imobiliários, menores taxas de crescimento populacional e menor número de ocupações irregulares, enquanto que a região sul/sudoeste caracteriza-se pelo oposto: menores valores imobiliários, maiores taxas de crescimento populacional e, significativamente, maior número de ocupações irregulares. (SCALCO; OLIVEIRA, 2011, p. 43)

Existe ainda um grande desconhecimento empírico do funcionamento do mercado informal de terras. De qualquer forma, o que se encontrou no início da ocupação do Caximba foi que as condições da edificação alteravam significativamente o preço. Em 2011, lotes da Vila Juliana, área passível de inundação, podiam variar de R\$ 2.800,00 a R\$ 35.000,00, valores disponíveis para uma mesma área de 360 m<sup>2</sup> (SCALCO; OLIVEIRA, 2011, p. 45). Diante destes custos, os autores da pesquisa percebem que, nem sempre, os valores praticados dentro destas ocupações são mais baratos. Por vezes, os moradores decidiam morar no local dado o senso de pertencimento à comunidade, a proximidade de serviços informais internos à Vila, a informalidade dos trâmites de compra, entre outros fatores.

Atualmente (em 2018), o Ippuc classifica as vilas da seguinte forma: assentamentos sem regularização – Vilas 29 de Outubro (compreende Vila Abraão), Primeiro de Setembro, Estação Verde; loteamento clandestino sem regularização: Vilas Juliana, Dantas e Cruz. Retomando, a diferença metodológica entre os conceitos ainda não é de comum acordo a todos os autores. De qualquer forma, o IBGE (2010) enquadra tanto o assentamento quanto o loteamento clandestino dentro do quadro maior de “aglomerado subnormal”, desde que apresente as características de urbanização fora do padrão, precariedade dos serviços e lotes de tamanho desiguais (FILHO, 2015).

No caso do entendimento do município de Curitiba para o território da Caximba, “assentamento sem regularização” se refere a invasões que ocorrem em terreno público, enquanto os loteamentos clandestinos são áreas invadidas em terrenos particulares ou ilegalmente loteadas e vendidas para particulares.

As construções no local são de alvenaria e madeira, algumas sobre palafitas. Moradores da Vila 29 de Outubro envolvidos com construção narram que o custo de se construir uma casa em alvenaria e uma casa em madeira, no local, não é muito diferente. A diferença de preço está na mão de obra. Ainda assim, uma casa feita de tijolos será sempre mais valorizada no mercado informal.



O investimento feito pelas famílias com materiais de construção e melhoramentos nas suas moradias, costuma refletir diretamente no preço do imóvel, e estas casas costumam ser mais valorizadas, independente da sua localização dentro da favela. (SCALCO, OLIVEIRA, 2011, p. 46)

Fator relevante de risco às famílias que ocupam a região é a vulnerabilidade ambiental das terras próximas ao Rio Iguaçu. A Área de Proteção Ambiental do Rio prevê que toda a área localizada até 200 metros ao redor do rio deve ser preservada, devido ao risco de inundação.

A área alagável onde o assentamento está inserido funciona para o controle hídrico da calha do rio Iguaçu e, devido ao aterro sanitário que esteve ativo por mais de 20 anos, também é um tipo de zona de transição por onde a carga orgânica do aterro passa antes de chegar ao rio Barigui. Desta forma, é evidente o risco de doenças por matéria orgânica contaminada, além das inundações que ocorrem sem previsão. (NASCIMENTO, 2015, p. 89)

As ligações de água e luz na ocupação são feitas de forma irregular, em especial no interior da Vila 29 de Outubro. A Associação de Moradores da Vila 29 de Outubro cobra uma taxa dos moradores que desejam uma ligação de luz em suas casas, ainda que, por vezes, a luz falhe. Lugares como a Vila Primeiro de Setembro já são atendidas pela Copel (Companhia Paranaense de Energia), enquanto a Vila Abraão não tem acesso à luz todos os dias, devido à qualidade das ligações irregulares e a distância.

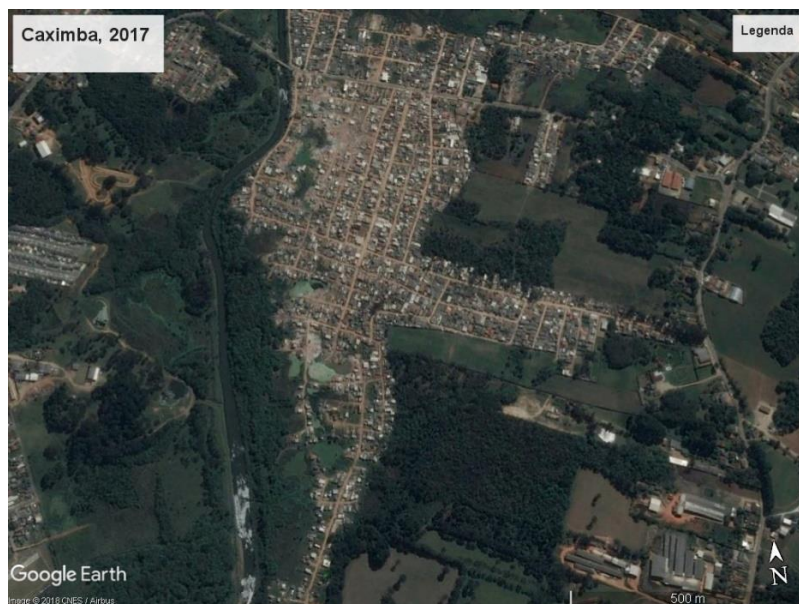
A Vila Abraão é também a que recebe menor quantidade de água. Muitos moradores apelam a uma “torneira social” para adquirir a água que não chega a suas casas. Outros criam ligações clandestinas ou sistemas de captação da água da chuva. Um dos moradores conta que busca a água na “torneira social” e aquece em fogão a lenha para tomar banho.

Além da escassez destes recursos básicos, a ausência de sistema de esgoto aumenta os problemas ambientais do local. Organizações de moradores conseguiram colocar manilhas que levam o esgoto das casas ao Rio Iguaçu, enquanto outros utilizam fossas. De qualquer forma, a maior parte das ligações são feitas a céu aberto e estão próximas às tubulações de água, além de serem depositadas nas cavas ao redor do rio.

Grande parte da “Vila 29 de Outubro” foi construída sobre as cavas do Rio Iguaçu e Barigui. Estas cavas fazem parte da bacia dos rios e são importantes à contenção do fluxo de águas. A **Ilustração 8** mostra a diminuição do número de cavas na região, tomadas pela construção de casas. Os moradores da comunidade relatam que, ao início da ocupação, motoristas de caminhão de descarte de caliça (restos da construção civil), pagavam às lideranças locais para depositar os resíduos nas cavas. Com o tempo, a necessidade de aterrar a região foi tão grande, que os moradores passaram a pagar aos mesmos motoristas para que o descarte fosse feito em determinado ponto. Os resíduos contêm desde restos de construção civil até resíduos de dejetos sólidos, lixo hospitalar, entre outros. Apesar da ocupação não estar localizada no antigo aterro, o lugar se tornou rota do descarte deste tipo de material. Algumas cavas ainda existentes já estão loteadas. Os lotes são vendidos para futuros moradores, que aguardam o aterro.

**Ilustração 8 - Evolução aterro das cavas Caximba 2003 – 2017**



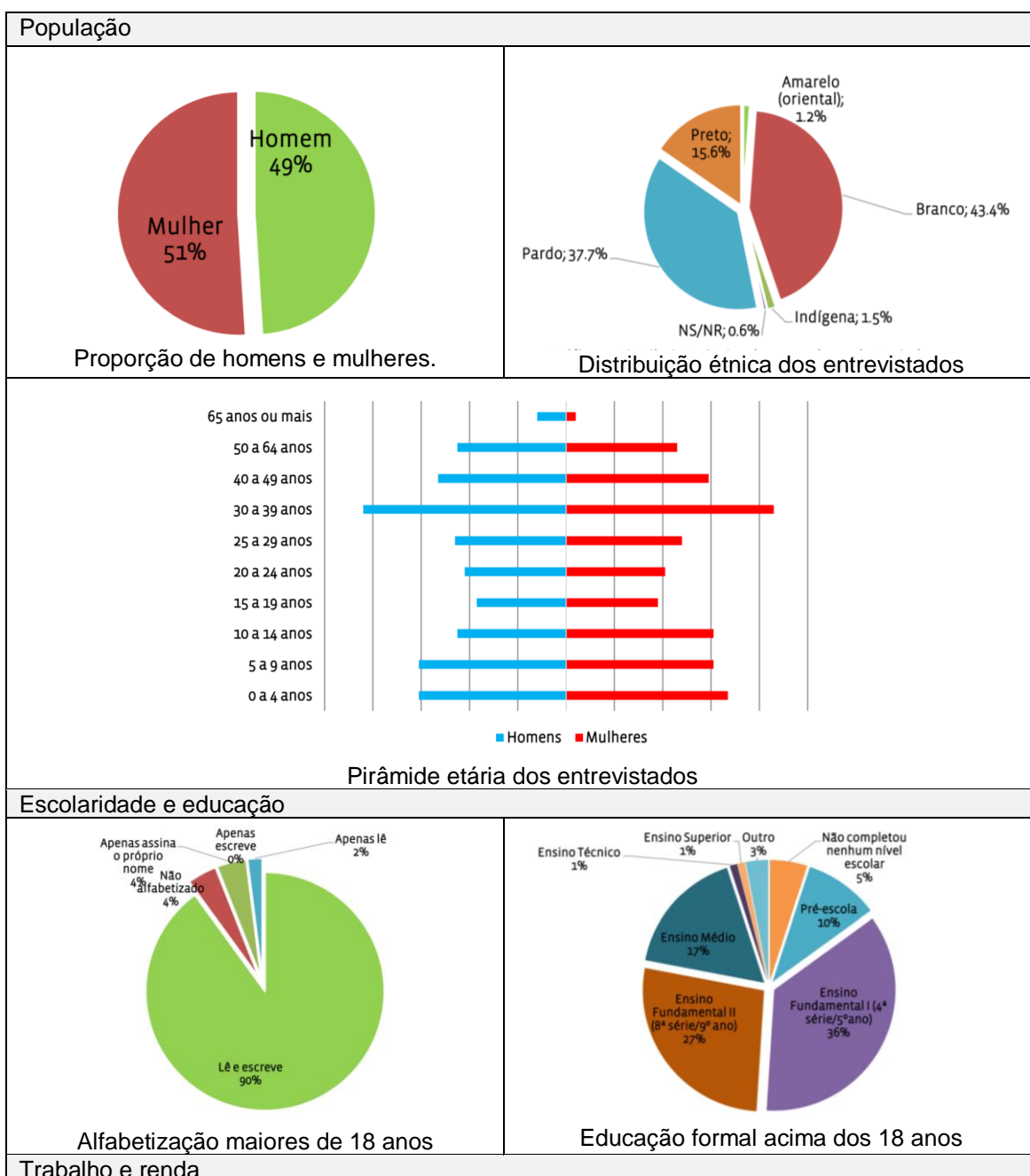


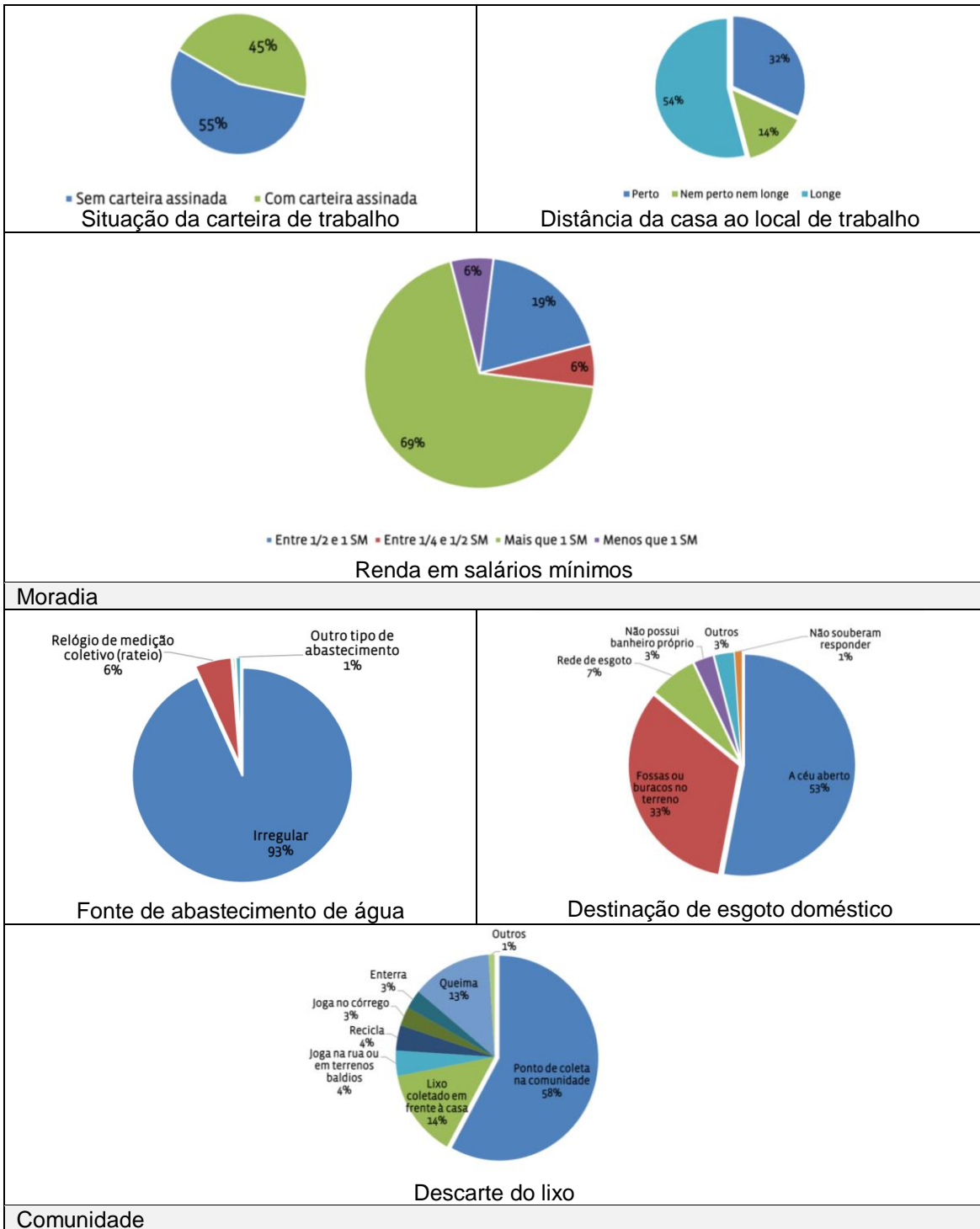
Fonte: Google Earth, 2018.

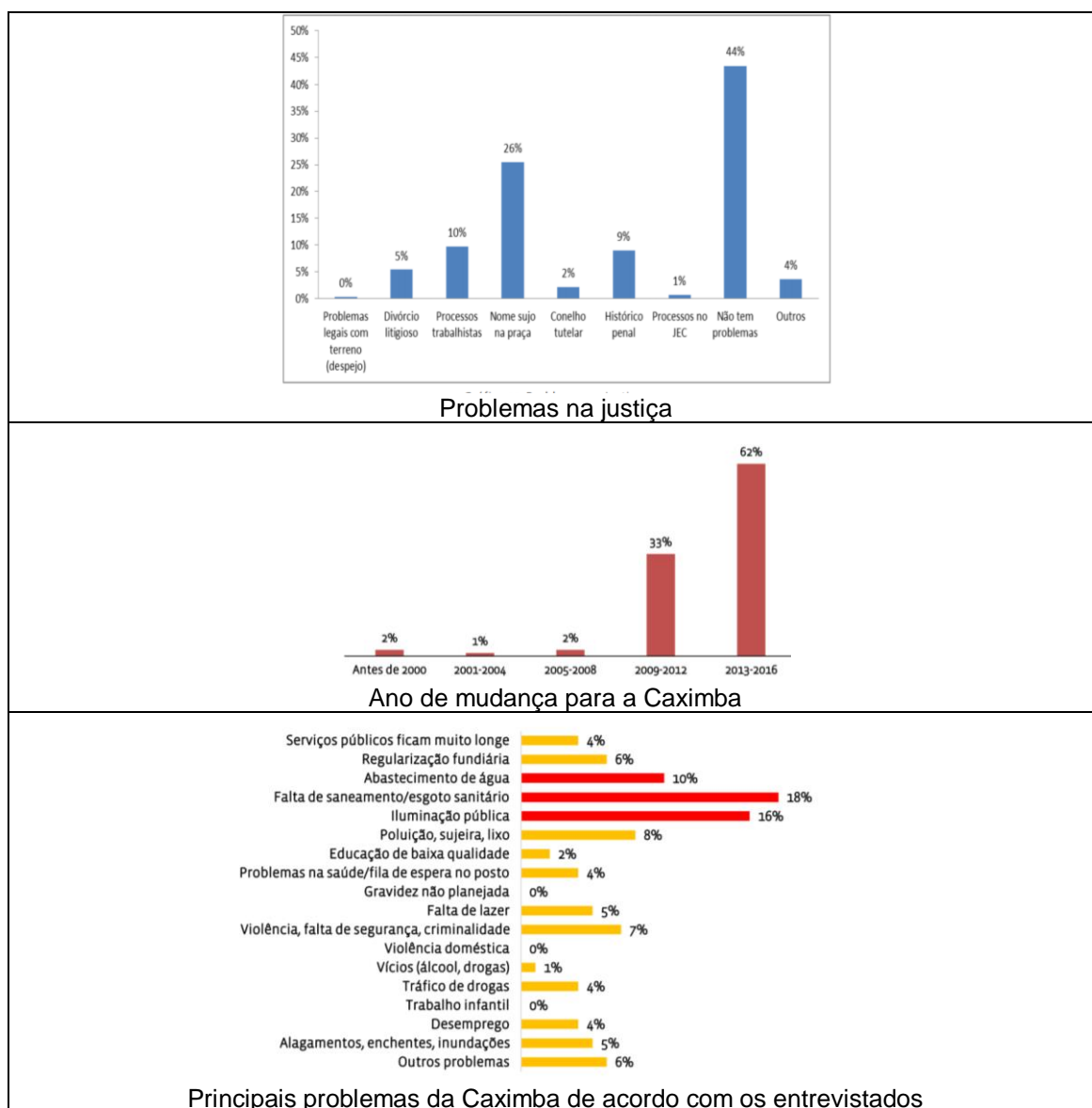
Estas condições, insalubres, acabam por gerar problemas ambientais e risco aos moradores. A umidade proveniente do solo aterrado informalmente acaba por criar risco ainda maior em situações de chuva e enchentes. O esgoto se mistura com as ligações de água clandestinas e a terra, úmida, faz com que algumas casas desabem. Em uma situação observada nesta pesquisa, uma moradora recuperava restos de material jogados em uma cava e reposicionava embaixo da própria casa, para fortalecer a estrutura.

Em 2013, a Cohab-CT realizou o primeiro grande levantamento da ocupação. Naquele ano, 915 famílias viviam na Vila 29 de Outubro. Já em 2014, 237 famílias que ocupavam a Vila Primeiro de Setembro foram retiradas em ação de reintegração de posse. A questão do reassentamento se tornou assunto sensível no local. Em reuniões com a prefeitura, os moradores tiveram a garantia de que o município trabalha com um projeto de readequação, reurbanização e reassentamento de famílias. A estimativa de 2017 é de que 2.184 domicílios existam em toda a área ocupada, 1.700 somente na “29 de outubro”. Por estarem em zona de risco de alagamento e ocupando espaços insalubres em até 200 metros da borda do Rio Iguaçu, parte destas famílias podem ser realocadas (aquelas cadastradas no último levantamento da Cohab-CT, de 2017).

A ONG TETO, que trabalha com recuperação de comunidades que vivem em assentamentos precários, realizou um diagnóstico em 2017 na parte central da Vila 29 de Outubro que, apesar de não abranger toda a ocupação, serve como amostragem para a compreensão do perfil da comunidade. Um conjunto de 807 moradores foi entrevistado para o Relatório Técnico Escutando Comunidades. Os resultados da Ilustração a seguir apresentam o perfil geral dos moradores da ocupação.







Fonte: ECO1609, TETO, 2017. Adaptado.

Em adendo ao perfil socioeconômico e à legislação municipal que incide na área da ocupação, uma unidade de conservação definida pela Prefeitura de Curitiba também está contemplada no local e gera novas regulamentações para as ações municipais e dos moradores. O Refúgio da Vida Silvestre do Rio Iguaçu/Foz do Barigui, ou Reserva do Bugio, atinge toda a área de encontro do Rio Iguaçu e do emissário Barigui. Em reportagem disponibilizada no site oficial da prefeitura, o município explica que a área preserva 1.800 hectares, 112 espécies de aves e 20 espécies de mamíferos.

Esta nova Unidade de Conservação, além de contribuir com a preservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade das águas dos rios Barigui e Iguaçu, irá minimizar os impactos das enchentes na região. “A criação do refugio vem a somar com outras unidades de conservação, formando um corredor de biodiversidade, e possibilitará que Curitiba, e em especial a região Sul do município, colabore de forma destacada a resguardar recursos hídricos estratégicos e outros sistemas”, explica Renato Lima, Secretário Municipal de Meio Ambiente. (CURITIBA, 2015, p. 1)

Apesar de existirem dúvidas sobre a real abrangência da Reserva, o mapa disposto no Decreto 32/2015 dá conta de contornar o espaço ocupado pelas vilas da Caximba. Deste modo,

o Refúgio do Bugio não pode ser considerado um projeto que tenha competência para levar a população da Vila 29 de Outubro a processos de remoção e relocação. Caso exista a possibilidade de ocorrência de remoção, esta será justificada, ou pela ocupação estar situada em área de risco com atingimento imediato de faixas de inundação ou pela pressão dos direitos minerários na área, alvo de interesse de extração de areia. (NASCIMENTO, 2015, p. 102).

Em síntese, o recorte espacial utilizado neste trabalho é um modelo de precariedade urbanística. Por estar localizada em área de risco socioambiental, pelo tamanho e número de pessoas que lá vivem, pela proximidade com um antigo aterro sanitário, pela distância do centro municipal, pela falta de opções de lazer e equipamentos públicos, pelas dificuldades da legislação que infere no território, este estudo entende que a ocupação da Caximba é um espaço de interesse para pesquisa e realização do projeto.

As questões importantes ao local e aos moradores podem ser, também, objeto de reportagem. A proposta é atualizar os dados, relatórios e temas que envolvem a questão e criar um fio condutor do histórico desta comunidade que, sozinha, reflete os problemas urbanos e sociais da cidade de Curitiba. Para tanto, o próximo capítulo aborda a metodologia jornalística que se pretende aplicar para atingir os objetivos deste projeto.

## 5. JORNALISMO CIDADÃO

A primeira lealdade do jornalismo é com os cidadãos. “Um compromisso com os cidadãos é mais do que egoísmo profissional” (KOVACH; ROSENTIEL, 2003, p. 83). É um acordo que garante que a produção jornalística será honesta. O jornalista tem uma obrigação social.

A proposta ideal desta aproximação é de que o olhar do jornalista e o olhar do antropólogo, disjunto ao “de longe e de fora” e conjunto ao “de perto e de dentro”<sup>34</sup>, formem um único contínuo em uma experiência de reportagem de imersão para as questões urbanas. Isso proporciona o desenho de um novo perfil de jornalista-participante, em oposição ao tradicional jornalista-observador. Este tipo de prática, que abandona a concepção de “distanciamento” e insere o jornalista nas causas comunitárias, ainda que possa gerar estranhamento e críticas sobre o agir jornalístico, permite um alargamento da democracia participativa e uma nova aproximação com os leitores. O próximo tópico trabalha a relação destes conceitos e a forma que se dão na prática.

### 5.1 A ANTROPOLOGIA DA CIDADE E O JORNALISMO NA CIDADE

A experiência de cidade é um campo para o estudo da antropologia, tamanha a sua heterogeneidade cultural ou suas hibridizações. As interfaces urbanas, ainda que localizadas, geram socialização e construção de identidades a partir de encontros ou conflitos, observados em uma etnografia urbana. A antropologia do século XX vem modernizar a do século XIX; sendo a mais antiga focada em um estudo distanciado dos “povos primitivos” e a mais recente, com foco cada vez mais etnocêntrico:

A Antropologia do século XX é, pois, fruto de seu método. Um método que surgiu de forma não planejada, que não foi o resultado de uma crítica teórica, mas de um descobrimento fortuito

---

<sup>34</sup> Este conceito é desenvolvido por Magnani (2007).



da importância de conviver e ouvir aqueles que pretendemos entender. (URIARTE, 2012, p. 4)

A antropologia é o lugar, ou a disciplina que se interessa pelo outro, “(...) queremos ser atingidos pelo Outro, em vez que nos enraizarmos num território de certezas, buscamos o **desenraizamento** crônico à busca pelo Outro”. (URIARTE, 2012, p. 4). “Neste sentido, a característica fundamental da antropologia seria o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal” (GOLDMAN, 2006, p. 167), agir atribuído ao desenvolver da alteridade, como questão central da disciplina. A antropologia tende a constituir o ato, oferecendo um foco com profundidade num contexto de vida do agente.

O antropólogo não é nem o cientista que permite que sua teoria ultrapasse a sua experiência nem mais um narrador de uma experiência pontual (GOLDMAN, 2006, p. 169). Isso se dá no espaço da “observação participante”, no qual o antropólogo não apenas larga a máquina fotográfica e a caneta para participar do ato, mas deixa que todos os interlocutores “falem à vontade”. Esboçar qualquer teoria etnográfica não limita escopos pontuais. Pelo contrário, permite que a partir de uma experiência epistemológica, trate-se de níveis mais gerais:

Nossos objetivos, então, talvez não devam ser tão grandiosos quanto poderíamos desejar: desvendar relações supostamente misteriosas que, ao mesmo tempo, motivariam os seres humanos e seriam a explicação de tudo o que eles fazem. Nossa tarefa talvez seja mais modesta: elaborar teorias etnográficas capazes de devolver o que quer que estudemos à sua quotidianidade (...) (GOLDMAN, 2006, p. 171).

No método linear “estudo, campo e escrita”, a etnografia vai além do trabalho de campo em si. Ela exige como método um envolvimento mais complexo, de co-residência e interlocução efetiva. “Em outras palavras, o trabalho de campo antropológico consiste em estabelecer relações com pessoas” (URIARTE, 2016, p. 5).

Em *Antropologia estrutural*, Claude Lévi-Strauss (2008, p. 378) lembra que a etnografia se dá no método. A etnologia representa “um primeiro passo

em direção à síntese”, que pode vir a ser geográfica, histórica e sistemática. Já a antropologia, quando social ou cultural, está relacionada a uma última etapa da síntese. Etnografia, etnologia e antropologia são três etapas de uma mesma pesquisa. Em vários casos a antropologia cultural diz respeito à oposição clássica entre natureza e cultura, ou o que diferencia o homem do animal. A antropologia social é parte constitutiva da cultural e, em essência, contribui com o ponto de vista de Durkheim ao estudar o fato social como coisa (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 381).

Essas considerações convergem (ou só podem convergir) num nível em que “(...) os fenômenos conservam uma significação humana e permanecem compreensíveis – intelectual e sentimentalmente – para uma consciência individual” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 390). É o que gera a objetividade.

Também a totalidade é ambição da antropologia, que procura sistemas completos na vida social que coexistam organicamente. É fato que os estudos da área buscam formas comuns, como modelos da vida social (como vimos nos estudos sobre as juventudes). Por fim, a significação surge como a terceira originalidade da cadeira. Para Lévi-Strauss, é comum se dizer que a antropologia engloba um campo de sociedades não civilizadas (que agrega um ou mais fenômenos negativos), contudo é justamente nestas comunidades que se descobrem relações interpessoais muito mais concretas que nas demais.

(...) o baixo contingente das sociedades chamadas “primitivas” (por aplicação de mais de um critério negativo) geralmente possibilita tais relações, e que mesmo nos casos em que essas sociedades são muito extensas ou dispersas, as relações entre indivíduos mais afastados um do outro são construídas com base nas relações mais diretas, cujo modelo muitas vezes é o parentesco. (LEVI-STRAUSS, 2008, p. 391).

É o que se propõe neste estudo. Para além de construir uma análise etnográfica completa da vivência do jovem com a cidade, pretendemos promover marcos iniciais de análise das relações que se constroem no espaço urbano.

As grandes cidades certamente são importantes para análise e reflexão, não apenas porque integram o chamado sistema mundial

e são decisivas no fluxo globalizado e na destinação dos capitais, mas também porque concentram serviços, oferecem oportunidades de trabalho, produzem comportamentos, determinam estilos de vida (...) (MAGNANI, 2002, p. 15)

Esta abordagem também é defendida por Agier (2011, p. 38, grifo nosso). O autor parte de duas operações epistemológicas que baseiam este trabalho:

(...) primeiro, **deslocar o ponto de vista da cidade para os cidadãos** (...) ver a cidade como vive, olhando-a 'por cima dos cidadãos'; em segundo lugar, deslocar a própria problemática do objeto para o sujeito, da questão sobre o que é a cidade – uma essência inatingível e normativa – **para a pergunta sobre o que faz a cidade.**

Em regiões de periferia, nas quais a presença do poder público é fraca, é possível observar como as pessoas buscam viver a própria realidade. Para Agier (2011), o “fazer a cidade”, que se observa nas formas de sociabilidade, deve ser o objeto principal de estudo. Isto é o que ele chama de “antropologia da cidade relacional”, que pode ainda se desenvolver na antropologia da cidade cultural, quando olhamos para os sentidos simbólicos produzidos nesse quadro. “(...) É também o laço cultural entre as pessoas que faz cidade” (AGIER, 2001, p. 56). A partir daí, pode-se encontrar outras maneiras de enxergar a mesma antropologia urbana (seja política, cultural, social), que, quando juntas, formam a cidade. Por isso o autor afirma que “não se vê nunca a cidade, apenas se veem situações que se passam na cidade” (AGIER, 2001, p. 56).

O enfoque urbano pode surgir a partir de um aspecto microssocial, de pesquisa parcial, que formam metonímias (a rua é a cidade), metáforas (a cidade é uma selva), comparações, etc. Esta análise acompanha a proposta da Escola de Chicago, promovida por Robert Park, que trouxe uma nova concepção de investigação urbana.

Com efeito, estas relações nos mostram que:

A vida urbana se desenrola a partir das situações e interações. (...) Essas situações podem ser divididas a partir do conteúdo do seu

sentido partilhado: que geram tipologias de situações familiares, profissionais, étnicas, etc (AGIER, 2011, p. 90).

A relação do homem com a cidade surge a partir da habitação, parentesco, abastecimento, trabalho, consumo, lazer, vizinhança e mobilidade. Todas as formas de interação promulgadas pelos atores, superficiais ou profundas, mais ou menos conscientes, compreendem o ser cidadão. “A cidadinidade surge a partir da relação dos cidadãos entre si e da relação social e espacial dele com a cidade” (AGIER, 2011, p. 91)

A rigor, o jornalismo também permite a experiência da alteridade proposta na Antropologia. A própria responsabilidade social do jornalista é promulgada pela recorrência ao interesse público.

Construir um Jornalismo capaz de incorporar o Outro em sua plenitude é um desafio que esbarra não só na estrutura do campo, mas também na formação dos próprios jornalistas para perceberem e serem contaminados por esta necessidade. (LAGO, 2010, p. 168)

Em geral, o fazer antropológico é um trabalho de campo descritivo, que constrói conhecimento a partir da experiência com o Outro, tal qual o jornalismo.

As pesquisas em jornalismo apropriam-se por vezes do método antropológico, sem necessariamente refletir sobre ele (...) Tanto Antropologia quanto Jornalismo colocam a possibilidade de construir narrativas sobre a alteridade, que supõem verdadeiras, no sentido de apontar para correspondências entre a vida como é e a vida retratada por essas narrativas. (LAGO, 2010, p. 173).

A antropologia depende de informantes e se apegua à observação e ao discurso, ao passo que analisa a subjetividade das relações entre confronto e encontro; o jornalismo tem interesse primeiro no discurso de suas fontes, então seguido da observação, e procura uma objetividade no relacionamento com esta realidade. Ambos interferem nas relações que retratam (LAGO, 2010). “E, fundamentalmente, ambos precisam trabalhar dentro de uma relação dialética de aproximação e distanciamento do que tentam retratar” (LAGO, 2010, p.

173), o distanciamento que proporciona um saber específico e a desconfiança que dá o olhar crítico ao profissional.

Creio que, no caso de aplicarmos ao jornalismo, o esforço seria no sentido de descentrar o olhar constituído, torná-lo permeável a pontos de vista, ângulos, vivências, à possibilidade de ser afetado pelo Outro, em vez de tentar percebê-lo pelas atuais gramáticas normativas que figuram nos manuais e dentro das redações (salvo raríssimas exceções). (LAGO, 2010, p. 175).

De modo geral, o jornalismo não é, sempre, inclusivo. Esta realidade, resultado de uma impossibilidade estrutural do campo de conter todas as particularidades do caso sem reducionismos ou estereótipos (LAGO, 2010), pode estar envolvida em menor escala com as rotinas de produção, os valores pessoais e as políticas editoriais.

Apesar de não discorrermos sobre as Teorias do Jornalismo que tratam das contaminações que o ambiente do campo pode produzir na produção da notícia, entendemos que falta ao jornalismo a “possibilidade de entender e acolher visões de mundo radicalmente diferentes daquelas fruto das projeções sobre o público ideal (as camadas médias e altas urbanas” (LAGO, 2010, p. 175).

Ao mesmo passo, existe no jornalismo o desejo de incorporar o Outro como interlocutor ativo. Diversas experiências procuram produzir reportagens que dão relevância aos diversos olhares que contam uma mesma história. Mais do que isso, iniciativas no campo permitem um recontar da história. É o caso do jornalismo cidadão e popular, que traz reflexões acerca da objetividade e do interesse público. O próximo tópico procura trabalhar estes temas.

## 5.2 JORNALISMO CÍVICO, PÚBLICO E CIDADÃO

Ao final dos anos 1980, surgiram nos Estados Unidos as primeiras iniciativas para um “novo jornalismo”. O movimento, que recebeu várias denominações, como jornalismo “comunitário”, “público”, “cívico” ou “cidadão” buscava retomar as conexões entre o jornalista e a comunidade, ou o público, em especial partindo da premissa de que “jornalismo e democracia estão

intrinsecamente conectados ou, mais precisamente, são mutuamente dependentes” (LIMA, FILHO, 2012, p. 41). Os autores que iniciaram a proposta (entre eles, Jay Rosen e Davis Merritt) perceberam a existência de uma lacuna no processo de participação dos cidadãos nos ambientes da vida pública e política, situação que enfraquecia a democracia. Neste viés, o jornalista, acreditava-se, deveria estimular a participação cívica através do seu agir profissional.

Se o Jornalismo e a democracia são interdependentes e socialmente construídos, podemos arriscar dizer que essas instituições podem acabar, a menos que os jornalistas trabalhem em conjunto com os cidadãos na busca por soluções para os problemas que as comunidades enfrentam no dia-a-dia. (LIMA, FILHO, 2012, p. 42).

A proposta, apesar de recebida com desconfiança, tem razão em um cenário de crítica dos meios. Uma sondagem realizada nos Estados Unidos em 1994 mostrava que apenas 25% das pessoas acreditavam que os meios de comunicação ajudavam a sociedade a resolver os seus problemas. Apenas 10% dos entrevistados tinham “muita confiança” nos meios (TRAQUINA, 2003). Diante disso, a ideia era de que o jornalismo deveria, sim, ter um papel no reforço da cidadania. Este movimento a favor do “jornalismo cívico” procurava, de certa forma, mudar o *status quo*.

As primeiras iniciativas surgiram em 1988, após uma frustração com a cobertura superficial das eleições americanas do mesmo ano. Um jornal do estado da Geórgia, *Colombus Ledger Enquirer*, decidiu assumir um papel ativista de melhorar a vida da comunidade e encomendou uma grande pesquisa para identificar os problemas comunitários. Com o resultado, criou forças-tarefa de artigos, cartas de leitores e materiais publicados sobre os temas mais importantes que os leitores encontravam na cidade.

Na sequência, o *Wichita Eagle* de Davis Merritt, lançou o “Voter Project”. Da mesma maneira, através de grupos focais, encontrou as questões principais que incomodavam os cidadãos. A partir daí, orientou a cobertura eleitoral de 1990 sob os temas identificados na pesquisa. Aprofundando o material, dois anos depois, o mesmo jornal lançou um segundo projeto, agora corroborando uma discussão maior e um incentivo à participação dos cidadãos na resolução

dos projetos. Perfis, artigos, espaços de discussão foram abertos nos jornais da rede.

Estas iniciativas, identificadas por Traquina (2003) culminam no projeto do *Charlotte Observer*, que, em 1992, identificou as seis principais problemáticas da comunidade e criou uma “agenda dos cidadãos”. Na sequência, outros projetos do mesmo jornal deram conta de identificar bairros com maiores índices de criminalidade e criar uma série de materiais e envolvimento comunitário que acabou por diminuir os índices de crimes nos locais trabalhados.

Em geral, os Institutos *Poynter Institute*, *Pew Center for Journalism e Project on Public Life and the Press* desenvolveram mais de 200 projetos de jornalismo cívico. A partir de técnicas de escuta do público, como sondagens de opinião, grupos focais e painéis, “as empresas jornalísticas pretendem ouvir os cidadãos com o intuito de identificar uma ‘agenda dos cidadãos’. Nalguns casos, os jornalistas tornam-se parceiros activos na procura de soluções para os problemas da comunidade” (TRAQUINA, 2003, p. 12).

Este tipo de projeto aparece, também, como uma forma de manutenção empresarial. Isto porque os jornais que assumiram estas características entendiam que a falta do sentido de comunidade nas produções culminaria na perda do interesse e a diminuição de leitores. Para satisfazer os anseios de credibilidade, seria necessário, primeiro, criar laços mais fortes com o leitor.

Em linhas gerais, esta relação entre jornalismo e democracia é orgânica. Ela surge em um momento de excessiva competição entre jornalista e práticas que implicam enquadramentos viciados das notícias. Traquina (2003, p. 13) sintetiza as linhas mestras do jornalismo cívico dispostas por Merritt (1995) em um tipo de prática que ultrapassa a missão de noticiar para uma missão de ajudar a vida pública; que ultrapassa a noção de observador distante e assume a posição de “participante justo”; que se preocupa mais com “ligações adequadas” do que com separações adequadas e que não concebe o público como cliente mas como ator social.

A rigor, “o conceito de mercado é inseparável do conceito de comunidade. (...) A importância histórica dos jornais está baseada na facilitação

dos dois tipos de laços, para construir e manter uma esfera pública” (MEYER, 2007, p. 216).

O jornalismo cidadão propõe, portanto, deixar o aspecto fragmentário das reportagens tradicionais e substituir por matérias mais aprofundadas, relevantes, dando atenção à comunidade. “Só assim os cidadãos poderiam deliberar com conhecimento de causa sobre as principais questões da vida comunitária” (MESQUITA, 2003, p. 19).

Rosen (2003) também caminha na mesma direção de Merritt e concorda com a ideia de um jornalismo mais participativo e a favor da construção de um espaço público mais inclusivo e voltado à resolução dos problemas da comunidade.

Uma nova perspectiva é necessária nos estudos sobre a comunicação, não à volta de conceitos novos e desafiadores, mas à volta de novos e desafiadores *relacionamentos* com os que estão fora da disciplina e que partilham o objetivo geral de ‘tornar as coisas mais públicas’. (ROSEN, 2003, P.52)

Particularmente importante ao desenvolvimento do jornalismo cidadão<sup>35</sup> é a sobreposição das esferas públicas do jornalismo e da academia, criando uma forma de trabalho mútuo em que profissionais do jornalismo e acadêmicos possam resolver problemas juntos ou criar novas práticas. É um caminho que superar o valor da “separação” praticado pelo jornalismo tradicional, em que a imprensa costuma se imaginar separada de outros agentes políticos. Ao invés de operar-se com cortes, opera-se com ligações (ROSEN, 2003, p. 55).

Os jornalistas e autores desse movimento costumam questionar ou contribuir com a evolução da questão da objetividade no jornalismo. Ainda que se suponha a legitimidade da noção de “verdade desinteressada”, “desejo de separar o jornalismo do fazer política” e “tentativa de reprimir inclinações

---

<sup>35</sup> “Cívico”, “público” ou “cidadão” se referem ao mesmo movimento interno ao campo. Os autores vão tratar de diferentes formas. Por entender que o termo “cívico” tem um entendimento na língua inglesa que tem o desejo de centrar o cidadão como referência para a prática jornalística, este trabalho sugere, e utiliza, tanto o termo “cívico” como o termo “cidadão”. Independente do termo utilizado, é importante que a nomenclatura de conta de “reforçar a função maior do jornalismo: seu vínculo com a sociedade, a cultura e o interesse público” (BARROS, 2009, p. 1)



peçoais”, que a objetividade pressupõe (TRAQUINA, 2003, p. 15), existe uma forte crítica ao “mito da objetividade”.

De fato, a objetividade é uma marca definidora do jornalismo. Rosen (2003b, p. 75) dá cinco formas de compreender a objetividade enquanto conceito norteador da prática jornalística; e apresenta os motivos da necessidade de irmos “além da objetividade” no campo. A objetividade pode ser definida como:

1. Contrato não positivado, entre jornalistas e entidades patronais, de modo que os editores permitiriam os jornalistas de trabalhar de forma independente em troca de desistir de sua voz política.
2. Caminho da verdade: a objetividade seria obtida por meio da separação. Ao separar fatos de valores, informação da opinião e notícia de ponto de vista, se teria a verdade.
3. Conjunto de rotinas profissionais: confiança nas fontes oficiais, citar os dois lados. Um ritual do equilíbrio.
4. Técnica de persuasão: estratégia retórica. Quando o jornalista usa da objetividade para persuadir uma verdade, como quando se diz que “estou apenas entregando os fatos/não tenho envolvimento com os fatos”.
5. Expressão de ideal necessário para a democracia.

Ao conjunto de questões que envolvem a objetividade, vê-se o termo como um dispositivo para desvalorizar a crítica. “A objetividade como teoria está intelectualmente esgotada” (ROSEN, 2003b, p. 80). Ela acaba por entrar em conflito com outros valores defendidos pelo jornalismo, ou mesmo com questões básicas como a capacidade de contar “estórias”. Outra falha levantada pelo autor, que evidencia que a objetividade não é sempre colocada como pressuposto, é a pressão que a televisão faz ao jornalista para que exiba uma personalidade atraente, já que os jornalistas que impressionam na televisão (no caso analisado, norteamericana) não são os objetivos, mas os que possuem uma persona atraente. Além disso, na imprensa, o jornalismo faz

constante esforço para “acrescentar valor num mundo em que a informação circula quase por osmose” (Idem, p. 81).

Como dito, a crítica à objetividade é um caminho para agregar diferentes perspectivas a ela. Para Lima e Filho (2012), a consolidação de padrões de ética e conduta avessos ao campo político (baseadas, por vezes, na objetividade) dá relativa autonomia ao campo jornalístico, que abre possibilidades para explorar aspectos não ligados à vida pública. Neste caminho, entende-se que, “no conceito original o método é objetivo, não o jornalista. A chave estava na disciplina do ofício, não em sua finalidade.” (KOVACH; ROSENTIEL, 2003, p. 116). Em uma disciplina de método que dialoga com o jornalismo cívico, Kovach e Rosenstiel (2003, p. 123) propõem que o jornalista não acrescente informações que não existam; não engane o público; tenha um método transparente; confie no próprio trabalho de reportagem e seja humilde.

No momento em que se coloca os desejos da comunidade como linha condutora da produção jornalística, se tem, na origem, também a discussão do que seria esse “desejo” ou, como trata a academia, o “interesse público”.

A Comunicação de Interesse Público é ação comunicacional que leva informação à população, numa relação onde os beneficiários sempre são a sociedade e o cidadão. “Sua missão, portanto, se traduz num esforço para difundir, influenciar, criar ou mudar comportamentos individuais ou coletivos em prol do interesse geral” (COSTA, 2006, p.20). Têm-se o jornalismo popular como uma das formas mais eficazes deste tipo de comunicação. isto porque o jornalismo atinge, de fato, o interesse público, quando produz notícias que: permitem ao cidadão tomar decisões cívicas; motivem o pensar e o agir em ações cívicas; construam conhecimento; criem conexões com a comunidade; atinjam objetivos mensuráveis (MUARREK, 2006, p. 141).

“Neste contexto, não é qualquer matéria jornalística que estaria praticando jornalismo público” (ROTHBERG, 2011, p. 195). Considerando que os interesses individuais podem colidir com o interesse coletivo, o interesse público seria o interesse no desenvolvimento da sociedade como um todo. Resguardar os interesses privados de grupos economicamente mais fracos faz

parte do processo democrático de equalização do conhecimento e do papel político dos grupos.

Neste caminho, os teóricos percebem que a carência de conhecimento político na população é, em parte, reforçada pela forma com o que jornalismo tradicional comenta a política, normalmente “centrando o seu interesse nas análises adjectivas e psicologizantes e relegando para segundo ou terceiro plano as matérias substantivas e relacionadas com os problemas concretos dos cidadãos” (MESQUITA, 2013, p. 25). O jornalista, dentro da perspectiva cívica, deve se posicionar a favor da participação das pessoas na vida política. “O profissional de jornalismo, postula-se, não pode ser indiferente à qualidade das práticas democráticas” (Idem). Por outro lado,

Um céptico poderia destacar a existência de um pensamento coercitivo escondido na retórica apelativa de um ‘projecto do povo’ ou de uma ‘agenda do cidadão’. É legítimo perguntar que tipo de política é praticada pelos intitulados ‘jornalistas públicos’. (ROSEN, 2003, p. 48)

A principal crítica ao movimento seria de que o jornalismo cidadão pode ter a tendência a não considerar que os valores comunitários não são universais, e podem entrar em choque entre si, rebatida com críticas à pretensão de “objetividade” e “neutralidade” do modelo tradicional. Em contrapartida, o jornalismo cívico tem o ganho de ultrapassar o binário “Estado e mercado” para dar relevância a um terceiro ator, a sociedade civil (TRAQUINA, 2003). É importante destacar que o profissionalismo cívico não nega o profissionalismo disciplinar (tradicional). É um complemento e corretor (ROSEN, 2003, p.48).

Em síntese, o jornalismo cidadão reafirma algumas responsabilidades do jornalismo. Ele

representa uma importante brecha na busca frenética de notícias, na postura cínica para com a vida política, na dependência excessiva das fontes oficiais, e na desatenção flagrante para com os cidadãos enquanto participantes activos na vida pública (TRAQUINA, 2003, P. 16)

O jornalismo cidadão deve protagonizar uma reforma, não uma revolução. Ele “tem êxito quando fortalece a capacidade da comunidade política de se compreender a si mesma, de saber dialogar e fazer escolhas” (ROSEN, 2003, p. 55). É um caminhar para renovar o jornalismo, agregando novas formas de percepção que não abandonam o perfil do jornalismo tradicional. É uma experiência passível de discussão, mas que permite reter conceitos criativos de aproximação com o leitor e democratização das concepções políticas.

Nesta perspectiva, de um jornalismo capaz de formar e informar e de criar laços com a comunidade, entram alguns caminhos alternativos, interdisciplinares, que compreendem uma perspectiva de um jornalismo realmente cidadão e popular. Uma delas é a “educomunicação” teoria que pressupõe um tipo de prática que alia a educação com a comunicação. Uma vez que este trabalho propõe a produção de um produto baseado nas características de um jornalismo cidadão, impulsionado pela aplicação de uma oficina de educomunicação, o próximo tópico explica a evolução do conceito e a estratégia de aplicação para a produção de um conteúdo sensível aos apelos da comunidade e, neste caso, com atenção especial à comunidade jovem.

### 5.3. A EDUCOMUNICAÇÃO

A comunicação e a educação estão, em certa medida, conectadas. A educação só pode existir a partir de uma ação comunicativa e todo tipo de comunicação é, em si, uma ação educativa (SOARES, 2011) em um *continuum* onde é possível educar por meio da comunicação e comunicar por meio da educação.

A educomunicação é um conjunto de ações que percorrem o caminho da educação para a mídia, o uso de ferramentas de tecnologia para a educação e a formação para o uso de ferramentas de comunicação. Em linhas gerais, o objetivo é facilitar processos educativos, de forma que o aluno se torne ator ativo e participante da comunidade em que vive.

Nesse contexto, a questão da relação entre o ensino, a juventude e o mundo da comunicação encontra-se no centro deste processo formativo, por natureza transformador, bem como no centro dos

sonhos dele decorrentes, entre os quais o pleno acesso das novas gerações ao mundo da comunicação e de suas tecnologias, colocado a serviço do bem comum e da prática da cidadania (SOARES, 2011, p. 9).

O conceito, desenvolvido por Soares a partir da década de 1990, acompanha um histórico de desenvolvimento dos movimentos sociais e amadurecimento da comunicação popular no Brasil. Na academia, a educomunicação é questionada enquanto classificação de teoria, abordagem ou interface comunicacional. O atual entendimento a compreende como um paradigma, que planeja um conjunto sistêmico de ações, com centralidade na mobilização conjunta dos interlocutores, que permitem o desenvolvimento da autoestima, projeto de vida e reconhecimento comunitário dos participantes.

Este tipo de intervenção educacional dialoga com Freire (2001), ao pressupor que os interlocutores da proposta ensinando, aprendem e, aprendendo, ensinam. Os métodos didáticos devem acompanhar a opção política e a utopia dos participantes. Os desejos de cada um são incorporados na prática educativa. Para se tratar de temas como sexualidade, por exemplo, o facilitador recorre à uma reflexão sobre as músicas escutadas pelos jovens. Uma reflexão sobre direitos pode partir de uma atividade sobre o território e os caminhos juvenis e assim por diante.

A prática educomunicativa consiste, principalmente, em promover a educação, a reflexão e o pensamento humanista e crítico através do estudo e da produção de meios de comunicação como alavanca para educar e construir uma sociedade mais humanizadora. (VIEIRA et al, 2011, p. 14)

Na prática, a educomunicação deseja “educar para a mídia” – desenvolver uma visão crítica acerca dos conteúdos midiáticos; “educar por meio da mídia” – utilizar os meios de comunicação para a abordagem dos conteúdos ou como material paradidático; “educar com a mídia” – produção de conteúdo informativo sobre a realidade que vive (VIEIRA et al, 2011, p. 20). Através de intervenções e oficinas, o interlocutor é provocado a, com o uso de ferramentas midiáticas, pensar a própria vida, o território, a comunidade, os conteúdos didáticos, etc. A partir daí, analisa e desenvolve um olhar crítico

sobre os materiais disponíveis na mídia referentes à determinado tema e, por fim, produz conteúdo midiático, a partir de um olhar “de dentro” e com as ferramentas que tem em mãos.

Nesta metodologia, se propõe a emancipação e o protagonismo comunitário através de um sistema de ações que constroem a prática como um todo, quais sejam, a educação para a comunicação; a mediação tecnológica; a gestão comunicativa e a reflexão epistemológica (SOARES, 2002). Este sistema propõe capacitar um receptor ativo que se torne, também, produtor.

A educação para a comunicação é o estudo do próprio processo e produção comunicacional. É comum, nesta etapa, a análise dos produtos de mídia sobre o tema trabalhado. Esta ferramenta inicia uma percepção sobre os discursos presentes na mídia. A análise, detalhada, dá conta de iniciar um novo olhar sobre os conteúdos presentes nos veículos consumidos pelos interlocutores.

A mediação tecnológica promove o uso das tecnologias presentes no meio dos interlocutores como ferramentas para a educação. A apropriação destas ferramentas proporciona, na sequência, um veículo para a produção das narrativas pessoais. Neste momento, o uso dos equipamentos disponíveis, como o celular e o computador é incentivado, ainda que a cultura escolar costume apresentar reservas ao uso destes materiais. Quando inseridos nos processos educacionais, normalmente, são utilizados como acessório para tornar a apropriação do conteúdo menos entediante. Para Barbero (2004, p. 340), esta apropriação utilitarista cria um desencontro entre a comunicação e educação, onde a comunicação é

quase sempre reduzida a sua dimensão instrumental, quer dizer, ao uso das mídias, e assim se deixa de fora o debate justamente aquilo que seria estratégico pensar: a inserção da educação nos complexos processos de comunicação da sociedade atual ou, dito de outra forma, no ecossistema comunicativo que constitui o entorno educacional difuso e descentrado em que estamos imersos. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 340).

Ao contrário de negar a presença destas tecnologias (ou até proibir), a educomunicação percorre o caminho de dar a elas um uso social. O celular,

por exemplo, passa a ser utilizado como fonte de pesquisa, ou recurso de gravação de vídeos e áudios para a produção de conteúdo.

A gestão comunicativa insere a proposta de planejamento, execução e avaliação de todas as atividades inseridas neste escopo. A ideia é desenvolver ecossistemas orgânicos e comunicativos (SOARES, 2002). Este tipo de ação é importante para a emancipação dos próprios interlocutores que, ao se apropriar do conceito, podem continuar desenvolvendo uma organização própria que independe dos facilitadores. Ao se definir e desenvolver um produto de comunicação, por exemplo, se espera que este produto tenha uma continuidade no tempo. A partir do entendimento do processo de gestão comunicativa (etapas de produção, desenvolvimento, edição e avaliação), o próprio participante pode manter um jornal, um programa de rádio ou um site, por exemplo.

Por fim, a reflexão epistemológica incentiva o estudo do próprio campo. Considerado um conceito novo, as experiências de educomunicação têm sido aplicadas e compartilhadas a fim de permitir a novos grupos se apropriar da metodologia. A rigor,

A educomunicação é a prática social que se constitui de múltiplas ações na interface comunicação/educação e que pretende, entre outras coisas, criar ecossistemas comunicativos<sup>4</sup> nos espaços educativos formais, não formais e informais com intuito de melhorar/qualificar a ação comunicativa e o processo de ensino-aprendizagem nesses ambiente”. (NARDES; CONSANI 2017, p.1).

A prática educomunicativa cria espaços privilegiados de desenvolvimento do próprio jornalismo cidadão. Isto porque, de um lado, ela problematiza os veículos de comunicação e, do outro, ressignifica o seu uso. Entende-se que o processo de produção de um produto de comunicação cria reflexões sobre a própria vida da comunidade, o que gera uma agenda cidadã reportada pelos próprios cidadãos em uma perspectiva “desde dentro”.

“A vocação da educomunicação é oferecer uma alternativa/possibilidade pela qual excluídos/marginalizados possam, nos espaços educativos em geral, elaborar suas narrativas e ampliar vozes sobre a questão social” (NARDES, CONSANI, 2017, p. 2017). Essa vocação dialoga com a ideia de “educação

popular”, que “reconhece a presença das classes populares como um *sine qua* para a prática realmente democrática da escola pública libertadora, na medida em que possibilita o necessário aprendizado daquela prática” (FREIRE, 2001, p. 49). A educomunicação é a prática de uma educação que “jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade” (Idem).

Neste processo, a internet e as redes sociais acabam por ter um papel construtivo. Isto porque elas possibilitam processos de organização e distribuição de narrativas. O uso da internet como espaço de desenvolvimento do jornalismo popular e da prática educacional é tema do tópico seguinte.

#### 5.4 JORNALISMO CIDADÃO NA INTERNET: ESTRATÉGIA DE REPORTAGEM PARA WEB

A capacidade de estabelecer uma relação com o receptor é um aspecto caro à Comunicação de Interesse Popular, anteriormente apresentada. A participação ativa dos cidadãos na constituição do interesse público (e, no caso da educomunicação, na constituição do próprio produto comunicativo) legitima as ações de comunicação sobre determinado objeto (MUARREK, 2006).

As mudanças na forma de consumir conteúdos midiáticos, e também de produzir, são de ordem social e também tecnológica.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, a partir da década de 1990, notadamente a emergência da Internet e suas múltiplas formas interativas de comunicação, foram abertas possibilidades inéditas para participação dos consumidores/cidadãos no processo político e comunicativo. A comunicação, nesse cenário, tornou-se relacional em todos os níveis.(MUARREK, 2006, p.123).

Os modelos de influência, que constituem a comunicação, precisam de uma esfera pública constituída por laços econômicos e sociais. “A tecnologia de hoje aumenta significativamente o potencial da esfera pública, mas não elimina inteiramente as restrições geográficas” (MEYER, 2007, p. 238).

A esfera pública “é um campo abstrato, formado na interação entre os indivíduos envolvidos na discussão de temas que lhe dizem respeito. Trata-se da deliberação e debate sobre aquilo que interessa à vida pública” (MARTINO,



2014, p. 91). Considerando a esfera pública como pressuposto à democracia, parece tentadora a possibilidade de imaginar a internet como uma forma contemporânea de elaboração da esfera pública, dada a possibilidade de interação entre diferentes públicos e de impulsão da participação política (Idem). Ainda que a discussão vá além, é certo que o ambiente da rede online cria novas formas de sociabilidade, formação identitária e linguagens de distribuição de conteúdo.

Em pelo menos 20 anos de existência, o jornalismo online tenta desenvolver essa linguagem própria. Características como a hipertextualidade, a multimídia e a interatividade são próprias do discurso digital (LONGHI, 2010). Recentemente, usa-se o termo “especial multimídia” para definir reportagens para a web que trabalha com elementos de mídia integrados, como o som, o texto e a imagem. Este mesmo produto é também chamado de reportagem multimídia, narrativa multimídia ou web-reportagem.

Este formato desenvolve pacotes completos de informação, com produtos híbridos flexíveis e dinâmicos. A maioria das reportagens multimídia dispõe de textos, imagens e sons consumidos de forma separada ou integrada. Um movimento mais recente procura desenvolver produtos que combinem todos os conteúdos em um único discurso.

Sete elementos constituem o discurso do webjornalismo. São eles: hipertextualidade, multimídia, interatividade, memória, instantaneidade, personalização e ubiquidade (CANAVILHAS; BACCIN, 2015, p. 12). Estas estruturas atuam constituindo uma narrativa com informações adicionais ao texto.

Unindo as características do webjornalismo antes referidas na construção de narrativas contextualizadas, o jornalista tem novas formas de produzir, publicar e relacionar-se com o leitor, tendo em vista a demanda por conteúdos hipermultimidiáticos. (CANAVILHAS; BACCIN, 2015, p. 13)

De qualquer forma, por ser um fenômeno recente, o webjornalismo não tem modelos estáveis para a disposição da notícia. Ainda assim, a presença da hipertextualidade permite um incremento de caráter documental que valoriza a coerência informativa e a densidade informacional. Nesta plataforma, a

contextualização pode ser sincrônica (explicação do ambiente) ou diacrônica (explicação cronológica) (CANAVILHAS; BACCIN, 2015) e pode ser apresentada em forma de texto, imagem, hipermídia, vídeo, gráfico e animação. Em síntese, a web-reportagem constitui uma

Grande reportagem constituída por formatos de linguagem multimídia convergentes, integrando gêneros como a entrevista, o documentário, a infografia, a opinião, a crítica, a pesquisa, dentre outros, num único pacote de informação, interativo e multilinear (LONGHI, 2010, p. 153)

Isto posto, fica claro que definir a comunicação multimídia como uma acumulação de estímulos visuais e auditivos não é suficiente (SALAVERRÍA, 2005). Diferente de um produto de “muitas mídias” a mensagem multimídia é um produto polifônico, disposto em diversos códigos necessariamente unitários. Não se trata de uma sobreposição de elementos, mas de uma harmonização de um produto que não se sapa do outro disponível em formato diferente (idem).

Para alcanzar esa armonización es preciso observar, entre otras, ciertas cualidades como la no-redundancia excesiva entre los mensajes expresados a través de cada código, la complementariedad de esos mensajes hacia la consecución de un objetivo informativo común o la cesión del protagonismo a aquel código que en cada caso sea el más pertinente. (SALAVERRÍA, 2005, p.1)

Este tipo de integração ocorre em profundidade, através do design e da narrativa e integra conjuntos de informação por módulos dentro de uma hierarquia visual. “É o fato de acabar com a hegemonia do texto escrito que torna este formato mais adaptado à Web” (RIBAS, 2006, p. 11). Ribas divide quatro modelos de composição da reportagem para web: transposição do impresso; reportagem com documentação desintegrada; reportagem em profundidade e reportagem multimídia integrada.

A reportagem multimídia integrada, em especial, permite uma experiência de usuário completa. A interatividade pode ser articulada de modo que o leitor tenha a sensação de ser possível a assimilação de todo o conteúdo e se incentive a continuar o caminho pelo site. O leitor consegue, assim,

perceber um panorama do acontecimento antes mesmo de engajar a leitura do texto escrito.

Estas narrativas hipertextuais oferecem uma perspectiva multidimensional do tema trabalhado. Cada modalidade ou formato de comunicação deve agregar um informação que os demais formatos não fizeram, dentro de uma mesma linguagem.

Assim como para se efetivar a linguagem multimídia se faz necessário a integração das mídias que compõem a reportagem, para enriquecer a narrativa com informações é importante que as modalidades comunicativas e os recursos hipertextuais estejam integrados entre si. (CANAVILHAS; BACCIN, 2015, p.22)

Em síntese, a reportagem multimídia amplia as possibilidades de compreensão e aproximação da reportagem. Por ser flexível, é um formato privilegiado para estimular novas experimentações e experiências, desenvolvendo narrativas de forma diferente da tradicional e possibilitando uma nova experiência do leitor.

O próximo tópico reúne os temas abordados até aqui, neste trabalho, ao desenvolver de forma sucinta o projeto e o planejamento da reportagem para a web, produto deste trabalho, considerando a aplicação de uma oficina de educomunicação na Caximba, como método para concepção do resultado final.

## **6. PROJETO, METODOLOGIA E PRÁTICA DE OFICINA DE EDUCOMUNICAÇÃO NA CAXIMBA**

Diante dos tópicos expostos, este trabalho pretende desenvolver uma reportagem para web, fundamentada nos princípios do jornalismo cidadão, a ser hospedada no endereço [www.caximbapresente.com](http://www.caximbapresente.com); com conteúdos mediados por jovens participantes de uma oficina de educomunicação desenvolvida na “Ocupação 29 de Outubro”, em Curitiba-PR. O intuito é promover uma reportagem multimídia coletiva, com material produzido pelos participantes da oficina e demais colaboradores. A proposta é que, uma vez estruturado, o site possa ser administrado pelos próprios participantes da oficina.

Conforme observado nos capítulos anteriores, a ocupação da Caximba se justifica enquanto recorte estudado devido à sua precariedade em infraestrutura e situações que a caracterizam como um caso específico na cidade (proximidade com o antigo aterro, proximidade com o rio, número de habitantes, precariedade da habitação). Além disso, contato prévio realizado pelo Ministério Público com a comunidade mostrou que os moradores desejavam a oferta de oportunidades, inclusive sobre temas referentes à comunicação, aos jovens da ocupação.

Diante da necessidade de aproximação com a comunidade e de promover um jornalismo “verdadeiramente cidadão”, capaz de informar e também formar, o trabalho optou pela aplicação de uma oficina de educomunicação na comunidade. Uma vez que um dos focos da reportagem é a relação da juventude com o território, a oficina se apresentou como um espaço privilegiado para discussão dos temas propostos na reportagem e abertura para discussão de temas importantes à esfera pública, tal qual proposto pelo jornalismo cidadão.

## 6.1 OFICINA COMUNICAÇÃO E JUVENTUDE

Para desenvolvimento da oficina, houve aproximações com outras instituições que atuam na região em prol da comunidade. A parceria, em especial, com o Ministério Público do Paraná (MPPR), representado pela Promotoria de Justiça das Comunidades, e com o Núcleo de Comunicação e Educação Popular da Universidade Federal do Paraná (NCEP) foi fundamental para a realização do projeto.

A oficina aconteceu no Colégio Estadual Professora Maria Gai, com alunos de 14 a 18 anos, que estão no Ensino Médio, sob o nome “Oficina Comunicação e Juventude”. Funcionários do MP e participantes do NCEP passaram convites em sala de aula, para alunos da primeira à terceira série do Ensino Médio. A proposta inicial foi produzir um projeto piloto, de execução em um mês, capaz de gerar um produto final dentro do período. Os encontros se dividiram nos temas: autoconhecimento, território, direitos humanos e

democracia participativa e comunicação e aconteceram no contraturno, majoritariamente nas quintas-feiras, uma vez por semana, das 14h30 às 16h30. Devido ao calendário escolar e à quantidade de materiais trabalhados, percebeu-se a necessidade de se criar mais um encontro, final, destinado à produção do material desenvolvido.

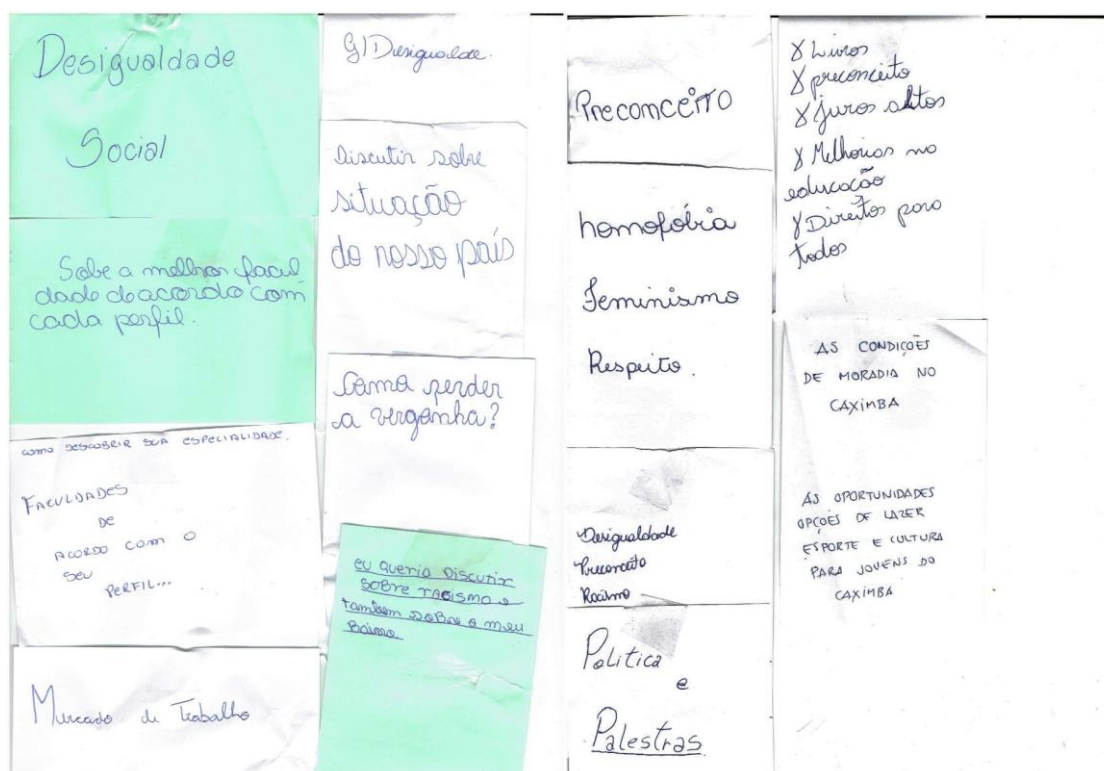
Em linhas gerais, as atividades trabalharam (ou suscitaram discussão sobre) as seguintes temáticas:

- Autoconhecimento.
- Projeto de vida.
- Criação de vínculos/relacionamento interpessoal.
- Educação midiática e educação para a mídia.
- Uso social e comunicacional das ferramentas disponíveis.
- Etapas da produção de uma reportagem.
- Ruído de comunicação.
- Entrevista.
- Território.
- Habitação.
- Relações sociais desenvolvidas a partir das territorializações.
- Reconhecimento do espaço onde vive.
- Discussão sobre os problemas existentes na Caximba.
- Direitos humanos.
- Cotas para ingresso na universidade pública.
- Grêmios estudantis.
- Sexualidade.
- Segurança.
- Dificuldades de locomoção.
- Integração/diversão.
- Relação entre mobilidade e lazer.
- Escrita criativa.
- Produção de pauta.
- Formulação de metodologia de projetos (Canvas).

- Formatos jornalísticos.

De forma mais, ou menos, aprofundada, cada uma das temáticas promoveu material importante à compreensão da relação das juventudes com o espaço onde vivem e com as relações que desenvolvem. O trabalho procurou responder aos anseios iniciais sobre temas que gostariam de discutir, levantados pelos 15 participantes, apresentados na Ilustração 9.

**Ilustração 9 - Respostas à pergunta "temas que gostaria que fossem trabalhados na oficina"**



Fonte: Oficina Comunicação e Juventude, material desenvolvido pelos participantes. 2018.

Esta metodologia, de escuta das vontades individuais e adaptação do escopo de atividades faz parte da proposta de educomunicação. Conforme apresentado, pressupõe-se que a discussão sobre a própria realidade provoca temas que, quando trabalhados através da comunicação, promovem a emancipação e o conhecimento do jovem.

Em uma das propostas de atividade para ser feita durante a semana, os participantes foram convidados a realizar uma entrevista com alguém da

comunidade, que pudesse contar algo curioso, histórico ou novo sobre o lugar. O participante também poderia optar por filmar os caminhos diários (constitutivos dos “caminhos juvenis”) e os equipamentos que utilizam. Nesta proposta, foram produzidos conteúdos sobre a escola, sobre moradores da comunidade e, em um caso particular, uma participante “entrevista”, em tom de brincadeira, o próprio cachorro, que reclamava do excesso de lama que “sujaria suas patinhas”<sup>36</sup>.

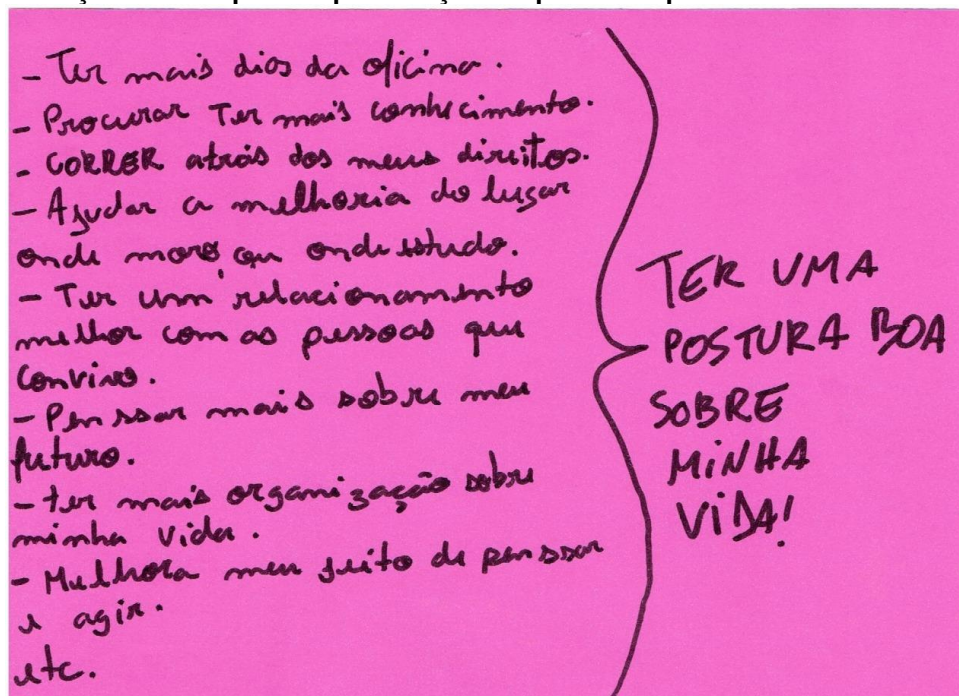
Os encontros foram coordenados pelo autor deste trabalho em parceria com alunos da UFPR, membros do NCEP, e funcionários do MP. Reuniões semanais de preparação e avaliação eram realizadas com antecedência ao encontro. Um dos objetivos da produção do site foi dar publicidade à metodologia aplicada e às dificuldades e conquistas encontradas.

A priori, alguns resultados-primários foram identificados. Como mostra a **Ilustração 10**, resposta de um aluno à pergunta da facilitadora: “E aí, quais são as perspectivas de futuro após do término da oficina?”. “Ter uma postura sobre minha vida”, “correr atrás dos meus direitos” e “pensar mais sobre meu futuro” foram algumas das respostas dispostas.

---

<sup>36</sup> O material completo produzido durante a oficina estará disponível em [www.caximbapresente.wordpress.com](http://www.caximbapresente.wordpress.com)”.

Ilustração 10 - Resposta à provocação "o que fazer após o término da oficina"



Fonte: Resposta de adolescente participante da Oficina Comunicação e Juventude. Menino/17 anos/escola pública.

A oficina dialoga com a reportagem por permitir a produção de conteúdo e diálogo com os participantes, receptores e produtores da mensagem. A proposta de se trabalhar com as juventudes e suas territorialidades é o foco da reportagem. A escolha em aplicar este produto em uma reportagem para a web se dá devido à facilidade que a internet permite à aplicação do jornalismo cidadão. Metodologicamente, se pretende desenvolver visita regular à comunidade, independente da aplicação da oficina, a fim de conhecer os moradores e descobrir as pautas comunitárias. A partir daí, também está proposta a conversa com especialistas dos temas trabalhados e fontes oficiais que possam corroborar as informações.

## 6.2 PRODUÇÃO JORNALÍSTICA PARA WEB

Para definição do público alvo da reportagem, retomamos a pesquisa de Pinheiro, *et al*, que aplicou questionário com 207 participantes, com temas relacionados a moradia, movimentos sociais, jornalismo. O produto da



pesquisa é um documentário, também desenvolvido nas ocupações da Caximba.

Foram coletadas 207 respostas que resultaram nas seguintes definições: Faixa etária entre 22 e 24 anos, representando 29% do público. Em sequência, as idades entre 18 a 21 representam 21% do público e o percentual das pessoas entre 25 e 29 anos somam 16%. As categorias de menores de 18 anos, 30 a 34 anos, 35 a 39, 40 a 49 anos, 50 a 54 anos, mais de 54 obtiveram menos que 10% dos resultados. (PINHEIRO, et al, 2017, p. 63).

Dos respondentes, 85,4% dos indivíduos têm interesse pela temática “moradia”. O site pretende alcançar um público bastante amplo, qual seja, pesquisadores dos temas moradia, habitação, aterro sanitário, cavas, rio, etc; professores e alunos de Ensino Médio e, em especial, moradores da Caximba.

A reportagem desenvolvida prezou por uma produção fotográfica realista que mostra a realidade tal qual ela é, sem o interesse de promover vitimização do local ou sensacionalismo. A moradora conhecida como “Vó Maria” conta, em entrevista, que “há beleza na Caximba, e ponto final”. É esta beleza que a produção pretende identificar, enquanto trata dos problemas que requerem atenção.

A produção textual procura trabalhar com os principais temas definidos na “agenda dos moradores”: habitação, infraestrutura, lazer, questões ambientais, legislação, histórico, segurança, mobilidade. Ademais, também foram produzidos perfis dos moradores, mapas interativos, infográficos e tabelas que mostram os caminhos juvenis dentro da comunidade e as perspectivas de participação social e envolvimento comunitário para a superação dos problemas da realidade. Os vídeos narram um perfil dos moradores e do território.

Pensando no público alvo e na perspectiva dos diferentes formatos utilizados na reportagem conversarem entre si, o site pretende: apresentar um vídeo que mostre os jovens perfilados e comunidade como um todo; dispor de textos corroborados por infográficos com a possibilidade de caminhar entre os assuntos sugeridos (separados por tema); contar com galeria de fotos e “miniperfis” dos entrevistados. Os textos serão corroborados por vídeos feitos

pelo autor e pelos participantes da oficina. O mapa do site segue o disposto na **Tabela 7**.

**Tabela 7 – Mapa do site caximbapresente.com**

TEMA	MÍDIA	CONTEÚDO
<b>Página Inicial</b>	Vídeo. 4 min.	Apresentação dos personagens, território e resumo do projeto.
<b>Capa.</b>	Vídeo. Foto.	Vídeo de introdução, links em imagem para: perfis, entrevistas, reportagens e material da oficina.
<b>Perfis.</b>	Imagem. Vídeo. Foto.	Perfil dos personagens escolhidos.
<b>Entrevistas.</b>	Texto.	Entrevistas com autores utilizados neste trabalho, que tratam dos temas referentes ao estudo.
<b>Reportagens</b>	Texto, foto, linha do tempo, infográfico interativo, mapa.	3 grandes reportagens sobre os temas trabalhados: a Caximba; Juventude e Habitação.
<b>A oficina</b>	Texto, foto, vídeo.	Planejamento e produção da Oficina Comunicação e Juventude.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O site atenderá o domínio “Caximba, presente!”. A proposição do nome dialoga com a palavra “presente”, apropriada por grupos sociais no ano de 2018 a fim de destacar a presença duradoura de pessoas e causas. É um manifesto que não permite que questões importantes à pauta pública se tornem invisíveis. O termo foi bastante utilizado após o assassinato da Vereadora do município do Rio de Janeiro e militante pelos direitos da mulher negra, Marielle Franco. Se imagina que a Caximba, bairro historicamente esquecido e espacialmente afastado do centro de Curitiba esteja, sim, presente, com uma pauta bastante particular que merece ser ouvida. O nome também retoma a chamada escolar, respondida diariamente pelos interlocutores do projeto: adolescentes entre 14 e 18 anos. O título, em síntese, é político ao utilizar o nome do bairro, sem conceber preconceitos sobre o lugar, se não mostrando que ali existe um bairro, onde mora gente, onde moram jovens.

Por fim, se propõe, além da inserção de material em site, a produção de um jornal impresso, de conteúdo feito pelos participantes, que tratem das questões da realidade local. A ideia de produzir material impresso dentro do

espaço de um mês responde à percepção de que: os participantes, característica jovem, se envolvem com o processo, mas também procuram a materialização do conhecimento adquirido; o jornal impresso facilita a distribuição e o alcance do material produzido na comunidade.

Em linhas gerais, a oficina forneceu marcos iniciais de prática pontuais (lê-se, de curto prazo) de educomunicação com adolescentes. Dentro do tempo disposto e dos objetivos de criar provocações iniciais a alguns temas, ainda que sem aprofundamento total, a oficina respondeu ao desejo de: se apresentar como um grupo de aproximação com os moradores jovens; discutir a própria realidade; tratar dos meios de comunicação e utilizar ferramentas tecnológicas disponíveis a todos para produzir conteúdo. Na sequência, a reportagem busca dar vazão à estas discussões dentro de um produto formatado ao gênero jornalístico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar as relações juvenis que se instalam a partir da formação identitárias em seus circuitos, identifica-se que o jovem interlocutor destes projetos é diretamente afetado por suas relações territoriais. Em uma mesma rua da Caximba, em um final de semana, é possível encontrar grupos que se identificam com um tipo de música, outros que caminham para a escola, outros para o trabalho. Esta multiplicidade de identidades no território gera, também, conflito. As questões de segurança inferem diretamente na vida do jovem que vive na periferia.

Como apresentado no referencial teórico, esta juventude, que habita espaços afastados da zona central, cria circuitos próprios no ambiente urbano, por vezes afetado pelas condições de infraestrutura do lugar onde vive. É exemplo o caso de um morador, relatado no produto final, que se desloca para um shopping próximo a fim de utilizar o wifi para realizar uma prova de vestibular à distância.

Esta realidade se constitui em virtude de um perfil histórico de planejamento dos centros urbanos. A experiência de Curitiba-PR mostra a tentativa do poder público de constituir uma cidade linear, mas que não consegue prever e gerenciar a emergência de novos polos de subhabitação nos extremos do município. É o caso da Ocupação 29 de Outubro, localizada no bairro da Caximba, que se desenvolve a partir do encerramento do “Aterro Sanitário Curitiba”, que surge após o congelamento dos dados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O descompasso entre uma política de governo – o PAC – e o ininterrupto déficit habitacional da cidade, deixa evidente a necessidade de se repensar as políticas habitacionais do município.

O produto desenvolvido como objetivo geral deste projeto - um site com material jornalístico a respeito da ocupação - abordou os principais temas identificados como a “agenda cidadã” jovem da “29 de Outubro”: habitação, mobilidade, espaços de lazer, questões ambientais, preconceito. A proposta de se desenvolver uma prática jornalística cidadã, ainda que desafiadora, é positiva. Como resultado, um material que se perdura no tempo, seja através

dos desejos e projetos dos jovens participantes das oficinas, seja através dos textos que perfilam uma comunidade que vive, há anos, com a angústia de desconhecer sua futura situação habitacional.

Inclusa nos objetivos específicos, este projeto incluiu o planejamento e execução de uma oficina de educomunicação com jovens moradores da ocupação. Desenvolvida em ambiente escolar, a oficina atingiu os objetivos esperados: criar uma porta de entrada para conhecer as demandas comunitárias e formar jovens a produzir os próprios conteúdos de comunicação. O processo de gestão comunicativa incluiu o desenvolvimento de atividades com membros de diversos públicos (Ministério Público do Paraná, Núcleo de Comunicação e Educação Popular da Universidade Federal do Paraná e funcionários do Colégio Estadual Professora Maria Gai Grendel).

Em qualquer medida, se percebe fundamental que o jornalismo seja utilizado como ferramenta de educação, que facilite o aprendizado e promova a emancipação de uma comunidade, fortemente atrelada às questões territoriais e que é diretamente afetada pela não garantia de seus direitos básicos. A comunicação pode ser perversa, quando reitera estereótipos, mas pode ser também a ferramenta de construção coletiva de uma verdade jornalística definitivamente atrelada à experiência da realidade. Todos os produtos jornalísticos desenvolvidos neste projeto estão disponíveis no site.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In FÁVERO, Osmar; et al. **Juventude e Contemporaneidade**. UNESCO, 2007, Brasília.
- ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as políticas públicas**. Brasília, Edições Unesco Brasil, BID, 2002.
- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**. Lugares, situações, movimentos. Trad. Graça Cordeiro. Terceiro nome, São Paulo, 2011.
- ALBUQUERQUE, Aline. **A questão habitacional em Curitiba**, o enigma da Cidade Modelo. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- AQUINO, Luseni. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni (org). **Juventude e Políticas Sociais** no Brasil. Ipea, Brasília, 2009.
- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- BARREL, Y. Le social et ses territoires. In AURIAC, F.; BRUNET, R. (orgs.) **Espaces, Jeux et Enjeux**. Paris: Fayard e Fondation Diderot, 1986.
- BARROS, Antonio. **Recensão**. Ci. Inf. vol.38 no.1 Brasília Jan./Abr. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652009000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652009000100010)>. Acesso em: 19 de abril de 2018.
- BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo, resposta à globalização. Trad.; André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, v.1, 1998.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** Vol. 2 nº 1 (3), Florianópolis janeiro-julho/2005, p. 68-80
- BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Fim de século. Lisboa, 2003.
- BRASIL. **Minha Casa Minha Vida: Moradia para as famílias, Renda para os trabalhadores, Desenvolvimento para o Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.ademi.org.br/docs/CartilhaCaixa.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2018.

CANAVILHAS, João. BACCIN, Alciane. Contextualização de reportagens hipermídia: narrativa e imersão. **Brazilian Journalism Research**, v.1, n.1, 2015

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade . Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.

CANCLINI, Nestor. **A globalização imaginada**. Iluminuras, 2007, São Paulo.

CARRANO, Paulo; SPÓSITO, Marília. **Juventude e Políticas Públicas** no Brasil In FÁVERO, Osmar; et al. Juventude e Contemporaneidade. UNESCO, 2007, Brasília.

CARVALHO, André. UMA CIDADE EXCLUDENTE: Planejamento urbano e a segregação socioespacial em Curitiba. **2º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento** . Florianópolis. Set/2014.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CASTELLS. **The Rise of the Network Society**. 2. ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010. Disponível em: <[https://deterritorialinvestigations.files.wordpress.com/2015/03/manuel\\_castells\\_the\\_rise\\_of\\_the\\_network\\_societybookfi-org.pdf](https://deterritorialinvestigations.files.wordpress.com/2015/03/manuel_castells_the_rise_of_the_network_societybookfi-org.pdf)>. Acesso em: 02 de setembro de 2017.

CELIA, Regina; NOVAES, Reyes. Prefácio. In CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni (org). **Juventude e Políticas Sociais** no Brasil. Ipea, Brasília, 2009.

CONAMA. **RESOLUÇÃO CONAMA nº 303**, de 20 de março de 2002 Publicada no DOU no 90, de 13 de maio de 2002, Seção 1, página 68.

CORREIA, Fábio. Novos drivers juvenis e a graça do talvez: a ascensão dos “espíritos livres”. In Congresso de Pastoral do Grupo Marista. 1. 2014. Curitiba. **Artigos**. Curitiba: v. 201, n.1, 2014. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pastoral2014?dd1=12565&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

COSTA, João. A comunicação de Interesse Público. In \_\_\_\_\_. **Comunicação de Interesse Público**. Ideias que movem pessoas e fazem um mundo melhor. (org). Jaboticaba, São Paulo, 2006.

CURITIBA, **Lei nº 12.816 de 01 de Julho** de 2008. JUSBRASIL. 2008. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/15556441/lei-n-12816-de-01-de-julho-de-2008-do-municipio-de-curitiba>.

CURITIBA. **Decreto Nº 430/2018**. **Diário Oficial Eletrônico Atos Do Município De Curitiba**. Quinta-Feira, 7 de junho de 2018

CURITIBA. **Projeto de urbanização da Vila Audi concorre a prêmio nacional. 2013.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/projeto-de-urbanizacao-da-vila-audi-concorre-a-premio-nacional/31160>>. Acesso em: 10 de março de 2018.

DAVIS, Mike. **Um planeta chamado favela.** Boitempo Editorial, São Paulo, 2006.

DAYREL, Juarez. O jovem como sujeito social. In FÁVERO, Osmar; et al. **Juventude e Contemporaneidade.** UNESCO, 2007, Brasília.

FEIXA, Carles. Los estúdios sobre culturas juveniles em España (1960-2003). **Revista de estudios de juventud.** Madri, n.º 64/04, 2004.

FEIXA, Carles. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado** – v.25, n. 2 Maio/Agosto 2010.

FERREIRA, Helder; et al. JUVENTUDE E POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL. In CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni (org). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil.** Ipea, Brasília, 2009.

FERRERINHA, Isabella; RAITZ, Tânia. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, mar./abr. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122010000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122010000200008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 19 de junho de 2017.

FILHO, Alfredo. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. **URBE.** Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), São Paulo, 2015 set./dez., 7(3), 340-353. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v7n3/2175-3369-urbe-2175-3369007003AO03.pdf>> Acesso em: 28 de maio de 2018.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios 1921-1997.** 5.ª edição. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época. Volume 23).

GAZETA DO POVO. **O risco ambiental das invasões.** Curitiba. 2010.

GOLDMAN, Márcio. Alteridade e experiência. Antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, vol. 10, n. 1, 2006, p. 161-173.

GROPPO, Luis. Juventude. **Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Difel, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Definindo território para entender a desterritorialização.** 6.ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.



HAESBAERT. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 2007.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, T. V. A. Política de habitação social e o direito à moradia no Brasil. In: **X Colóquio Internacional de Geocrítica**, 2008, Barcelona. Scripta Nova - Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales, 2008.

IBGE. **Censo 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília (DF), 2010.

IPARDES. **ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS URBANOS**: Espaços da Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2010. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Assentamentos\\_Precarios\\_Urbanos\\_Relat\\_2.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Assentamentos_Precarios_Urbanos_Relat_2.pdf)>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Curitiba**. Junho/2018. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=80000>>. Acesso em: 11 de junho de 2018.

IPPUC. **A cidade que queremos**. Pinheirinho. Curitiba, 2010.

IPPUC. Lei 9.800 e Leis Complementares da Legislação de Uso do Solo. Curitiba. Mar/2015. Disponível em: <[http://www.ippuc.org.br/planodiretor2014/arquivos/lei\\_9800\\_e\\_complementares.pdf](http://www.ippuc.org.br/planodiretor2014/arquivos/lei_9800_e_complementares.pdf)>. Acesso em: **12 de maio de 2018**.

IPPUC. **Nosso Bairro**. Caximba. Curitiba, 2015.

JACCOUD, Luciana; HADJAB, Patrícia; ROCHET, Juliana. A política de assistência social e a juventude: um diálogo sobre a vulnerabilidade social? In CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni (org). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Ipea, Brasília, 2009.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**. Porto Alegre. V. 11, n. 2, ago/dez 2012

JUBÉ, M.; CAVALCANTE, C; CASTRO, C. Violência simbólica para Pierre Bourdieu: a relação com a escola contemporânea. I Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar. **Diálogos necessários e os desafios da investigação**. Unifilmes, 2016.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. Geração editorial. São Paulo, 2003.

LACOSTE, Yves. **A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas. Papirus, 1983.

LAGO, Cláudia. **ENSINAMENTOS ANTROPOLÓGICOS** a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH – v.6, n.1, 2010

LEFÈBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4ª. Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LEFÈBVRE. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. Cosac Naify, São Paulo, 2008.

LIBÂNIO, Clarisse de Assis. O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. **Caderno Metropolitano**. São Paulo, v. 18, pp. 765 – 784, set/dez 2016.

LIMA, Marcus; FILHO, Jorge. Jornalismo, Democracia e Educação: algumas reflexões sobre o Jornalismo Cívico. **Anais Intercom** – RBCC São Paulo, v.35, n.2, p. 39-60, jul./dez. 2012.

LIMA, Renato; BUENO, Samira (coord.). **Anuário de segurança pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, ano 7, 2013.

LONGHI, Raquel. Os nomes das coisas: em busca do especial multimídia. **Estudos em Comunicação**, n.7, v.2, Florianópolis, p.149-161. 2010. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/07/vol2/longhi.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Tradução de Maria Menezes. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 1998.

MAGNANI, José Guilherme. Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. In \_\_\_\_\_; SOUZA, Bruna (org.). **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. Trad. Cláudio Marcondes. In FORACCHI, Marialice (org). **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo, Ática,, 1982.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? **Cadernos IPP UR**, Rio de Janeiro, Ano XI, Nos 1 e 2, 1997, p. 113-130.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo** - Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. Editora Loyola. São Paulo, 2004.

MARTINO, Luís. **Teoria das Mídias Digitais**. Linguagens, ambientes e redes. Editora Vozes. Petrópolis, 2014.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In ARANTES, Antônio (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus Editora, 2000.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela**. A maior Pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Gente, 2014.

MESQUITA, Mário. As tendências comunitaristas no jornalismo cívico. In TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário (org.). **Jornalismo Cívico**. Livros Horizonte, 2003.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** Como salvar o jornalismo na era da informação. Editora contexto. São Paulo, 2007.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Perfil das Vítimas e Agressores das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis** (Janeiro de 2004 a Dezembro de 2005). Secretaria Nacional de Segurança Pública. Agosto, 2006. Disponível em:

<<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Perfil%20das%20Vitimas%20e%20Agressores%20registrados%20em%20ocorr%C3%Aancias%20pela%20Policia%20Civil.pdf>>. Acesso em: 03 de junho de 2018.

MORAES, Pedro Bodê. Juventude, medo e violência. In: **Ciclo de Conferências Direito e Psicanálise**. Novos e invisíveis laços. 2005.

MOREIRA, Tomás. Política habitacional e locação social em Curitiba. **Cad. CRH** vol.27 no.71 Salvador Jun/Aug. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792014000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000200005)>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**. 2014. Disponível em: <[http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA\\_Luana\\_-\\_A\\_questao\\_da\\_habitacao\\_no\\_Brasil.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

MUARREK, Ubiratan. Jornalismo cívico: o resgate do dia-a-dia. In COSTA, João. **Comunicação de Interesse Público**. Ideias que movem pessoas e fazem um mundo melhor. Jaboticaba, São Paulo, 2006.

NARDES, Wellington; CONSANI, Marciel. **As narrativas da questão social no ciberespaço**: uma reflexão sobre a prática educacional. X Simpósio Nacional da ABCiber Conectividade, Hibridação e Ecologia das Redes Digitais. 14 a 16 de Dezembro de 2017 – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

NASCIMENTO, Bruno. **URBANIZAÇÃO DE FAVELA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BAIRRO CAXIMBA – CURITIBA / PR**. Monografia

(graduação). Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

NEGRI, Silvio. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**. Ano VII, v. 8, n. 8, pp. 129-153, 2008.

NILAN, Pam. Culturas Juveniles Globales. **Revista de estudios de juventud**. Madri, n.º 64/04, 2004.

NOVAES, Regina; VITAL, Christina. A juventude de hoje: (Re) invenções da participação social. Resumo Executivo. **Conferência do 75º aniversário Fundação W.K. Kellogg**. Associando-se com a juventude para construir o futuro. São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, D. **A política do Planejamento Urbano: o caso de Curitiba**. Campinas, 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Unicamp, No prelo.

PAIS, José M. **A construção sociológica da juventude**. *Análise Social*, vol. XXV, p. 139-165, 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41010794>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

PAIS. **Ganchos, tachos e biscates**. Jovens, trabalho e futuro. Edições Machado, 2016.

PAIS. **Jovens e cidadania**. Sociologia, problemas e práticas. Simpósio internacional sobre a juventude. UFRJ, Rio de Janeiro, n.º 49, p. 53-70, 2005.

PEREIRA, Alexandre. Pichando a cidade: apropriações “impróprias” do espaço urbano. In MAGNANI, José Guilherme; SOUZA, Bruna (org.). **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo, Terceiro Nome, 2007.

PIERO, Alex. **Juventude e sociedade**. Entrevista concedida a Gustavo Schmid Queiroz. Curitiba, 5 de maio de 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=msxN6lfcLLs>>. Acesso em: 2 de novembro de 2017.

PINHEIRO, Felipa, et al. **Jornalismo e a questão do direito a moradia – o caso da exclusão socioespacial nas ocupações irregulares da Caximba**. Monografia (graduação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2017.

PIRES, Valdirene. **Política Habitacional e direito à cidade**: um estudo do Residencial Parque Iguazu III. Curitiba-PR. 139f. Monografia (graduação). Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Programa de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016

RAFFESTIN, Claude. O que é o território? In. \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia do Poder**. 1.ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

RANDOLPH, Rainer. **Sociedade em rede**: paraíso ou pesadelo? Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1, n.2, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/17/15>>. Acesso em: 02 de setembro de 2017.

RIBAS, Beatriz. O contexto digital e os gêneros jornalísticos: considerações sobre a retórica da narrativa na Web. **Anais IV SBPJor**. Porto Alegre. 2006. Disponível em: <[https://www.facom.ufba.br/jol/pdf/manual/2006\\_ribas\\_sbpjor\\_portoalegre\\_narrativa.pdf](https://www.facom.ufba.br/jol/pdf/manual/2006_ribas_sbpjor_portoalegre_narrativa.pdf)> Acesso em: 05 de abril de 2018.

ROBERTS, Kenneth; PARSELL, Glenny. Culturas da juventude, transformação social e a transição para a vida adulta na Grã-Bretanha. **Análise Social**. vol. XXV. 1990.

ROSEN, Jay. Para além da objectividade. In TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário (org). **Jornalismo Cívico**. Livros Horizonte, 2003b.

ROSEN, Jay. Tornar a vida mais pública. In TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário (org). **Jornalismo Cívico**. Livros Horizonte, 2003.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo Público**. Editora Unesp. São Paulo, 2011.

SALAVERRÍA, Ramón. **Aproximación al concepto de multimedia desde los planos comunicativo e instrumental**. Navarra, 2005. Disponível em: <[http://webs.ucm.es/info/periol/Period\\_I/EMP/Numer\\_07/7-5-Inve/7-5-13.htm](http://webs.ucm.es/info/periol/Period_I/EMP/Numer_07/7-5-Inve/7-5-13.htm)>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

SALLAS, Ana; BEGA; Maria. Por uma sociologia da juventude. **Política e Sociedade**, n.º 8, abril, CIDADE, editora, 2006.

SALLAS, Ana; et al. **Os jovens de Curitiba**: esperanças e desencantos. Juventude, Violência e Cidadania. Edições Unesco Brasil, Curitiba, 1999.

SANTANA, Márcio. **A categoria Juventude na pesquisa histórica**: notas metodológicas. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: Um Manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n.º 9, jul./dez., 2000. Disponível em: <[http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09\\_7\\_santos.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf)>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

SANTOS. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Organizado por Elisiane da Silva; 2. ed. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS. O espaço: Sistemas de objetos, sistemas de ação. In \_\_\_\_\_. **Natureza do Espaço**. 4.ª ed. São Paulo: Edi-USP, 2006.

SAVAGE, Jon. **A criação da Juventude**. Como o conceito de teenager revolucionou o século XX. Tradução de Talita Rodrigues. Rio de Janeiro, 2009.

SCALCO, Maria; OLIVEIRA, Gilson. **A dinâmica do mercado imobiliário informal**: Estudo de Caso na Cidade de Curitiba. FAE, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 38-51, jan./jun. 2011.

SCHAFER, Eduardo. **Avaliação Pós-Ocupação do conjunto habitacional Moradias União Ferroviária Bolsão Audi/União**, Curitiba (PR). Eng. Sanit. Ambient. vol.19 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2014

SILVA, Gabriela . **Avaliação de uma ocupação irregular em fase de regularização fundiária em Curitiba, utilizando indicadores da qualidade ambiental urbana** – IQAU. Monografia (graduação). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. Paulinas: São Paulo, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Gestão Comunicativa e Educação**: Caminhos da Educomunicação. Comunicação & Educação. São Paulo. n 23. p. 16 a 25. jan/abr 2002. Disponível em: [coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufg/file.php/1/Biblioteca\\_do\\_curso/Educomunicacao.pdf](http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufg/file.php/1/Biblioteca_do_curso/Educomunicacao.pdf). Acesso em: 14 de abril de 2018.

SOUZA, Bruna. Straight Edges e suas relações na cidade. In MAGNANI, José Guilherme; \_\_\_\_\_; **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo, Terceiro Nome, 2007.

SOUZA, Silvana; BAH, Miguel. O urbano e a produção simbólica do espaço. **Revista Espacios**, Caracas, v. 34, n. 1, 2012. Disponível em: [revistaespacios.com/a13v34n01/13340111.html#oespacourban](http://revistaespacios.com/a13v34n01/13340111.html#oespacourban). Acesso em: 10 de outubro de 2017.

SPOSITO, Marília. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1999

TELLES, Vera. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 1, 1990. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84786>. Acesso em: 07 de novembro 2017.

TETO. **Relatório Técnico. Escutando Comunidades**. Comunidade Caximba. Setembro de 2017.

TRAQUINA, Nelson. Jornalismo Cívico: reforma ou revolução? In TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário (org). **Jornalismo Cívico**. Livros Horizonte, 2003.

UN-HABITAT. Slum almanac. Tracking improvement in the lives of slum dwellers. PSUP Team Nairobi. United Nations Settlements Programme. 2016.

UN-HABITAT. **The Challenge of Slums. Global Report on Human Settlements.** United Nations Settlements Programme. London, Earthscan, 2003.

URIARTE, Urpi. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP.** São Paulo, Ponto Urbe, 2012.

VIEIRA, Toni, et al. **Educomunicação.** Projeto Nossa Mídia UFPR. Curitiba. 2011.

WASELFISZ, Julio **Mapa da Violência 2014.** Juventude VIVA. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude. 2014.

WASELFISZ, Julio. **Mapa da Violência 2013.** Juventude VIVA. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude. 2013.

WILTON, Ailsa. Youth, gangs and violence: Analysing the social and spatial mobility of Young people in Guatemala City. **Children's geographies**, 2015, pp 167-184. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14733280500161537>; Acesso em 20 de novembro de 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In JINKINGS, Ivana (coord.). **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas.** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.